mercado de trabalho
conjuntura e análise

| maio 2010 |

43

MTE MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ipea
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Carlos Roberto Lupi

Secretário Executivo – André Peixoto Figueiredo Lima

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro – Samuel Pinheiro Guimarães Neto

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: http:/www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http:/www.ipea.gov.br/ouvidoria

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável
Lauro Ramos

Membros
Carlos Henrique Leite Corseuil
Luiz Eduardo Ruckert Parreiras
Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

Equipe de Apoio
Juliana Araújo Dias
Pedro Luiz Scharth Féo Ribeiro
Luana Moreira de Souza Furtado
Marina Ferreira Fortes Aguas

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS
Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO 7

NOTAS TÉCNICAS 15

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PRINCIPAIS MUDANÇAS CONCEITUAIS REFERENTES AO TEMA *TRABALHO* 17
Elizabeth Belo Hypólito

POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA EM CIDADES MÉDIAS E AGLOMERADOS NÃO METROPOLITANOS: OS CASOS DO AGLOMERADO URBANO SUL (RS) E DE CARUARU E ENTORNO (PE) EM 2006 29
Eduardo Miguel Schneider
Mario Marcos Sampaio Rodarte
Lúcia dos Santos Garcia

UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS ENTRE AS ESTATÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO SOBRE A VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL METROPOLITANA – PME E CAGED 37
Lauro Ramos
Marina Aguas
Carlos Henrique L. Corseuil

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLITICAS PÚBLICAS 45

INTRODUÇÃO 47

A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS DIRETRIZES DA CONAES: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA 49
Jonas de Oliveira Bertucci

ANEXO ESTATÍSTICO 59

APRESENTAÇÃO

O mercado de trabalho metropolitano registrou desempenho bastante satisfatório no primeiro trimestre de 2010, apresentando melhora significativa nos seus principais indicadores quando cotejados com os do mesmo período em 2009. A prevalência de um cenário macroeconômico favorável refletiu-se também nos resultados recém-divulgados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para o mês de abril, ensejando perspectivas otimistas para o futuro imediato. Estes aspectos são discutidos em detalhes, como de costume, na seção de análise do boletim.

Adicionalmente, este número do boletim contém três notas técnicas. A primeira delas, assinada por Elizabeth Belo Hypólito, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), analisa os principais conceitos de mercado de trabalho adotados na nova pesquisa a ser implementada pelo instituto, denominada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Tal pesquisa fará a integração da PME com a PNAD e atenderá aos principais objetivos de ambas, quais sejam: produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país bem como permitir a investigação contínua dos indicadores de trabalho e rendimento. Na segunda nota técnica, Eduardo Schneider, Mario Marcos Rodarte e Lúcia Garcia, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentam os principais resultados das duas pesquisas-piloto da PED no interior do Brasil: uma no espaço de Caruaru e entorno (PE), e outra no Aglomerado Urbano Sul – nucleado por Pelotas (RS). Este novo projeto tem como objetivo a geração de informações para subsidiar a elaboração de políticas públicas de ocupação, emprego e renda, assim como a avaliação da sensibilidade da metodologia PED (consagrada na aferição dos mercados laborais metropolitanos) para a caracterização do uso da força de trabalho também em polos urbanos do interior. A terceira e última nota técnica, de Lauro Ramos, Marina Aguas e Carlos Henrique Corseuil, procura levantar elementos que auxiliem na avaliação do grau de concordância ou discordância acerca dos dados de geração de empregos captados em duas das principais fontes de estatísticas mensais do mercado de trabalho utilizadas no Brasil: o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, e a PME. Os autores encontram evidências de que, embora muitas vezes haja discrepância acentuada entre elas, os resultados destas duas fontes de informação apresentam um razoável grau de concordância quando se passa a controlar as diferenças entre metodologia e universo de análise.

Neste número, a seção *Economia solidária e políticas públicas* traz um texto de Jonas Bertucci, no qual o autor problematiza as visões – expressas nos documentos da 1ª e 2ª Conferência Nacional da Economia Solidária – sobre as relações que esta forma alternativa de organização do trabalho estabelece com as estratégias de desenvolvimento do país.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como propósito a apresentação do desempenho do mercado de trabalho brasileiro no primeiro trimestre de 2010 com base, principalmente, nos indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Complementarmente, serão utilizadas as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A evolução dos principais indicadores de desempenho do mercado de trabalho será interpretada à luz dos resultados obtidos nos anos anteriores, focando-se principalmente o mesmo período de 2009, de modo a minimizar interferências de ordem sazonal.

A título de se fornecer uma visão geral, mencione-se que, no primeiro trimestre de 2010, a população em idade ativa (PIA) ficou em cerca de 41,2 milhões de pessoas, sendo que aproximadamente 57% destas (23,4 milhões) integravam a população economicamente ativa (PEA). Na composição da PEA, mais de 21,6 milhões de indivíduos encontravam-se ocupados, e 1,7 milhão estavam na condição de desocupados, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 7,4%. O rendimento real habitualmente recebido no trabalho principal, em trajetória ascendente, atingiu R$ 1.179,02. Tais números, quando comparados aos resultados dos mesmos meses de 2009, mostram que de forma geral os indicadores de trabalho evoluíram de modo bastante favorável, no esteio da recuperação do nível da atividade econômica. As seções seguintes são dedicadas à análise mais detalhada destes agregados.

Além dos resultados favoráveis para o primeiro trimestre, o cenário para a evolução desses indicadores também parece bastante promissor para o resto de 2010. A perspectiva de continuidade do crescimento econômico juntamente com as expectativas otimistas dos agentes econômicos em geral parecem tornar irreversível o aquecimento do mercado de trabalho no futuro imediato, fazendo com que se possam esperar resultados expressivos tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

2 DESEMPREGO

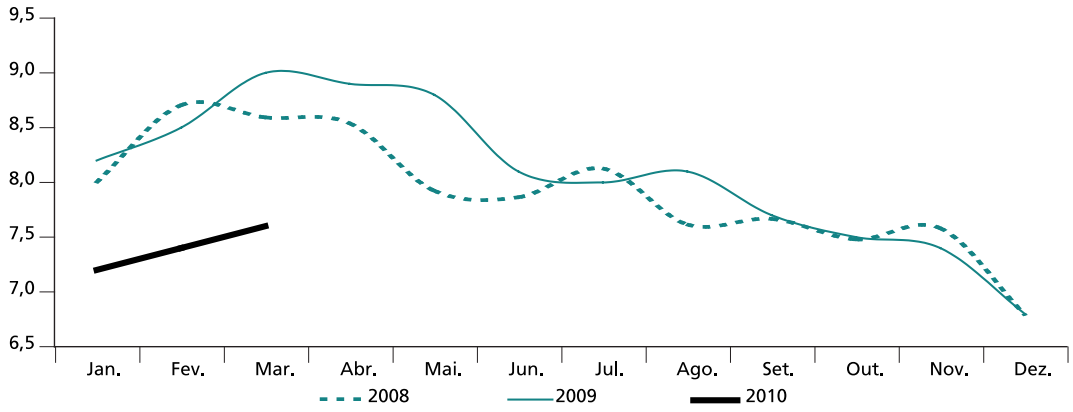
De janeiro a março de 2010, a taxa de desemprego apresentou um valor médio de 7,4%, ficando 1,2 ponto percentual (p.p.) abaixo do verificado para os três primeiros meses de 2009 e apresentando o menor patamar já registrado para o período desde 2003.[1] Este comportamento fica evidente no gráfico 1, que mostra a evolução da taxa de desocupação para os três últimos anos.

1. Primeiro ano para o qual existem dados relativos ao primeiro trimestre que estão de acordo com a nova metodologia da PME.

GRÁFICO 1

Taxa de desocupação

(Em percentual)



Fonte: PME/IBGE.

Ao se analisar a evolução da taxa de desemprego, é importante ter-se em mente que ela é influenciada tanto pelo número de indivíduos desocupados quanto pela magnitude da PEA. No primeiro trimestre deste ano, frente ao mesmo período de 2009, a queda observada deveu-se a ambos os fatores: a população desempregada experimentou uma redução acima de 12% juntamente com um crescimento da PEA de 1,8%. Isto configura um panorama alentador na medida em que a diminuição da taxa de desemprego aconteceu em um cenário de aumento da pressão da oferta, tendo mesmo assim ocorrido um declínio do contingente de desempregados.

Cabe destacar que na desagregação desse indicador por região metropolitana (RM), há uma queda na média trimestral em praticamente todas as RMs entre 2010 e 2009, sendo São Paulo a responsável pela maior diferença (-1,9 p.p).[2] Da mesma forma, há uma evolução favorável da taxa de desemprego para os demais recortes como faixas etárias, gênero, grau de instrução e posição na família.[3]

As taxas de desemprego aberto apuradas pela PED corroboram todos os fatos registrados na PME para o primeiro trimestre de 2010. Além desta conformidade às indicações da PME, os dados da PED mostram que: *i)* o valor médio de tal taxa frente ao primeiro trimestre de 2009 é o menor desde 1998 (9%); *ii)* o número de desempregados diminuiu cerca de 5% neste mesmo período, e a PEA estimada cresceu 1,8%; e *iii)* São Paulo foi a região com a maior redução na taxa de desemprego (1,9 p.p.), enquanto as regiões de Recife e Salvador apresentaram uma ligeira elevação deste indicador.

3 TAXA DE ATIVIDADE E OCUPAÇÃO

A taxa de atividade[4] teve um comportamento de destaque nos primeiros três meses de 2010, pois deixou claro o recrudescimento da pressão da oferta sobre o desempenho do mercado de trabalho. De fato, durante praticamente todo o ano de 2009, ela ficou aquém dos valores observados para os respectivos meses de 2008. O início de 2010, contudo, foi marcado por uma tendência clara de crescimento, de tal forma que ela acabou ultrapassando os valores relativos ao mesmo período dos anos anteriores. Isto provavelmente está associado a uma maior atratividade do mercado. O gráfico 2 exibe a evolução da taxa entre 2008 e 2010.

2. Na comparação da média trimestral de 2010 com a de 2009, apenas Salvador manteve o mesmo valor (11,4%). As demais regiões apresentaram os seguintes resultados: Porto Alegre e Savador, -0,9 p.p.; Rio de Janeiro, -0,8 p.p.; e Belo Horizonte, -0,3 p.p.

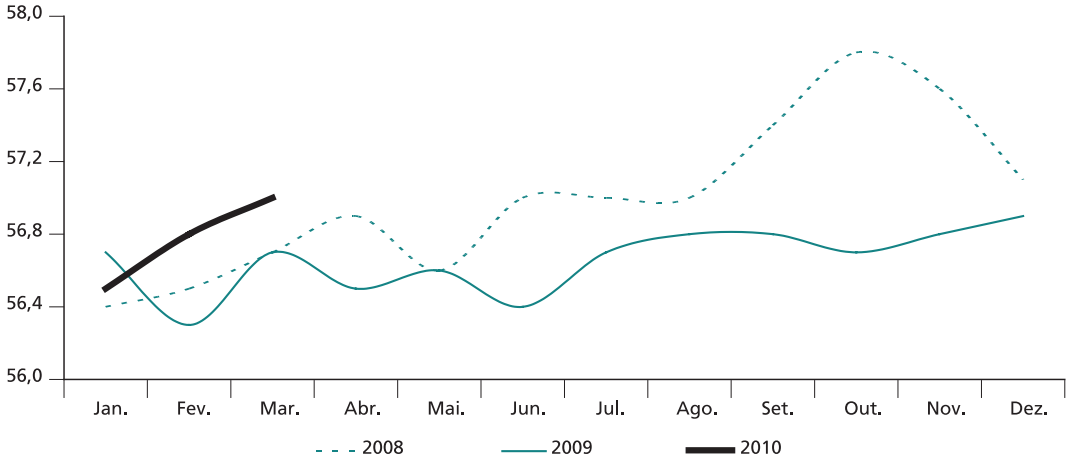
3. Ver anexo estatístico.

4. A taxa de atividade ou participação é obtida pela divisão entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa.

GRÁFICO 2

Taxa de atividade

(Em percentual)



Fonte: PME/IBGE.

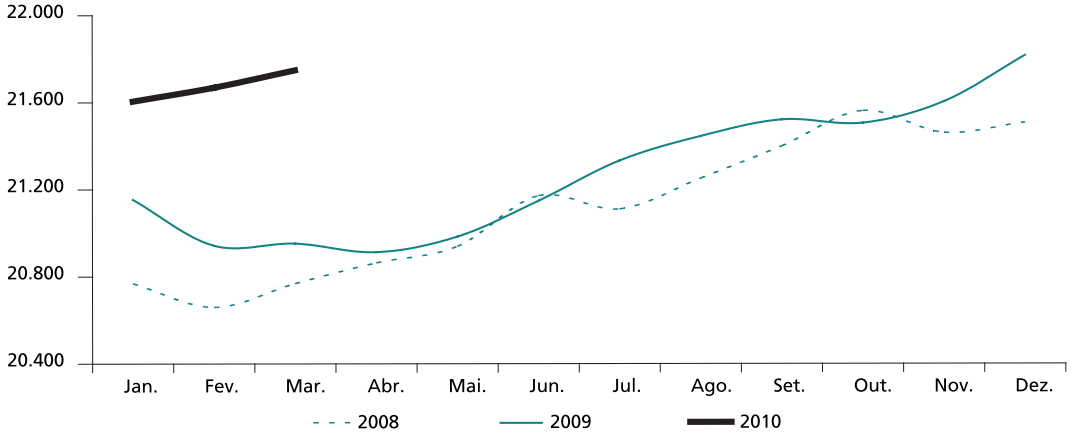
Na análise comparativa entre os períodos de tempo por região metropolitana, o indicador de participação no mercado laboral aumenta para Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.[5] Todavia, Porto Alegre apresenta um crescimento nulo, e São Paulo ainda permanece com redução na taxa de atividade (-1 p.p.).

Essa retomada da taxa de atividade foi acompanhada do aumento do número de ocupados em 2010, conforme mostrado no gráfico 3. A população ocupada para os meses iniciais de 2010 cresceu em média 3,1% com relação ao ano anterior. Tal fato corresponde à geração de 657 mil novos postos de trabalho. Este movimento pode ser vislumbrado no gráfico 4, assim como a presença de uma tendência ascendente entre janeiro e março, o que nem sempre acontece para este período do ano.

GRÁFICO 3

Número médio de ocupados

(Em milhares)



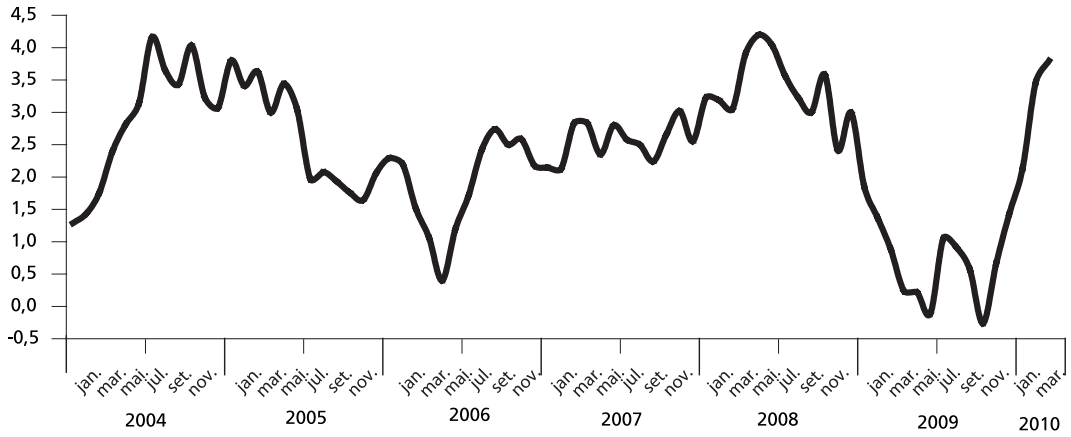
Fonte: PME/IBGE.

5. Os crescimentos frente ao primeiro trimestre de 2009 são respectivamente de 1,7%, 1,1%, 1% e 0,6%.

GRÁFICO 4

Crescimento da população ocupada na PME em 12 meses

(Em percentual)



Fonte: PME/IBGE.

Quanto à desagregação regional, todas as RMs registraram variações positivas ao se comparar o desempenho médio da ocupação de 2010 com valores médios de 2009.[6] Nesta comparação, destacam-se as RMs de Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro, que obtiveram os respectivos crescimentos de 4,9%, 4% e 3,9% no período em estudo.

No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre os valores trimestrais de 2010 e 2009 revela que praticamente todos os setores de atividade considerados cresceram. Entre os setores de maior representatividade no total de ocupações, merecem destaque os setores de construção (9,2%) e intermediação financeira[7] (5,6%), por registrarem aumentos significativos no período e contribuírem para o bom desempenho da ocupação. A administração pública,[8] por sua vez, apresentou estabilidade frente a 2009 (0,1%). Para os demais setores, a variação se deu da seguinte forma: outras atividades,[9] 12,8%; comércio,[10] 1,4%; indústria,[11] 1,2%; e outros serviços, 5%.

Na esfera relacionada à composição da população ocupada segundo a posição na ocupação, o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada obteve um crescimento de 5,3% em 2010 com relação a 2009. Isto equivale, em valores absolutos, a aproximadamente 547 mil novos contratos com carteira assinada. Entretanto, o emprego sem carteira de trabalho assinada manteve-se estável, variando 0,2 %. Este resultado confirma a crescente formalização os postos de trabalho.

A tendência de retomada da criação de postos de trabalho com vínculo formal é confirmada pelos dados do CAGED tanto no plano nacional quanto metropolitano. O gráfico 5 apresenta a recuperação do emprego formal a partir do final de 2009, depois das dificuldades ocorridas durante a maior parte do ano.

6. Os crescimentos das demais RMs pesquisadas entre 2010 e 2009 foram: Salvador, 3,1%; São Paulo, 2,2%; e Porto Alegre, 2,7%.

7. Esse agrupamento abrange também os serviços prestados a empresas, aluguéis e atividades imobiliárias.

8. Esse agrupamento abrange, além da administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

9. A categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

10. Esse agrupamento inclui, além das atividades de comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos; e comércio a varejo de combustíveis.

11. Nesse agrupamento, as atividades consideradas são indústria extrativa e transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

GRÁFICO 5

Saldo acumulado da movimentação da mão de obra em 12 meses (CAGED)

(Em milhares)

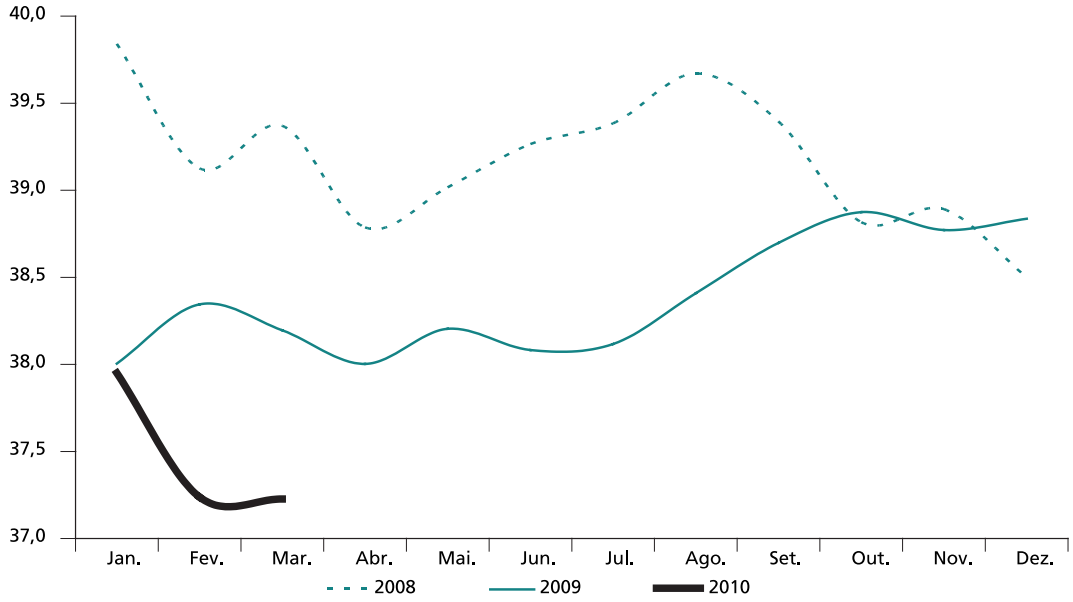
Fonte: CAGED/MTE.

Voltando-se à PME, mencione-se que uma consequência da retomada do emprego formal foi a trajetória de queda do grau de informalidade ao padrão que já havia sido observado no final de 2008. Este indicador ficou, na média, em cerca de 37,5 % nos três primeiros meses de 2010, o que representa uma queda de 0,7 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2009 (38,2%). A trajetória recente de evolução da informalidade metropolitana é apresentada no gráfico 6.

GRÁFICO 6

Grau de informalidade

(Em percentual)

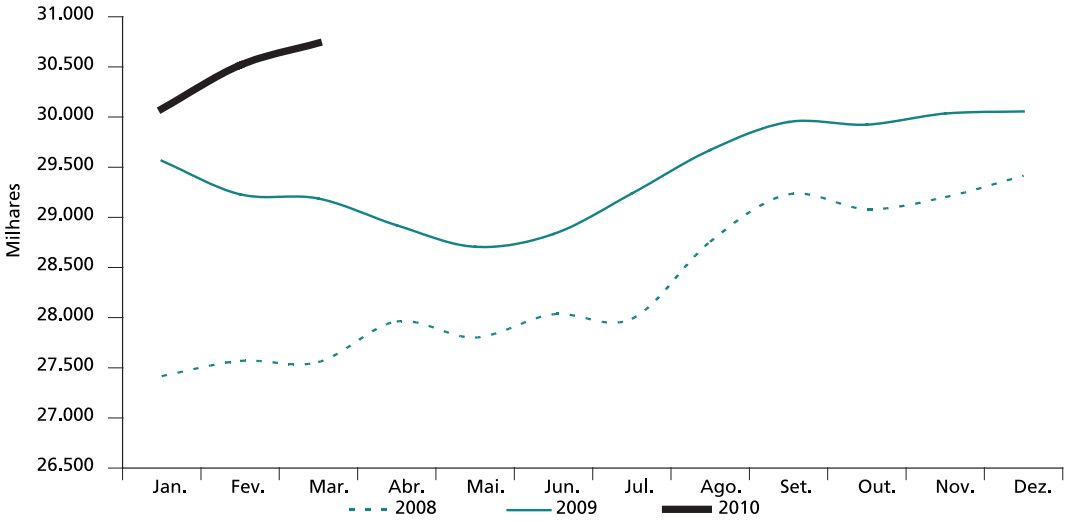


Fonte: PME/IBGE.

4 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

O rendimento médio habitualmente recebido pelo trabalho principal obteve, no primeiro mês do ano, um valor inferior ao registrado no mesmo mês em 2009. Contudo, recuperou-se em seguida e acabou por superar a média trimestral do ano anterior em 0,7%. Mantendo-se a comparação na esfera trimestral (1º/2010 – 1º/2009), os dados de rendimento por setor do emprego revelam que o dos trabalhadores por conta própria cresceu 1,9%, e o do setor público, 1,6%. O setor privado expandiu os rendimentos em 1,3%. A desagregação dos rendimentos mostra que os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada foram os responsáveis pela expansão ocorrida no setor, obtendo uma variação positiva de 8,4%, enquanto os trabalhadores do setor privado com carteira assinada decresceram 0,4%.

GRÁFICO 7
Massa salarial
(Base março/2010 = 100)



Fonte: PME/IBGE.

O gráfico 7 apresenta a evolução da massa salarial entre 2008 e 2010. Nota-se que, nos três primeiros meses de 2010, o comportamento deste indicador destoa daquele verificado no mesmo período dos anos imediatamente anteriores, pois exibe um ritmo de forte expansão. Cabe ressaltar que tal movimento havia sido detectado, ainda que em menor escala, no segundo semestre de 2009. Logo, a manutenção desta trajetória será importante para sustentar o aquecimento do consumo das famílias, que por sua vez realimentará o aquecimento da atividade econômica.

NOTA TÉCNICA

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PRINCIPAIS MUDANÇAS CONCEITUAIS REFERENTES AO TEMA *TRABALHO*
Elizabeth Belo Hypólito

POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA EM CIDADES MÉDIAS E AGLOMERADOS NÃO METROPOLITANOS: OS CASOS DO AGLOMERADO URBANO SUL (RS) E DE CARUARU E ENTORNO (PE) EM 2006
Eduardo Miguel Schneider
Mario Marcos Sampaio Rodarte
Lúcia dos Santos Garcia

UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS ENTRE AS ESTATÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO SOBRE A VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL METROPOLITANA – PME E CAGED
Lauro Ramos
Marina Aguas
Carlos Henrique L. Corseuil

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PRINCIPAIS MUDANÇAS CONCEITUAIS REFERENTES AO TEMA *TRABALHO*

Elizabeth Belo Hypólito*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produz informações mensais sobre a força de trabalho por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). No entanto, esta pesquisa investiga apenas seis regiões metropolitanas (RMs) brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre.[1] A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que disponibiliza informações em nível nacional sobre este tema, é realizada anualmente, não possuindo, portanto, caráter de acompanhamento conjuntural.

É constante o questionamento, tanto por parte de órgãos governamentais e pesquisadores brasileiros como de organismos internacionais, sobre a inexistência de indicadores conjunturais relativos à força de trabalho do país e das Unidades da Federação. Esta demanda é cada vez mais premente tendo em vista as evidências do desenvolvimento socioeconômico diferenciado observado nas áreas metropolitanas, nas localidades urbanas não metropolitanas e nas áreas rurais brasileiras.

Visando produzir as referidas estatísticas, o IBGE implementará, na próxima década, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que integrará a PME e a PNAD, atendendo aos principais objetivos destas duas pesquisas, quais sejam: produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país bem como permitir a investigação contínua dos indicadores de trabalho e rendimento.

A PNAD Contínua será parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que se constitui em um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares no qual o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados das diversas pesquisas serão conduzidos conjuntamente, facilitando o atendimento de novas demandas bem como a otimização dos recursos a serem utilizados. Assim, entre outros aspectos, a amostra de todas as pesquisas deste sistema estará inserida em uma amostra mestra e serão harmonizados os conceitos e processos.

Os pilares temáticos básicos do SIPD serão formados pela PNAD Contínua e pelo esquema de realização de pesquisas de orçamentos familiares, composto pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e pela Pesquisa de Orçamentos Familiares Simplificada (POF Simplificada). Estas pesquisas serão contínuas e terão múltiplos propósitos, tornando-se, portanto, veículos naturais para as investigações suplementares.

---

*Gerencia, no Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o projeto de reformulação das pesquisas domiciliares denominado Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). Este trabalho reflete a experiência da equipe do projeto e teve a colaboração de Marcia Coelho Segadas Vianna e Marilia Biangolino Chaves. As omissões, erros ou conclusões imprecisas que porventura ocorram são de total responsabilidade da autora.

1. A metodologia da PME é aplicada na RM de Curitiba pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), sob orientação técnica do IBGE. Esta produção especial é resultado de convênio entre as duas instituições.

2 PNAD CONTÍNUA

A PNAD Contínua, de abrangência nacional, terá os seus resultados desagregados em: Brasil, grandes regiões, Unidades da Federação e RMs que incluam os municípios das capitais.

Em relação à periodicidade, a proposta do IBGE é divulgar resultados trimestrais sobre trabalho e rendimento, e anuais sobre temas estruturais como migração, por exemplo.

A cada trimestre, a PNAD Contínua investigará 179.200 domicílios em 12.800 setores censitários, distribuídos em 3.328 municípios. Cabe destacar que a PNAD atualmente investiga cerca de 150 mil domicílios por ano em 7.818 setores de 851 municípios.

Cada domicílio selecionado para a pesquisa será entrevistado cinco vezes, durante cinco trimestres consecutivos. Portanto, um domicílio será visitado pela segunda vez três meses após a primeira visita, pela terceira vez três meses após a segunda visita, e assim por diante. Desta forma, em dois meses consecutivos, os domicílios entrevistados serão completamente diferentes. No entanto, de um trimestre para o próximo, haverá uma sobreposição de 80% dos domicílios. De um ano para o próximo, este número chegará a 20%.

Entre os motivos que nortearam a escolha do citado esquema de rotação, pode-se destacar o fato de este apresentar uma das menores variâncias na estimativa das diferenças trimestrais entre os propostos para a PNAD Contínua. A relevância disto está associada à periodicidade de divulgação trimestral definida para a pesquisa. Além disso, alguns usuários dos dados produzidos pelo IBGE realçaram a necessidade de haver sobreposição anual dos domicílios, mesmo que pequena.

O tema central da pesquisa é *trabalho e rendimento.* As variáveis destes tópicos, juntamente com aquelas que compõem o núcleo básico do SIPD – tais como sexo, cor ou raça, idade, composição do domicílio e nível de instrução –, serão investigadas em 100% dos domicílios de um trimestre.

Os demais temas a serem investigados por essa pesquisa, assim como a grande maioria dos temas investigados atualmente pela PNAD, terão caráter estrutural. Neste sentido, podem ser investigados apenas em uma parte da amostra a cada trimestre, e acumulados para garantir um resultado anual. Por exemplo, o tema trabalho infantil poderia ser investigado apenas em domicílios que estão em sua primeira entrevista, os quais representam 20% da amostra de cada trimestre. Destarte, ao final de um ano civil, se teriam informações acumuladas para 80% da amostra mestra, o que significa aproximadamente 143 mil domicílios.

Outra possibilidade é investigar um determinado tópico em um trimestre específico e repetir esta investigação a cada ano, ou de acordo com a periodicidade desejada. Este é o caso do tema migração, por exemplo.

3 TRABALHO E RENDIMENTO

As características de trabalho e rendimento da população em idade ativa foram as primeiras a serem estudadas pela equipe do SIPD por formarem o tema central da PNAD Contínua.

O questionário foi elaborado com base nas discussões e avaliações do Comitê PNAD, criado pelo IBGE em 2003 com as atribuições de propor, discutir e definir os objetivos, o conteúdo temático e a metodologia de uma pesquisa domiciliar contínua para substituir a PNAD e a PME. Também têm sido consideradas as frequentes discussões com os usuários de informações sobre trabalho e rendimento, e sobretudo as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das Nações Unidas (ONU). Entre os principais

documentos utilizados na construção deste questionário, destacam-se as resoluções da 13ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET (OIT, 1982), 16ª CIET (OIT, 1998), 17ª CIET (OIT, 2003), 18ª CIET (OIT, 2008b), e a segunda revisão dos Princípios e Recomendações para Censos Populacionais e Domiciliares da ONU (2007).

Neste estudo, serão abordadas as principais inovações em relação aos conceitos centrais da pesquisa: população economicamente ativa (PEA), população ocupada, população desocupada e trabalho principal.

3.1 Limite inferior de idade para definir a população economicamente ativa

A população-alvo é um dos principais pontos a serem definidos no questionário de trabalho e rendimento. De acordo com os Princípios e Recomendações para Censos Populacionais e Domiciliares da ONU (*op. cit.*), os levantamentos sobre a PEA devem em princípio abranger toda a população, mas na prática estas informações são coletadas para pessoas acima de uma idade mínima, fixada de acordo com as condições de cada país. Uma orientação semelhante é dada pela 13ª CIET (OIT, 1982), que afirma que a PEA inclui pessoas acima de uma determinada idade. No entanto, esta resolução não indica qual seria a idade mínima nem estabelece critérios para defini-la.

Na prática, os países limitam essa idade de acordo com suas realidades, levando em conta ao menos um dos seguintes parâmetros: a idade mínima para terminar o estudo básico ou 15 anos ou mais. De acordo com os Princípios e Recomendações para Censos Populacionais e Domiciliares da ONU (2007), os países nos quais a idade mínima para conclusão do ensino obrigatório é superior a 15 anos e onde existem crianças economicamente ativas com idade inferior a esta deverão se esforçar para captar dados sobre as características econômicas destas crianças, visando obter uma comparabilidade internacional, pelo menos para as pessoas de 15 anos de idade ou mais. O manual ressalta ainda que a idade mínima para o abandono escolar não deve ser considerada automaticamente limite inferior de idade para definir a PEA. Os países nos quais muitas crianças participam de tarefas na agricultura ou ainda em outros tipos de atividade econômica devem escolher uma idade mais baixa que aqueles onde o trabalho de crianças é raro.

Muitos países adotam 15 anos como idade mínima da PEA. No entanto, na América Latina, o limite de 10 anos predomina, como é o caso do Brasil, que o utiliza não apenas nas pesquisas domiciliares por amostragem como também nos recenseamentos da população. Alguns exemplos podem ser vistos no quadro 1.

A resolução sobre a medição do trabalho infantil da 18ª CIET (OIT, 2008b) lembra que o conceito de população economicamente ativa designa o total de pessoas ocupadas e desocupadas, entendendo-se por pessoas desocupadas aquelas que não têm trabalho, estão buscando ativamente um trabalho e estão disponíveis para trabalhar. Estas estatísticas referem-se às pessoas em idade legal para trabalhar. Na prática, o termo *criança desocupada* não é conceitualmente correto, visto que pessoas abaixo de certa idade não podem se apresentar legalmente para o trabalho.

No Brasil, a legislação pertinente proíbe o trabalho do menor de dezoito anos, exceto nas seguintes circunstâncias: *i)* o adolescente com idade entre 16 e 18 anos que tiver um trabalho que não seja noturno, perigoso, insalubre, penoso, realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, nem realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola; e *ii)* o adolescente com idade a partir dos 14 anos que obtiver um trabalho na condição de aprendiz.

As estatísticas oficiais brasileiras sobre ocupação e desocupação referem-se às pessoas de 10 anos ou mais. Portanto, os resultados de síntese do mercado de trabalho do país englobam dois itens de medição: o trabalho infantil e o desempenho do mercado de trabalho em relação à população em idade ativa. Embora os resultados sejam publicados por faixa etária, o que permite a análise das taxas de emprego e desemprego em separado, deve-se ter atenção na interpretação do número que se refere ao contingente total.

Para a PNAD Contínua, o limite inferior de idade para a PEA foi definido em 14 anos, uma vez que, abaixo desta idade, conforme já citado, o trabalho não é legalizado no país, sendo permitido para adolescentes de 14 a 18 anos de idade sob algumas condições.

Cabe ressaltar que, de acordo com a PNAD 2007, a população de 10 a 13 anos representa 1,2% das pessoas ocupadas. Dentro desta faixa etária, 7,5% trabalhavam.

QUADRO 1

Idade limite para definir a PEA

América do Sul	**Idade limite para definir a PEA**
Argentina	10 anos ou mais
Bolívia	10 anos ou mais
Chile	15 anos ou mais
Colômbia	10 anos ou mais
Paraguai	10 anos ou mais
Peru	14 anos ou mais
Uruguai	14 anos ou mais
Venezuela	15 anos ou mais
América Central	**Idade limite para definir a PEA**
Costa Rica	12 anos ou mais
Guatemala	10 anos ou mais
Honduras	10 anos ou mais
Panamá	15 anos ou mais
República Dominicana	10 anos ou mais
América do Norte	**Idade limite para definir a PEA**
Canadá	16 anos ou mais
Estados Unidos	15 anos ou mais
México	12 anos ou mais
Europa	**Idade limite para definir a PEA**
Espanha	16 anos ou mais
França	15 anos ou mais
Grã-Bretanha	16 anos ou mais

Elaboração da autora.

3.2 População economicamente ativa

De acordo com a 13ª (OIT, 1982) e a 18ª CIET (OIT, 2008a), a PEA, ou seja, a força de trabalho, engloba todas as pessoas de ambos os sexos que, durante um período de referência especificado, constituem a oferta de trabalho para a produção de bens e serviços econômicos, definidos de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU.

São consideradas parte do Sistema de Contas Nacionais definido em 2008 as atividades:

a. de empregados remunerados em dinheiro ou benefícios;

b. de empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares auxiliares em unidades produzindo bens ou serviços para o mercado;

c. de trabalhadores por conta própria no próprio domicílio ou em domicílio de familiares que produzem bens exclusivamente para o próprio consumo ou uso;

d. de trabalho voluntário em empresas mercantis ou não mercantis;

e. de trabalho voluntário em domicílios que produzem bens para o consumo ou uso dos moradores do domicílio.

A PNAD Contínua investigará todas essas atividades. No entanto, apenas as pessoas que ofertam sua mão de obra para a produção de bens e serviços econômicos como os definidos em (a) e (b) serão consideradas economicamente ativas, o que é consistente com a prática internacional predominante. A justificativa para tal fato é fornecida nos itens 3.3.1 e 3.3.2.

3.3 Ocupação

Devem ser consideradas ocupadas todas as pessoas que, no período de referência, trabalhavam na produção de bens e serviços econômicos de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU.

3.3.1 Próprio consumo ou uso

A 13ª CIET (OIT, 1982) destaca que pessoas desenvolvendo atividades na produção de bens para o consumo do próprio domicílio devem ser consideradas com trabalho independente se esta produção representar uma parcela importante do consumo total do domicílio.

A aplicação dessa recomendação é praticamente inviável em uma pesquisa de força de trabalho, pois exigiria um questionamento detalhado sobre o consumo do domicílio, tornando significativamente complexo o instrumento de coleta utilizado.

Outro argumento para não se considerar a produção para o próprio consumo no conceito de trabalho é o fato de o principal objetivo de uma pesquisa de força de trabalho ser o fornecimento de subsídios para políticas públicas de geração de trabalho, as quais têm como objetivo atividades que envolvam algum tipo de remuneração.

Cabe ressaltar que poucos países captam a produção para o próprio consumo em suas pesquisas de força de trabalho e, quando o fazem, não consideram ocupadas as pessoas que desenvolvem exclusivamente estas atividades.

Com base nos argumentos expostos, definiu-se que a PNAD Contínua não incluirá as atividades voltadas ao próprio consumo e ao próprio uso no conceito de trabalho.

No entanto, de acordo com a POF 2002-2003, os bens produzidos para o próprio consumo representam cerca de 15% do total do consumo dos domicílios das áreas rurais. Dado o peso relevante desta produção para algumas áreas do país, um módulo de questões sobre a produção para o próprio consumo será aplicado a todas as pessoas do domicílio que tenham 14 anos de idade ou mais, independentemente de elas estarem ou não envolvidas em atividades mercantis. Neste sentido, serão investigadas atividades em cultivo, pesca, caça ou criação de animais, produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material destinado somente ao próprio uso das pessoas moradoras do domicílio, fabricação de roupas e calçados, móveis, cerâmicas ou produção de alimentos, construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção.

Cabe destacar que a PME não investiga a produção para o próprio consumo. A PNAD investiga, para as pessoas que não estejam envolvidas em nenhuma outra atividade econômica, remunerada ou não, se elas exercem atividades em cultivo, pesca, caça ou criação de animais, construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção.

Dado que a produção para o próprio consumo não fará parte do conceito de ocupação, e com o intuito de facilitar as entrevistas, especialmente aquelas realizadas nos domicílios

urbanos, que constituem maioria, foi definido que estas informações – assim como os temas demográficos e socioeconômicos da PNAD Contínua – serão coletadas em 20% da amostra por trimestre, sendo acumuladas ao longo de um ano para serem então divulgadas.

3.3.2 Trabalho voluntário

O trabalho voluntário vem sendo reconhecido como elemento propulsor na melhoria das condições de saúde, educação, bem-estar e qualidade de vida da sociedade, especialmente nos países em desenvolvimento. Entretanto, o valor econômico que resulta desta contribuição permanece invisível.

O Manual de Instituições Sem Fins Lucrativos (ONU, 2003), recentemente adotado pela ONU, sugere aos países que corrijam esta situação por meio da inclusão de informações sobre trabalho voluntário nas contas satélites de forma regular.

O Manual sobre a Medida do Trabalho Voluntário (OIT, 2008c) apresenta proposta de criação de mecanismos padronizados para a geração de informações comparativas mediante a inserção de suplementos nas pesquisas sobre força de trabalho. Este documento contou com a colaboração de especialistas de institutos de estatística de diversos países e representantes de instituições de voluntariado mundiais.

A PNAD Contínua investigará esse tema para toda a população de 14 anos de idade ou mais. As características básicas do módulo de trabalho voluntário pressupõem que:

a. a atividade possua, do ponto de vista do beneficiário, um custo econômico caso tenha de ser buscada no mercado;

b. a atividade seja não remunerada para o voluntário;

c. seja opção pessoal e não obrigatória para o voluntário;

d. compreenda tanto atividades informais quanto formais, ou seja, prestadas individualmente ou com outras pessoas, ou por meio de organizações sem fins lucrativos e outros tipos de instituições;

e. não sejam incluídas atividades realizadas sem pagamento para moradores do domicílio e familiares diretos; e

f. as pessoas que realizam contribuições financeiras não sejam objeto deste tipo de investigação.

Assim como ocorreu no caso do próprio consumo, e mais uma vez em consistência com a prática predominante, o trabalho voluntário não fará parte do conceito de trabalho da pesquisa. Estas informações serão investigadas em 20% da amostra por trimestre e acumuladas ao longo de um ano para serem divulgadas.

Destarte, para a PNAD Contínua serão consideradas ocupadas as pessoas que, na semana de referência, exerceram atividades enquanto empregados remunerados em dinheiro ou benefícios, empregadores, trabalhadores por conta própria ou trabalhadores familiares auxiliares em unidades produzindo bens ou serviços para o mercado.

O quadro 2 apresenta uma comparação entre os conceitos de população ocupada utilizados para a PME, PNAD e PNAD Contínua.

QUADRO 2

Conceito de pessoas ocupadas

PME	PNAD	PNAD Contínua
Pessoas de 10 anos de idade ou mais que durante pelo menos uma hora na semana de referência trabalharam: 1. em emprego remunerado (dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios como moradia, alimentação, treinamento etc.); 2. em trabalho independente como: 2.1 trabalhador por conta própria; 2.2 empregador; 3. em trabalho sem remuneração desenvolvido: 3.1. em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado, trabalhador por conta própria ou empregador.	Pessoas de 10 anos de idade ou mais que durante a semana de referência trabalharam: 1. em emprego remunerado (dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios como moradia, alimentação etc.); 2. em trabalho independente como: 2.1 trabalhador por conta própria; 2.2 empregador; 3. em trabalho sem remuneração desenvolvido durante pelo menos uma hora; 3.1. em ajuda a membro da unidade domiciliar que era empregado na produção de bens primários, trabalhador por conta própria ou empregador; 3.2. em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; 3.3. como aprendiz ou estagiário; 3.4. na produção de bens na agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados exclusivamente à própria alimentação; 3.5. na construção para o próprio uso.	Pessoas de 14 anos de idade ou mais que durante pelo menos uma hora na semana de referência trabalharam: 1. em emprego remunerado (dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios como moradia, alimentação, treinamento etc.); 2. em trabalho independente como: 2.1. trabalhador por conta própria; 2.2. empregador; 3. em trabalho sem remuneração desenvolvido: 3.1. em ajuda a familiar que era empregado, trabalhador por conta própria ou empregador.

Elaboração da autora.

3.4 População desocupada

No que diz respeito ao conceito de desocupação, a 13ª CIET (OIT, 1982) estabelece que a população desocupada compreende todas as pessoas acima da idade mínima especificada para a medição da PEA que durante o período de referência se encontravam:

a. sem trabalho, ou seja, não tinham um emprego remunerado ou um trabalho independente como empregador, trabalhador por conta própria ou ainda como trabalhador familiar;

b. disponíveis para trabalhar em um emprego remunerado ou em um trabalho independente; e

c. em busca de trabalho, ou seja, haviam tomado medidas concretas para buscar um emprego remunerado ou um trabalho independente em período recente especificado.

Normalmente, as pesquisas de força de trabalho adotam como período de referência a semana anterior à semana de entrevista e, como período de procura, 30 dias contados até o último dia da semana de referência (semana de referência mais 23 dias anteriores a ela). Uma vez que o período de referência é diferente do período especificado para a procura, a seguinte situação pode ocorrer: uma pessoa procurou trabalho pelo período de 30 dias, encontrou, não se manteve nele e não procurou outro após sair. No entanto, na semana de referência, esta pessoa se encontra sem trabalho e disponível para trabalhar.

Para a situação descrita no parágrafo anterior, duas opções são possíveis:

i. considerar a pessoa inativa por não ter procurado trabalho depois de deixar aquele que teve no período de 30 dias – assim, esta pessoa não estaria vinculada ao mercado de trabalho e, portanto, não seria incluída nas políticas de geração de postos de trabalho; e

ii. considerar essa pessoa desocupada porque ela tomou providências específicas para conseguir um trabalho no período determinado de 30 dias, mesmo que tenha conseguido um que foi logo deixado.

Dessa forma, na primeira alternativa, o trabalho que a pessoa teve durante alguns dias anula a pressão exercida sobre o mercado no período de 30 dias. Na segunda alternativa, a pessoa é vista como economicamente ativa, pois continua sem trabalho e disponível para trabalhar, havendo pressionado o mercado no período de 30 dias e, embora tenha obtido uma resposta, ou seja, tenha encontrado um trabalho, este foi exercido por um prazo muito curto. A PNAD Contínua adotará esta segunda interpretação, aplicada pela grande maioria dos países. No quadro 3, estão especificados os conceitos de desocupação adotados para a PME, PNAD e PNAD Contínua.

Cabe ressaltar que o exemplo supracitado refere-se às pessoas que não possuíam nenhuma forma de trabalho e conseguiram um trabalho de curta duração no período de 30 dias. Este não é o caso dos trabalhadores por conta própria, cuja natureza do trabalho é ofertar seus serviços ou aguardar em determinados locais por fregueses ou clientes. Se o trabalhador por conta própria obteve um cliente ou um freguês no período de 30 dias, mas não na semana de referência, tendo, no entanto, ofertado seus serviços ou aguardado em determinado local por fregueses ou clientes durante pelo menos uma hora completa, será considerado ocupado.

QUADRO 3
Conceito de pessoas desocupadas

PME	PNAD	PNAD Contínua
Pessoas de 10 anos de idade ou mais que: a) na semana de referência, estavam sem trabalho; b) na semana de referência, estavam disponíveis para trabalhar; c) no período de referência de 30 dias (contados até o último dia da semana de referência), haviam tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram neste período.	Pessoas de 10 anos de idade ou mais que: a) na semana de referência, estavam sem trabalho; c) na semana de referência, haviam tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho.	Pessoas de 14 anos de idade ou mais que: a) na semana de referência, estavam sem trabalho; b) na semana de referência, estavam disponíveis para trabalhar; c) no período de referência de 30 dias (contados até o último dia da semana de referência), haviam tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho.

Elaboração da autora.

3.5 Trabalho principal

Nas pesquisas de trabalho e também nos censos de população, é comum o interesse por se identificar o trabalho principal, a partir do qual uma investigação mais detalhada será realizada e figurará em estatísticas harmonizadas internacionais sobre a situação do mercado de trabalho.

De acordo com os Princípios e Recomendações para Censos Populacionais e Domiciliares da ONU (2007), o critério para definir o trabalho principal poderia ser tanto as horas habitualmente trabalhadas (opção preferida) ou o rendimento.

Na PNAD Contínua, será dada prioridade para o trabalho ao qual a pessoa dedica habitualmente o maior número de horas. Na ordem seguinte de prioridade, será adotado o critério da maior renda e, por último, o da antiguidade no trabalho.

O quadro 4 apresenta a diferença entre os critérios para a definição do trabalho principal entre PME, PNAD e PNAD Contínua.

QUADRO 4
Conceito de trabalho principal

PME	PNAD	PNAD Contínua
• O trabalho principal será aquele em que a pessoa efetivamente trabalhou o maior número de horas na semana de referência. • Em caso de igualdade no número de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência, o principal deve ser aquele para o qual a pessoa tinha mais tempo de permanência no empreendimento, contado até o final da semana de referência. • Havendo igualdade também no tempo de permanência no empreendimento, o trabalho principal deve ser aquele que proporcionava habitualmente maior rendimento mensal.	• O trabalho principal será aquele em que a pessoa teve maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias. • Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, o trabalho remunerado terá sempre prioridade sobre o sem remuneração na definição do principal. • Entre os trabalhos remunerados com o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias, o principal será aquele para o qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério será adotado quando a pessoa somente exercer trabalhos sem remuneração e houver coincidência nos tempos de permanência nestes trabalhos no período de referência de 365 dias. • Em caso de igualdade também no número de horas semanais trabalhadas, o trabalho principal será aquele que normalmente proporcionava o maior rendimento.	• O trabalho principal será aquele em que normalmente a pessoa trabalhava o maior número de horas. • Em caso de igualdade no número de horas normalmente trabalhadas, será aquele que normalmente proporcionava maior rendimento mensal. • Em caso de igualdade também no número de horas normalmente trabalhadas, será aquele em que houve mais tempo de permanência, contado até o final da semana de referência.

Elaboração da autora.

4 TESTE DA PNAD CONTÍNUA

A PNAD Contínua está passando por testes para validação de sua metodologia. Três estágios de testes e validação constituem a implementação da pesquisa:

Teste de compreensão e fluxo do questionário de trabalho e rendimento: realizado em novembro de 2008 no Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo. Este teste foi realizado em *personal digital assistant* (PDA).

Teste para avaliação de impacto das mudanças metodológicas e de operacionalidade da pesquisa: realizado no último trimestre de 2009, simultaneamente à PNAD 2009 e às realizações da PME daquele trimestre. O teste foi realizado nas Unidades da Federação de Pernambuco, Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, contemplando assim as cinco grandes regiões brasileiras. Nestas localidades, o questionário de trabalho e rendimento foi aplicado em toda a amostra mestra.

Com esse teste, será possível analisar a viabilidade operacional para a realização da pesquisa segundo o espalhamento geográfico proposto, em acordo com a amostra mestra. Os resultados do teste permitirão também uma avaliação do questionário completo de trabalho e rendimentos, além das variáveis básicas do SIPD (cor ou raça, instrução, sexo, idade, condição no domicílio), tanto do ponto de vista da aplicabilidade quanto da busca de comparação dos resultados com os da PNAD 2009 e da PME

(outubro, novembro e dezembro), quando for o caso.

Na RM do Rio de Janeiro, está sendo realizado um teste com duração de um ano, de outubro de 2009 a setembro de 2010. Neste estado, os processos de rotação, alocação e alternância de temas serão observados. Além de o tema *trabalho e rendimento* estar sendo investigado em 100% da amostra de cada trimestre, *habitação* está sendo pesquisado em 20% da amostra por trimestre e permitirá o estudo dos estimadores de acumulação. O tema migração será testado no trimestre de julho a setembro.

Produção paralela à PNAD e PME: este processo ocorrerá de 2011 a 2012, visando à realização de uma análise conjunta de resultados para a compreensão das diferenças e similaridades entre as séries históricas da PNAD Contínua e das pesquisas atuais.

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Principles and recommendations for population and housing censuses – Revision 2**. Statistical papers, series M. N. 67/Rev. 2. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, New York, 2007.

_____. **Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts**. Studies in Methods, series F, n. 9, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, New York, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Resolution concerning statistics of the economically active population. Employment, unemployment and underemployment. *In*: **Thirteenth International Conference of Labour Statisticians**, 1982.

_____. Resolution concerning the measurement of employment-related income. *In*: **Sixteenth International Conference of Labour Statisticians**, 1998.

_____. Resolution concerning household income and expenditure statistics. *In*: **The Seventeenth International Conference of Labour Statisticians**, 2003.

_____. General Report – Report I. *In*: **Eighteenth International Conference of Labour Statisticians**, 2008a.

_____. Child labour statistics – Report III. *In:* **Eighteenth International Conference of Labour Statisticians**, 2008b.

_____. Manual on the measurement of volunteer work. *In:* **Eighteenth International Conference of Labour Statisticians**, Room Document to Accompany Chapter 5 of Report I, General Report to the ICLS. The Eighteenth International Conference of Labour Statisticians, 2008c.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS, M. P. S. *et al.* **Amostra Mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.** Rio de Janeiro: Coordenação de Métodos e Qualidades, Diretoria de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. (Texto para discussão n. 23).

QUINTSLR, M. M. M. An approach to the international recommendations concerning economically active population, employment and unemployment statistics: an account of the Brazilian experience. Seminar on "Employment and unemployment: revisiting the relevance and conceptual basis of the statistics". *In:* **Eighteenth International Conference of Labour Statisticians.** Geneva, November 24th –December 5th, 2008.

QUINTSLR, M. M. M. *et al.* **Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD).** Rio de Janeiro: Coordenação de Trabalho e Rendimento, Diretoria de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. (Texto para Discussão n. 24).

_____. Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). *In:* **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais,** Caxambu, 2008.

QUINTSLR, M. M. M.; HYPÓLITO, E. B. **Development of an integrated system of household surveys:** the Brazilian experience. 57th Session of the International Statistical Institute, Durban, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeto de reformulação das pesquisas domiciliares (SIPD).** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/default.shtm>.

POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA EM CIDADES MÉDIAS E AGLOMERADOS NÃO METROPOLITANOS: OS CASOS DO AGLOMERADO URBANO SUL (RS) E DE CARUARU E ENTORNO (PE) EM 2006

Eduardo Miguel Schneider*
Mario Marcos Sampaio Rodarte**
Lúcia dos Santos Garcia***

1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes apontam que as cidades do interior brasileiro – especialmente as de porte médio – vêm constituindo-se em polos de atração de novos investimentos que, por sua vez, dinamizam as estruturas produtivas e os mercados de trabalho destas cidades. De tal sorte que, nestes municípios, o ritmo de geração de novos postos de trabalho – e, portanto, de oportunidades de emprego – estaria acima do registrado nas grandes metrópoles brasileiras. Assim, reforça-se a necessidade de desenvolvimentos metodológicos para a realização de pesquisas que forneçam estatísticas sobre o mercado de trabalho das cidades médias, contemplando esta grande heterogeneidade. O propósito torna-se ainda mais relevante ao se levarem em consideração a renovação das concepções e estratégias de desenvolvimento local e o debate sobre a descentralização das políticas de trabalho e renda (Resolução nº 466/2005 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT). Em consonância a isto, demandam-se informações atualizadas sobre a estrutura e a dinâmica destes mercados de trabalho, que possam subsidiar a gestão eficiente das políticas municipais de trabalho e renda por parte dos atores locais envolvidos nesta temática.

Os organizadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aceitaram o desafio de desenvolver e testar um modelo de pesquisa sobre o mercado de trabalho local brasileiro que viesse a preencher essa lacuna no sistema nacional de estatísticas do trabalho. No escopo deste convênio, foram realizadas duas pesquisas-piloto no interior do Brasil: uma em Caruaru (PE) e entorno, e outra no Aglomerado Urbano Sul – nucleado por Pelotas (RS).

Cabe mencionar que as duas pesquisas trazem também novas informações sobre a política pública e privada de intermediação de mão de obra em nível local (destacando os principais vetores explicativos da *procura de trabalho frutífera*). Tal assunto, porém, não foi trabalhado no escopo deste estudo, pois se julgou que a análise dessas estatísticas merece um trabalho de maior fôlego, que exigirá outro, específico.

* Coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego da região metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). E-mail: ems@dieese.org.br.

**Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG), pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG e coordenador da PED da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) pelo Dieese. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br.

***Economista e coordenadora técnica do Sistema PED pelo Dieese. E-mail: lucia@dieese.org.br.

2 NOTAS METODOLÓGICAS E PRIMEIROS RESULTADOS IMPORTANTES

No projeto intitulado Aperfeiçoamento do Sistema PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos, desenvolvido no âmbito do Convênio MTE/SPPE[1]/CODEFAT nº 098/2005, executaram-se duas pesquisas-piloto no interior do Brasil, buscando a articulação do sistema de estatísticas aos novos desafios locais à gestão das políticas públicas de trabalho e renda. Estas investigações objetivaram a geração de informações para subsidiar a elaboração de políticas públicas de ocupação, emprego e renda, bem como a avaliação da sensibilidade da metodologia PED (consagrada na aferição dos mercados laborais metropolitanos) para a caracterização do uso da força de trabalho também em polos urbanos do interior.

Para o empreendimento de tamanho desafio, foi necessário proceder-se a adaptações metodológicas tanto nos instrumentos de coleta e manuais de orientação da PED quanto nos próprios procedimentos para a execução da pesquisa. Por fim, o teste da metodologia PED no interior resultou na ampliação do escopo temático da pesquisa para além da reformulação de questões e incorporação de novos quesitos. A investigação passou a incluir questões sobre a transferência de renda governamental a domicílios, iniciativas de qualificação profissional para o conjunto da população em idade ativa (PIA), bem como outras políticas públicas como as de intermediação de mão de obra e de crédito aos empreendedores. Com isto, buscou-se tanto uma maior proximidade à realidade dos mercados de trabalho localizados fora do eixo metropolitano como a realização de testes com o propósito de ampliar a capacidade da PED e gerar subsídios para a formulação e o monitoramento de políticas públicas.

Além das adaptações de ordem metodológica, foi necessário identificar polos urbanos do interior brasileiro que, ao atenderem alguns requisitos básicos, pudessem se constituir em objetos de estudo também enriquecedores desta experiência.

Nesse processo, os principais critérios eleitos apontaram para a seleção de duas regiões, distantes entre si, que apresentassem diferenças visíveis em suas trajetórias recentes de desenvolvimento e, finalmente, que pertencessem a Unidades Federativas já investigadas pela PED. Estes requisitos teriam como função o direcionamento e a focalização do subprojeto, de forma a garantir que fossem abarcadas duas realidades distintas tanto do ponto de vista da regionalização quanto da intensidade de utilização da força de trabalho, além de tornar possível a comparabilidade com os resultados já captados nas áreas metropolitanas.

Mediante esses critérios, foram selecionadas as regiões nucleadas pelos municípios de Caruaru, no agreste pernambucano, e de Pelotas, situado na metade meridional do Rio Grande do Sul. Além de atenderem ao conjunto das condições mencionadas, sabidamente estas áreas despertam grande interesse público em nível federal e regional por se constituírem, respectivamente, em polos de desenvolvimento e estagnação econômica.

No Aglomerado Urbano Sul, adensamento urbano mais ao sul do país, foram pesquisados os domicílios situados nos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. Por sua vez, no agreste pernambucano, a área de abrangência da investigação realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) abarcou os municípios de Bezerros, Caruaru, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Cabe mencionar que as informações utilizadas para a análise apresentada a seguir resultaram de inquérito domiciliar realizado, simultaneamente, em 4.500 domicílios de cada uma das duas áreas investigadas entre setembro e novembro de 2006.

1. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

Em grande medida, os principais resultados das pesquisas demonstram que se reproduz no chamado interior brasileiro a heterogeneidade do espaço laboral metropolitano, registrada pela metodologia PED há mais de 20 anos.

Como referido, para esta experiência escolheu-se uma região sabidamente estagnada no sul do país – o Aglomerado Urbano Sul –, para a qual inexistiam informações sobre o trabalho. O que se verificou neste espaço foi a existência de uma taxa de desemprego total superior a qualquer expectativa (20,8% da população economicamente ativa – PEA), similar às apuradas pela PED nas regiões nordestinas com maior dificuldade de absorção da força de trabalho.

Também foi selecionada uma região economicamente pujante no nordeste do país, que atrai atenção por se tratar de um polo em desenvolvimento econômico em uma área historicamente empobrecida e carente de oportunidades de trabalho. Na área denominada Caruaru e entorno, se aferiu uma intensa atração do mercado de trabalho e baixo desemprego (13,7% da PEA).

Nas duas regiões, todavia, encontrou-se, além de uma força de trabalho com características muito semelhantes à da metropolitana – majoritariamente masculina e parcamente escolarizada –, as mazelas das discriminações de segmentos sociais (vale sexual e/ou racial, seja etária). Adicionalmente, o interior nordestino e gaúcho, tão distantes, têm em comum a grande vulnerabilidade de sua força de trabalho. Esta, quando ocupada, em grande proporção não acessa seus direitos trabalhistas por não manter contratos assalariados registrados em carteira de trabalho ou por se submeter ao vínculo de autônomo exclusivo com uma empresa.

As duas sociedades investigadas guardam ainda como semelhança a desigualdade entre condições de trabalho e rendimentos, mediante as mais variadas formas de inserção ocupacional. Verificou-se também que os rendimentos nestes aglomerados do interior são muito baixos, situando-se em torno de 20,0% abaixo dos percebidos em igual período nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e do Recife.

Por fim, em termos da metodologia de análise deste estudo, cabe mencionar que o critério de renda eleito para investigar a inserção no mercado de trabalho e a importância de diferentes políticas de trabalho e renda refere-se à renda disponível por indivíduo, com a formação de grupos definidos por quartis de renda familiar *per capita*.

3 SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Em consonância com a perspectiva analítica supracitada, observa-se que no Aglomerado Urbano Sul, no primeiro grupo (formado por indivíduos membros de 25% das famílias mais pobres), a renda era de R$ 71 em média, ao passo que no grupo 4 (com indivíduos integrantes das famílias mais abastadas, definidas pelo quartil superior), era de R$ 1.213. Em Caruaru e entorno, estes valores eram de R$ 55 e R$ 778 respectivamente, a preços de julho de 2008.

O elevado hiato entre os extremos de renda disponível por membro da família assume contornos tão desiguais não somente devido às diferenças de renda média total entre os grupos 1 e 4, mas também pelos distintos tamanhos das famílias, que são mais numerosas entre os mais pobres.

Essa elevada diferença de renda está diretamente relacionada com os diferenciais de inserção dos segmentos populacionais na força de trabalho. Desta forma, o maior grau de alijamento do mercado de trabalho, sobretudo no grupo 1, em ambas as regiões, é indicado

primeiramente pela taxa de participação. Neste grupo, observou-se, tanto na região gaúcha quanto na pernambucana em estudo, que pouco menos da metade da PIA estava inserida na força de trabalho (48,8% e 48,2%, respectivamente). A menor taxa de participação, nestes casos, deve ser entendida como reflexo da baixa atratividade do perfil deste segmento à demanda de trabalho, situação sugerida pelas elevadas taxas de desemprego.

Os indicadores de ocupação também possuem particularidades por grupo de renda, quase sempre indicando diferenciação qualitativa dos postos de trabalho. Neste sentido, os dados da PED possibilitam dizer que os ocupados por grupos de renda estavam identificados com formas específicas de inserções e áreas de atuação. Os ocupados pertencentes aos 25% das famílias mais abastadas estavam alocados, em especial, nos serviços – comparados aos demais grupos de renda, os ocupados deste segmento de renda eram caracterizados pela proporção mais elevada de assalariados no setor público

No outro extremo, entre os ocupados dos grupos 1 e 2, havia maior participação de indivíduos inseridos nos serviços domésticos e na construção civil – em detrimento da proporção ocupada em serviços. Contudo, ainda era este o setor que absorvia maior parcela de ocupados – o que também ocorria nos demais segmentos de renda. A inserção mais vulnerável no mercado de trabalho dos grupos de menor renda é também sugerida pelas formas mais frágeis de contratação. Por exemplo, no Aglomerado Urbano Sul, destaca-se a forte inserção nos serviços domésticos, e em Caruaru e entorno, o fato de o assalariamento sem carteira de trabalho assinada chegar a superar o com carteira.

Percebeu-se também que os tipos das famílias[2] mantinham estreita ligação com a renda familiar disponível por membro. No grupo 1, a proporção de famílias monoparentais era maior que a existente nos demais grupos, o que corrobora estudos anteriores que mostram a maior vulnerabilidade social das famílias com esta conformação. Nos segmentos sociais de rendimento mediano, em especial nos grupos 2 e 3, predominava a forma mais tradicional de organização familiar, estruturada pela formação de um núcleo conjugal com seus filhos.[3] Entre as famílias mais abastadas, por sua vez, era menor a frequência de famílias com filhos (sejam as monoparentais, sejam as nucleares com filhos) e maior o peso das famílias unipessoais e nucleares sem filhos, o que indica o efeito do menor número de dependentes na determinação de uma maior renda *per capita*.

4 POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA

4.1 Qualificação de mão de obra

A demanda realizada de qualificação profissional por vias formais, por meio de cursos ou treinamentos, é estreitamente relacionada com a renda familiar disponível. Comparando-se os extremos de renda, constata-se que pouco menos de 10% dos indivíduos de 10 anos ou mais pertencentes às famílias abaixo do quartil mais baixo no Aglomerado Urbano Sul haviam participado de alguma forma de qualificação profissional nos doze meses anteriores à pesquisa. Conforme a renda se eleva, este percentual aumenta gradativamente, chegando a atingir quase um quarto dos indivíduos adultos do quarto de renda mais elevado. Na região pernambucana analisada, os percentuais eram expressivamente menores, mas continham a mesma relação direta com a renda familiar *per capita*.

2. Unipessoal, monoparental (com chefia feminina), nuclear com filhos (com chefia masculina), nuclear sem filhos e outros.

3. Não obstante as famílias nucleares serem o tipo de arranjo familiar prevalecente em todos os grupos de renda familiar *per capita*.

De todos os egressos de cursos e treinamentos profissionalizantes, mais da metade financiou com recursos próprios os seus estudos. Esta constatação é particularmente mais grave quando se refere ao segmento dos 50% com menor renda, dada a mais escassa disponibilidade de recursos por membro da família. Também se observa que a qualificação gratuita logra atingir maior cobertura justamente nos segmentos que mais poderiam custear sua própria qualificação: os indivíduos do grupo 4.

Tal como no caso da educação, deve-se considerar que a qualificação profissional determina e, ao mesmo tempo, reflete uma melhor inserção profissional. A relação entre maior qualificação profissional e qualidade da ocupação é observada em diversos indicadores na PED, sendo o rendimento médio dos ocupados um dos mais importantes. Em ambas as regiões pesquisadas, a renda dos ocupados egressos de cursos e treinamentos profissionalizantes era, em média, expressivamente maior que a renda dos ocupados que não haviam se qualificado nos últimos 12 meses.

A menor frequência de ocupados cobertos pela previdência entre os não qualificados *vis-à-vis* os qualificados também corrobora a maior vulnerabilidade a que estão sujeitos os menos qualificados. No caso específico do Aglomerado Urbano Sul, esta maior vulnerabilidade por conta do menor conhecimento profissional também se manifesta na maior dificuldade de encontrar trabalho observada entre os desempregados sem qualificação recente, identificada pelo seu maior tempo de procura. Entretanto, no caso de Caruaru e entorno a inversão entre estas duas variáveis pode estar associada às políticas de qualificação voltadas ao atendimento de desempregados com maiores dificuldades – ou seja, mesmo com maior qualificação, a desvantagem destes desempregados em outros atributos importantes no momento da contratação faz com que despendam mais tempo na procura por trabalho.

Por trás do menor acesso a formas gratuitas de qualificação profissional pelo segmento da população mais pobre, estão os pré-requisitos mais frequentes exigidos dos candidatos potenciais. Tanto no Aglomerado Urbano Sul como em Caruaru e entorno, ser estudante (ou ter maior escolaridade) e/ou ser indicado por empregador quase sempre eram, na perspectiva dos entrevistados, condições necessárias para o acesso ao curso ou treinamento profissionalizante gratuito. Daí se pode extrair que as condições de elegibilidade para se obter qualificação – que poderiam permitir melhor inserção social – estão na grande maioria dos casos relacionadas a elementos que conferem melhor inserção social prévia, o que sugere uma cristalização das condicionantes das desigualdades de inserção no mercado de trabalho.

Em relação ao perfil dos indivíduos por qualificação profissional, notou-se sua estreita relação com o perfil jovem, sendo muitas vezes um importante instrumento para o ingresso no mercado de trabalho. Contudo, na medida em que a renda crescia, observou-se que, mais e mais, cursos e treinamentos passavam a fazer parte da rotina dos demais adultos, sobretudo daqueles com idade entre 25 e 39 anos. Entre os 50% com renda *per capita* mais elevada, a taxa de formação em qualificação profissional entre os indivíduos desta última faixa etária chegava a ser superior à dos jovens de 10 a 24 anos. Além disso, era também elevado o nível deste indicador para as pessoas com 40 anos ou mais.

As taxas de formação em qualificação profissional por nível de instrução reiteram a estreita relação – e as condicionalidades – entre qualificação e escolaridade mostradas aqui e em outras pesquisas. Com efeito, esta relação mantém-se evidente mesmo com a incorporação dos cortes por renda, como a realizada neste estudo.

Os indicadores de anos médios de escolaridade segundo a participação em cursos e treinamentos para qualificação profissional também auxiliam na investigação da relação entre qualificação e escolaridade. Neste sentido, evidencia-se que, em todos os grupos de renda, as escolaridades daqueles que se qualificaram é sempre maior que as daqueles que não se qualificaram. Isto indica a existência de uma relação direta entre escolaridade e qualificação: quanto maior a escolaridade, maior a frequência em cursos e treinamentos para qualificação profissional. Ademais, também se constatou o crescimento na escolaridade na medida em que se consideram os maiores níveis de renda, sinalizando uma relação direta entre escolaridade (logo, também de qualificação) e rendimentos.

4.2 Políticas de transferência de renda

Em 2006, entre os diversos programas de transferência de renda existentes, os mais representativos eram o Auxílio Gás, o Bolsa Escola e, principalmente, o Bolsa Família. Este último respondia por cerca de metade a três quartos do atendimento a famílias mais necessitadas. Observa-se que eram raros os domicílios contemplados por mais de um destes programas governamentais, e que o total de domicílios participantes era de apenas 11,9% no Aglomerado Urbano Sul, mas de 26,1% na região pernambucana.

Contudo, a amplitude da cobertura de iniciativas dessa natureza é mais bem visualizada mediante a incorporação dos percentis de renda familiar *per capita* na análise. Em ambas as regiões analisadas, cerca de 50% dos indivíduos pertencentes às famílias do grupo 1 participavam de algum desses programas. Também nos grupos 2 e 3, o percentual coberto por essas políticas não era desprezível.

Além do benefício do auxílio financeiro mais imediato para pessoas carentes proporcionado por esses programas governamentais, interessa investigar aqui seus impactos sobre fatores capazes de promover transformações em relação à capacidade de inserção dos assistidos no mercado de trabalho – se não no presente, ao menos no futuro próximo. Em relação à escolaridade – um dos indicadores fortemente associados à melhor inserção no mercado de trabalho –, percebeu-se entre os assistidos uma elevada frequência escolar de crianças e jovens de 7 a 24 anos, expressivamente maior que a das demais crianças e jovens, mormente entre aqueles do grupo 1. Tal comportamento diferenciado explica-se, provavelmente, não apenas pelo fato de o auxílio financeiro proporcionar mais condições de ingresso e manutenção de crianças e jovens na vida escolar, como também por a própria frequência escolar ser uma condição para o recebimento do benefício em programas de maior cobertura como o Bolsa Família e o Bolsa Escola.

Essa maior frequência escolar das crianças e jovens das famílias assistidas por programas de transferência de renda parece se dar pelo aumento da parcela de estudantes inativos. Isto decorreu da retirada destas crianças e jovens do mercado de trabalho, os quais antes provavelmente estavam inseridos em ocupações precárias.

4.3 Acesso ao crédito pelos empreendedores

Pouco mais da metade dos empreendedores nas regiões do Aglomerado Urbano Sul e Caruaru e entorno eram possuidores de pequenos negócios e trabalhavam sozinhos. Além destes, uma faixa entre um terço e um quarto dos outros negócios referia-se a empreendimentos conduzidos apenas com ajuda de familiares e/ou sócios. Portanto, a proporção de empresas com empregados ou de trabalhadores com outras formas de inserção era reduzida, não excedendo a parcela aproximada de 15%.

A média de rendimento que estes ocupados obtinham era maior nos empreendimentos com empregados ou outros ocupados. Ainda assim, estas médias eram de R$ 1.470 no Aglomerado Urbano Sul de R$ 1.433 em Caruaru e entorno – o que sugere tratar-se, mesmo nestes casos, de negócios relativamente modestos.

Em relação ao investimento, surpreende o fato de menos de 10% dos empreendedores terem obtido algum financiamento ou empréstimo nos últimos 12 meses. É certo que a capacidade e demanda por capitais de terceiros para expansão ou manutenção do negócio eram maiores nos empreendimentos maiores. Entretanto, mesmo nestes casos, a parcela de empreendedores que obtiveram empréstimo ou financiamento não ultrapassava em muito os 20%, o que sugere baixa alavancagem e propensão ao autofinanciamento.

A pesquisa proporciona alguns elementos para se compreender melhor essa elevada propensão ao autofinanciamento. Dos empreendedores que utilizaram apenas recursos próprios, em ambas as regiões analisadas, a maioria justificava este comportamento alegando que simplesmente não necessitava de outros recursos para conduzir o negócio. Deve-se considerar, porém, que a parcela a apontar falta de garantia ou custos elevados para obter recursos era maior em Caruaru e entorno (25,6%), provavelmente por estar inserida em uma economia mais pujante que a do Aglomerado Urbano Sul (14,4%).

A relação entre propensão ao autofinanciamento e pequena expansão da economia parece se evidenciar ainda mais por conta de as principais dificuldades dos empreendedores referirem-se mais aos fatores identificados com um mercado desaquecido que propriamente à falta de capitais. Isto sugere que, num cenário de maior dinamismo econômico, poderia haver aumento da demanda por financiamento e empréstimos, em que pesem os juros elevados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, os principais resultados das pesquisas demonstram que se reproduz no chamado interior brasileiro a heterogeneidade do espaço laboral metropolitano, registrada pela metodologia PED há mais de 20 anos. Em outras palavras, muitas das características observadas nos mercados de trabalho metropolitanos são compartilhadas também pelos aglomerados do interior brasileiro. Não obstante, de modo geral, também se verificou que regionalmente as áreas interioranas apresentam maior vulnerabilidade em seus mercados de trabalho.

Por um lado, os resultados das pesquisas contestam falsos estereótipos regionais ao identificarem um mercado de trabalho pujante em uma região do agreste nordestino – historicamente tida como uma área de repulsão populacional pela carência de oportunidades de trabalho e renda – e um mercado pouco dinâmico no interior do Rio Grande do Sul. Por outro lado, quando se compara a qualidade do trabalho nas duas regiões interioranas, sobressaem as características regionais mais amplamente evidenciadas pelos mercados de trabalho metropolitanos regionais, quais sejam: inserções ocupacionais mais frágeis e com menores níveis de rendimentos em Pernambuco que as encontradas no Rio Grande do Sul. Contudo, tais análises sinalizam que não é possível afirmar de maneira indiscriminada que há maior dinamismo nos mercados de trabalho não metropolitanos, uma vez que os resultados apontam forte heterogeneidade entre estes espaços regionais.

O crescente vigor dos mercados de trabalho das cidades médias e dos aglomerados não metropolitanos admoesta o incremento ou mesmo a criação de políticas públicas de trabalho

e renda nestes espaços para a mitigação da desigualdade social e o acesso mais equânime às oportunidades de trabalho e renda. Os dados da PED nas regiões pesquisadas do Rio Grande do Sul e Pernambuco sugerem a necessidade de se fazer um diagnóstico do estado atual destas políticas. Em relação à qualificação profissional, observa-se a necessidade de iniciativas que garantam maior acesso do segmento mais vulnerável da população aos cursos e treinamentos profissionalizantes.

As elevadas assimetrias de qualificação profissional observadas no presente devem se reduzir com o incremento exitoso de políticas de transferência de renda condicionadas à frequência escolar de crianças e jovens. Contudo, tais iniciativas parecem ainda tímidas frente às grandes disparidades de condições socioeconômicas e à elevada vulnerabilidade social de parte expressiva da população.

Por fim, os dados da PED indicam a existência de elevado comedimento dos empregadores e demais trabalhadores independentes em relação ao investimento nos seus empreendimentos, pois observa-se um baixo percentual de empreendedores que promovem alavancagem com financiamentos ou empréstimos. Este fato, que sugere ser arraigada a cultura do autofinanciamento, parece se justificar na baixa pujança do crescimento econômico brasileiro ao longo de pouco mais de duas décadas, assim como no elevado custo do capital, refletido sobretudo nos elevados juros praticados.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIEESE. **Principais resultados das pesquisas piloto/PED:** Caruaru e entorno (PE) e Aglomerado Urbano Sul (RS). Objetivo F: Pesquisa Piloto em áreas especiais com metodologia da PED/Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 098/2005 e Primeiro Termo Aditivo. 104 p. São Paulo: Dieese, junho, 2007.

DIEESE/SEADE. **Relatório metodológico – análise dos resultados das pesquisas piloto PED:** Caruaru e entorno e Aglomerado Urbano Sul – Tomo III. Relatório de Pesquisa conforme Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 098/2005 e Primeiro Termo Aditivo. Objetivo F: Pesquisa Piloto em áreas especiais com metodologia da PED. São Paulo: Dieese, junho, 2007.

.

UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS ENTRE AS ESTATÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO SOBRE A VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL METROPOLITANA – PME E CAGED*

Lauro Ramos**
Marina Aguas***
Carlos Henrique L. Corseuil**

1 INTRODUÇÃO

As principais fontes de estatísticas mensais do mercado de trabalho disponíveis hoje no Brasil são o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME),[1] elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De tempos em tempos, os analistas se defrontam com dados discrepantes sobre a geração de empregos registrados por estas duas fontes de dados. Isto aconteceu, por exemplo, em 2004 (SABOIA, 2004), e mais recentemente no fim de 2008 e em grande parte de 2009 (FIERGS, 2009). Tais resultados acabam por originar questionamentos sobre a relação entre as duas pesquisas, assim como acerca dos possíveis fatores motivadores destas diferenças.

Segundo nota técnica do IBGE e MTE (2004), as diferenças metodológicas exibidas entre o CAGED e a PME devem refletir o fato de estas pesquisas possuírem natureza distinta e objetivos diversos, que são traduzidos em diferenças na cobertura das informações, localização geográfica do informante, variabilidade dos dados e período de referência. O quadro 1 resume o modo pelo qual tais dimensões variam entre as duas pesquisas.

QUADRO 1

Diferenças metodológicas entre o CAGED e a PME

Dimensão	CAGED	PME
Cobertura das informações	Informa sobre a movimentação do emprego assalariado celetista e abrange todo o território nacional.	Informa sobre todas as formas de inserção ocupacional e o contingente de desocupados. Abrange seis regiões metropolitanas brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife.
Localização geográfica do informante	Refere-se aos vínculos gerados na área geográfica onde está localizada a empresa.	É domiciliar, ou seja, quantifica as pessoas ocupadas segundo o local de residência.
Variabilidade dos dados	As empresas informam todas as movimentações de postos de trabalho ocorridas no mês de referência.	É uma pesquisa amostral, cujas estimativas são elaboradas com base em parâmetros estatísticos.
Período de referência	O índice de emprego refere-se à variação do emprego celetista ocorrida em um mês.	As informações referentes a um determinado mês descrevem o comportamento obtido a partir das estimativas dos indicadores nas quatro semanas do mês.

Fonte: IBGE e MTE (2004).
Elaboração dos autores.

* Os autores gostariam de agradecer a ajuda de Juliana Dias e Pedro Scharth.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

*** Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) junto ao Ipea e à Universidade Federal Fluminense.

1. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) também é de divulgação mensal, mas na verdade traz informações baseadas em médias móveis trimestrais. Por fim, existem outras estatísticas restritas a segmentos setoriais, tais como aquelas divulgadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Esta nota procura levantar elementos que ajudem a avaliar em que medida as duas pesquisas oferecem informações que estão em concordância ou discordância sobre a geração de empregos de janeiro de 2003 a dezembro de 2009, levando em consideração as variações das dimensões citadas no quadro 1. Cabe notar que a estatística mensal comparável entre as duas fontes é a variação mensal da população ocupada,[2] sendo portanto o objeto da análise.

2 ANÁLISE EVOLUTIVA DAS SÉRIES DA PME E DO CAGED

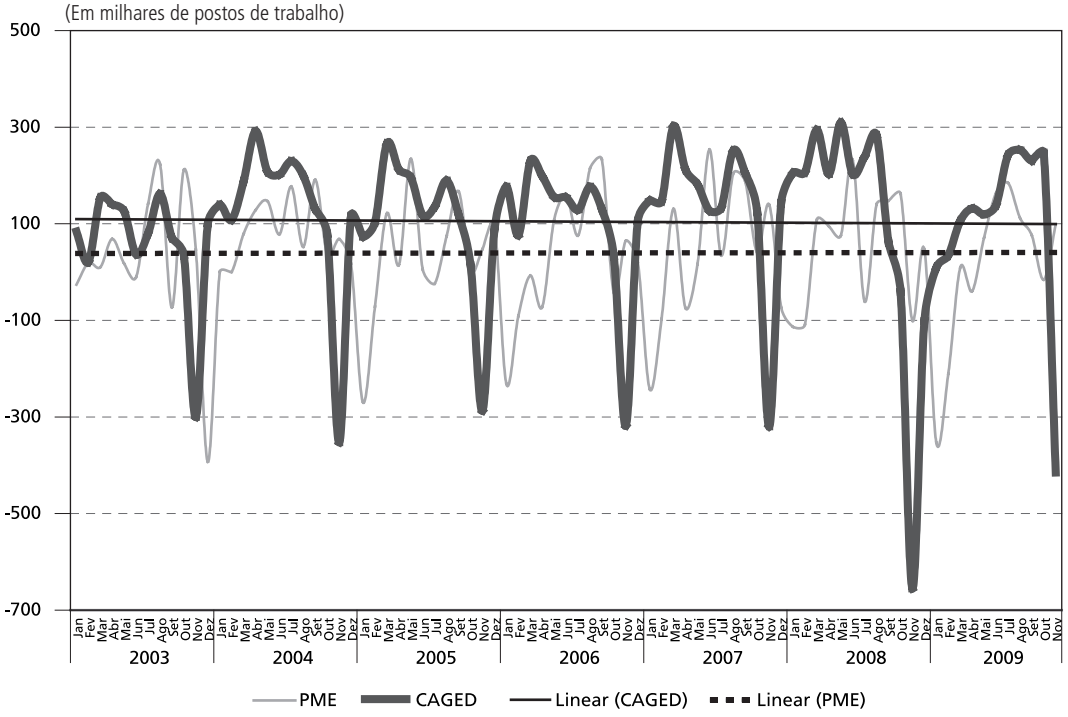
Para iniciar a investigação sobre a natureza da relação das informações da PME e do CAGED, foram elaborados dois gráficos, que se diferenciam de acordo com o universo de cobertura. O primeiro utiliza ambas as pesquisas em seu universo de cobertura original, e o segundo restringe-se às regiões metropolitanas comuns e às ocupações do setor privado formal.

Ao se observar o gráfico 1, que mantém o universo original das pesquisas, é possível notar que existem discrepâncias ao longo das séries, e que a variação dos ocupados do CAGED fica acima da verificada na PME na maior parte do tempo. Adicionalmente, percebe-se uma aparente defasagem temporal entre as pesquisas. Isto ocorre, por exemplo, ao se analisarem os movimentos de queda no período como um todo, na medida em que o CAGED parece antecipar as reduções apresentadas pela PME. Por fim, verifica-se que ambas as séries apresentam tendência de estabilidade durante os sete anos de investigação.

GRÁFICO 1

Evolução da variação mensal da população ocupada em sua cobertura original – PME e CAGED (2003-2009)

(Em milhares de postos de trabalho)



Fonte: Dados da PME e do CAGED.

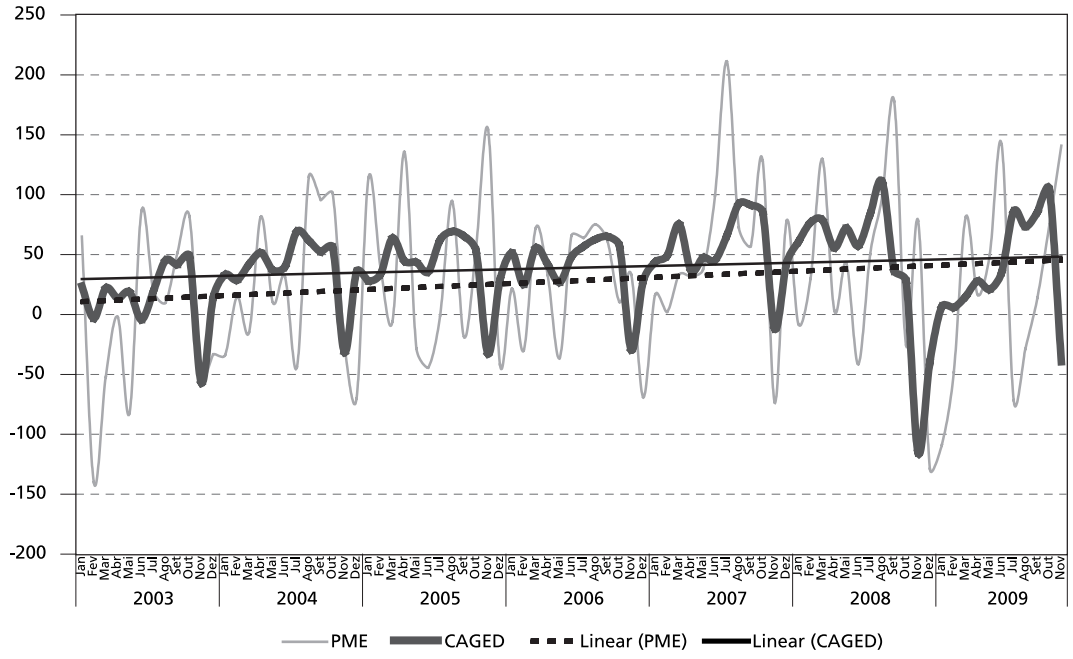
Elaboração dos autores.

2. No CAGED, essa estatística é representada pelo saldo de admissões e demissões no mês, e na PME, pela diferença entre o número de ocupados no mês *t* e mês *t - 1*.

O gráfico 2 ilustra a evolução das séries por meio da utilização de um universo de cobertura comum, ou seja, a PME passa a ser restrita à população ocupada no setor privado com carteira de trabalho assinada, e o CAGED apresenta somente os resultados das regiões metropolitanas compatíveis com a PME. É possível verificar que, quando esta abrangência se torna mais próxima, o comportamento das séries muda em relação ao padrão anterior. Neste caso, passa a ocorrer um predomínio da série da PME sobre a do CAGED, assim como uma inclinação positiva das tendências. Além disso, a defasagem temporal não fica tão clara, e as discrepâncias parecem mais evidentes.

GRÁFICO 2

Evolução da variação mensal da população ocupada do setor privado formal das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador – PME e CAGED (2003-2009)



Fonte: Dados da PME e do CAGED.
Elaboração dos autores.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para documentar a natureza da relação entre as duas séries admite que o conceito de concordância ou discordância aplicado para uma observação específica está relacionado à distância desta observação ao valor médio de sua série no período estudado. Assim, em um determinado ponto do tempo (*t*), será feita a comparação do valor da observação com a média das observações de janeiro de 2003 a dezembro de 2009. A metodologia, portanto, está baseada na determinação se, para cada série, esta distância ultrapassa determinados limites em cada ponto do tempo. Por fim, a concordância ou discordância é avaliada mediante a verificação se, para cada *t* em que os respectivos limites são excedidos, existe ou não uma sincronia entre as séries das pesquisas.

Para que essa estratégia seja implementada, é necessário que sejam definidos dois elementos: os limites e uma estatística de teste para a referida sincronia. Os limites foram definidos de forma arbitrária como um desvio padrão, para cima ou para baixo. A estatística de teste é um teste não paramétrico conhecido como teste do sinal, baseado em uma distribuição binomial na qual cada mês de *sucesso* está associado à concordância (+) entre as observações das duas pesquisas, e o mês de *fracasso*, com a divergência entre elas (-). O quadro 2[3] sintetiza as situações possíveis:

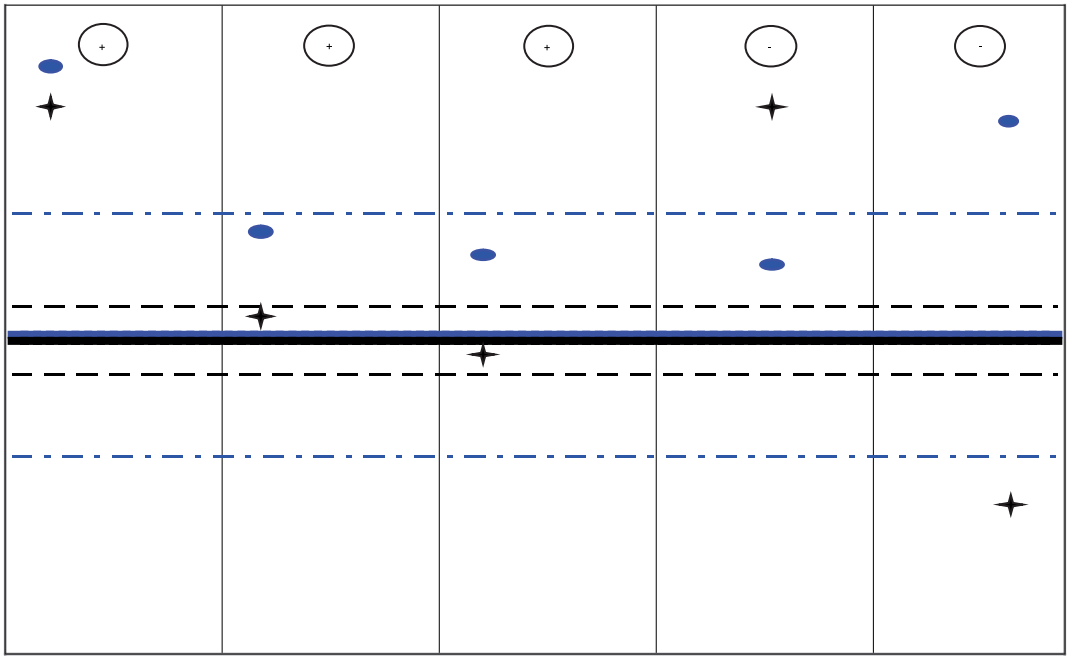
3. Nesse quadro, existem duas séries com médias distintas, cada uma com seu desvio padrão, usado para construir as respectivas bandas.

i) os três painéis da esquerda ilustram os casos de concordância, nos quais as duas observações estão ou dentro das respectivas bandas delimitadas por cada desvio padrão, ou fora das faixas, mas na mesma direção; e

ii) os dois painéis da direita ilustram os casos de divergência, nos quais uma observação está dentro da banda e outra fora, ou quando as duas estão fora e em direções opostas.

QUADRO 2

Ilustração de sucessos e fracassos em casos hipotéticos



Elaboração dos autores.

Se S é o número de sucessos no período no qual existem n observações, então é possível determinar o p-valor[4] para o teste de hipóteses em que H_0 indica que estas observações tenham sido geradas por uma distribuição $B(n, p_0)$. No caso em que $p_0 = 0,5$, a hipótese nula é a de que as séries são independentes.[5] Havendo rejeição da hipótese de independência, é possível continuar a utilizar o teste do sinal de forma adaptada, que consiste basicamente em encontrar o maior valor de p_0 (p_0^*) tal que o p-valor máximo associado ao respectivo teste seja igual a um determinado nível de significância preestabelecido (0,05, 0,1, ...). Neste caso, quanto maior for o p_0^* encontrado, maior será o grau de concordância entre as séries.[6]

4 RESULTADOS

A tabela 1 apresenta a proporção de sucessos para cada ano com base no limite de um desvio padrão, ou seja, exibe a proporção de pontos nos quais existem concordâncias entre os movimentos das duas pesquisas. A tabela mantém a mesma estrutura da seção descritiva do texto na medida em que adota os dois universos de análise (original e comum) ao exibir os resultados.

4. Maior nível de significância para o qual a hipótese nula (H^0) ainda é aceita.

5. No caso em que $p_0 = 0,5$, a intuição do procedimento é a seguinte: se as duas séries (PME e CAGED) são independentes uma da outra, espera-se que haja discrepância em 50% das observações. Um número muito maior de sinais positivos representa o caso no qual as séries exibem poucos pontos discrepantes. Portanto, a tendência é rejeitar-se a hipótese nula em favor de uma associação de concordância entre as séries. Da mesma forma, um número pequeno de casos positivos leva à rejeição da hipótese nula em favor de uma natureza bastante discrepante entre as séries.

6. Infelizmente, essa métrica não permite definir um valor mínimo para p_0* de tal sorte que o grau de concordância possa ser dito bom o suficiente.

Tal estrutura será estendida para todos os resultados a seguir. Desta forma, a primeira coluna da tabela mostra os valores referentes à comparação dos dados do CAGED e da PME de janeiro de 2003 a dezembro de 2009, mantendo-se os respectivos universos das fontes de estatísticas. A segunda apresenta os resultados para o universo que abrange os postos de trabalho formais do setor privado nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME.

TABELA 1
Proporção de sucessos entre as séries da PME e do CAGED, com limite de um desvio padrão (2003-2009)

	Universos	
Ano	Original	Comum
2003[1]	8/11	8/11
2004	7/12	8/12
2005	9/12	7/12
2006	7/12	10/12
2007	5/12	7/12
2008	6/12	8/12
2009	7/12	5/12

Fonte: Dados da PME e do CAGED.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Perde-se uma observação, pois a estatística mensal comparável entre as duas fontes em questão é a variação mensal da população ocupada.

Ao se aplicar o teste para o período como um todo, a hipótese de independência entre as séries é rejeitada para ambos os universos. O valor de p_0^* para o nível de significância estabelecido em 10%, por sua vez, é maior no universo comum (0,71) que no universo original (0,66). Isto reflete, sem surpresas, a melhor adequação do primeiro para fins de comparação das pesquisas.

Examinando-se as informações da tabela 1, chama atenção o fato de 2009 ser o ano no qual há o menor número de concordâncias entre as pesquisas no universo comum. Cabe-se também registrar que, das sete divergências, duas estão associadas a casos nos quais as observações romperam os limites em sentidos opostos (equivalente à última coluna do quadro 2). Vale ainda mencionar que, ao se aplicar o teste do sinal para 2009 isoladamente, a hipótese de independência é aceita para os dois universos. Em função disto, foi levado a cabo o cálculo de p_0^* para o período de 2003 a 2008, que resultou no valor de 0,75 no universo comum ao nível de 10%.[7] Embora, como frisado anteriormente, não haja como ser taxativo a respeito do quão satisfatório este valor possa se mostrar no sentido de determinar que as séries sejam de fato concordantes, por certo há claros progressos em relação à situação de 2009.

Um procedimento adicional para se aumentar a compatibilidade das duas pesquisas consiste na diminuição das eventuais discrepâncias devidas aos diferentes períodos de referência. No CAGED, os estabelecimentos enviam, no começo do mês $t + 1$, as informações sobre os trabalhadores admitidos e desligados ao longo do mês t. Por sua vez, na PME a unidade de investigação é o domicílio do trabalhador, e as entrevistas ocorrem ao longo das quatro semanas do próprio mês de referência.

A análise da evolução das séries realizada na seção descritiva desta nota sugere que essas duas dimensões podem ser responsáveis por uma divergência entre os resultados apurados no que se refere à geração de emprego em cada uma das pesquisas. Com isto, buscou-se testar se as informações disponibilizadas pelo CAGED em certo período t estariam mais bem ajustadas às

7. Para o mesmo período e para o universo geral, o valor encontrado foi 0,67.

informações relativas à PME. Utilizou-se, para esta, a média móvel entre o período *t* e o período *t + 1*, [8] de modo a captar uma possível defasagem temporal entre as pesquisas. Neste caso, o valor obtido para o p_0^*, no âmbito do universo comum e ao nível de 10%, foi de 0,8 para o período de 2003 a 2008, e de 0,78 para o período como um todo. Todavia, ao se considerar apenas 2009, a hipótese de independência continua não sendo rejeitada ao nível de 10%. [9]

5 APANHADO GERAL E CONCLUSÕES

Os testes realizados neste estudo deixam claro que não é de se estranhar a existência de questionamentos a respeito das indicações sobre a geração de emprego fornecidas pelo CAGED e pela PME, uma vez que o grau de concordância entre as duas séries no período de 2003 a 2009, na sua cobertura original, é baixo segundo a metodologia desenvolvida nesta nota. Uma das possíveis razões para isto é a diferença de cobertura das duas fontes de informação. Quando a comparação é realizada para a variação do emprego formal metropolitano, ou seja, num universo de análise comum, o grau de concordância de fato melhora, embora não de forma expressiva.

Outra possível causa para diferenças nas indicações das fontes de informação é o período de referência subjacente a cada uma delas. Controlando-se para esta possibilidade via utilização de médias móveis para a PME, o grau de concordância cresce consideravelmente tanto para o intervalo até 2008 como para o período como um todo. Embora a metodologia não permita afirmar de forma categórica se o grau de conformidade é satisfatório o suficiente, por certo ele é bem mais elevado que o original.

Logo, conclui-se que o fato de os números sobre geração de empregos da PME e do CAGED divergirem bastante mês a mês e causarem questionamentos se deve em boa parte à comparação de universos distintos e à não consideração das defasagens nos períodos de referência de cada fonte. Tendo-se em conta estas diferenças, o espaço para questionamentos diminui consideravelmente.

REFERÊNCIAS

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FIERGS). A diferença metodológica entre CAGED e PME (IBGE) explica as diferenças nos números do mercado de trabalho. **Informe Econômico**, FIERGS, n. 4, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **CAGED e PME – Diferenças metodológicas e possibilidades de comparação.** Nota Técnica, outubro de 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notamte.pdf>.

SABOIA, J. **Afinal, quantos empregos foram gerados no Setor Formal?** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/saboia_empregosgerados.pdf>.

8. Lembrando que, na PME, a geração de empregos no mês t corresponde à diferença entre o nível da ocupação neste mês e no mês t - 1.
9. Nesse caso, apenas quatro das 11 observações – a última é perdida no cálculo da média móvel – não estão em concordância.

ANEXO

TABELA A1

Estatísticas de teste para a hipótese de independência entre as séries de geração de emprego da PME e do CAGED (2003-2009)

	Universos	
Ano	Original	Comum
2003 a 2009	0,0392	0,0040
2003 a 2008	0,0480	0,0009
2009	0,1938	0,6128

Fonte: Dados da PME e do CAGED.

Elaboração dos autores.

TABELA A2

P-valor máximo associado ao nível de significância de 10% – PME e CAGED (2003-2009)

	Universos	
Ano	Original	Comum
2003 a 2009	0,6632	0,7089
2003 a 2008	0,6705	0,7495

Fonte: Dados da PME e do CAGED.

Elaboração dos autores.

TABELA A3

Proporção de sucessos entre as séries da PME utilizando-se a média móvel e do CAGED, com limite de um desvio padrão (2003-2009)

	Universos	
Ano	Original	Comum
2003[1]	10/11	7/11
2004	9/12	9/12
2005	9/12	9/12
2006	7/12	11/12
2007	6/12	6/12
2008	7/12	10/12
2009[1]	7/11	7/11

Fonte: Dados da PME e do CAGED.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] Perdem-se duas observações, pois a estatística mensal comparável entre as duas fontes em questão é a variação mensal da população ocupada utilizando-se a média móvel.

TABELA A4

Estatísticas de teste para a hipótese de independência entre as séries de geração de emprego da PME utilizando-se a média móvel e do CAGED (2003-2009)

	Universos	
Ano	Original	Comum
2003 a 2009	0,0006	0,0000
2003 a 2008	0,0009	0,0000
2009	0,1133	0,1133

Fonte: Dados da PME e do CAGED.

Elaboração dos autores.

TABELA A5

P-valor máximo associado ao nível de significância de 10% – PME utilizando-se a média móvel e CAGED (2003-2009)

	Universos	
Ano	Original	Comum
2003 a 2009	0,7393	0,7842
2003 a 2008	0,7498	0,8012

Fonte: Dados da PME e do CAGED.

Elaboração dos autores.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS DIRETRIZES DA CONAES: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA
Jonas de Oliveira Bertucci

INTRODUÇÃO

Neste número, a seção *Economia solidária e políticas públicas* tem um formato distinto daquele até aqui adotado. Ao invés de apresentar, como de hábito, três estudos que focalizam um determinado aspecto da relação da economia solidária com as políticas públicas, esta interação é discutida em um único texto. Nele, Jonas de Oliveira Bertucci – analisando o documento final da 1ª Conferência Nacional da Economia Solidária, realizada em 2006, em conjunto com o texto-base da segunda conferência, que acontecerá no próximo mês de junho – centra sua discussão na questão do significado da economia solidária enquanto projeto de desenvolvimento.

Bertucci levanta questões centrais na conformação do entendimento de tal significado; questões que são, portanto, sumamente relevantes para a estruturação das políticas públicas. Sem deixar de sublinhar a importância da economia solidária e do avanço das políticas a ela relacionadas, suas considerações questionam, contudo, a ideia de que o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários constitua, por si só, um projeto de desenvolvimento alternativo.

Esse questionamento envolve uma crítica ao fato de – no seu entendimento – o movimento de economia solidária, para além do discurso, não estar incorporando nas suas estratégias – nem em suas proposições de políticas – as questões mais amplas atinentes ao processo de desenvolvimento, como as que dizem respeito à educação, saúde, condições de moradia e transporte, entre outras. Uma incorporação que seria essencial, dado que a proposta é portadora de um projeto de superação do atual modelo que almeja alcançar o conjunto da vida social, não apenas a sua dimensão econômica.

Vários são os desafios apresentados pelo texto. Um deles é a necessidade – ou pelo menos a relevância – de o movimento de economia solidária precisar sua visão de desenvolvimento e esclarecer em que sentido e de que maneira o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários constitui ou integra uma estratégia de superação do atual modelo econômico-social.

Muitos outros desafios estão colocados para os participantes da 2ª Conferência Nacional da Economia Solidária. Textos como esse são uma contribuição preciosa para que as discussões a serem realizadas neste importante evento contribuam, de forma efetiva, para que – num horizonte não muito distante – a economia solidária seja definitivamente consolidada no Brasil.

A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS DIRETRIZES DA CONAES: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA*

Jonas de Oliveira Bertucci**

1 INTRODUÇÃO

As conferências públicas são espaços novos de debate com a sociedade na construção de políticas públicas em vários campos. Mesmo que incipiente e limitado, trata-se, sem dúvidas, de um processo de exercício da democracia participativa que influencia a orientação e a concepção de políticas em todos os níveis. Isto se torna ainda mais evidente em um campo cujas principais definições vêm sendo formuladas num período bem recente da história do Brasil.

Nesse contexto, procura-se discutir o sentido prático no qual a concepção de política pública de economia solidária vem se conformando. Para isto, toma-se como ponto de partida a análise do documento final da I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes, realizada em 2006) e do documento-base preparatório para a segunda conferência (a ser realizada em junho de 2010). Embora as conferências ofereçam diretrizes e não a política em si, estes documentos permitem perceber claramente sua orientação, dado que além de serem elaborados num espaço plural como o Conselho Nacional de Economia Solidária, apresentam também um balanço sobre o que já foi realizado.

Na última década, a política federal de economia solidária ganhou forma mediante processo contínuo de construção participativa e institucionalização. Contudo, embora sejam apresentadas no debate público como estratégia de desenvolvimento (nas conferências, chegam-se a esboçar elementos para uma nova sociedade, "emancipada", a partir de uma crítica ao capitalismo), na prática, as políticas se limitam a um conjunto de ações setorizadas, restritas em sua maioria ao apoio às unidades de produção autogestionadas.

Embora legítima, a luta pelo direito ao trabalho associado no campo prático da economia solidária talvez esteja mais ligada a uma estratégia de inclusão e geração de renda para uma camada da população fragilizada frente ao mercado que a um projeto de mudança social. Em outros termos, as demandas apresentadas nas conferências não dizem respeito ao conjunto da sociedade e não se tratam de um contramodelo, tendo pouco impacto sobre o *status quo* e o modo de vida moderno.

Tal contexto significa que parece impreciso – e talvez até perigoso – defender a política de economia solidária, na forma como ela tem se consolidado, enquanto projeto de desenvolvimento, pois isto acaba por restringir a concepção mesma de desenvolvimento. Esta crítica procura chamar a atenção, de forma propositiva, para os possíveis caminhos que serão tomados a partir do processo de debate nacional que se realiza neste momento.

* O autor agradece os comentários críticos de Roberto Marinho A. da Silva, Henrique Novaes, Maurício Sardá, Eugênia Motta e Luiz E. Parreiras na versão preliminar deste texto. As ideias aqui apresentadas, no entanto, não refletem necessariamente suas opiniões, sendo de responsabilidade exclusiva do autor.

** Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) junto ao Ipea.

2 AS DIRETRIZES DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Realizada em junho de 2006, a I Conaes teve como tema a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Este foi um momento de intenso debate e importantes afirmações da sociedade para com o Estado, que fortaleceram a compreensão da política de economia solidária e estabeleceram diretrizes objetivas.

O documento final da I Conaes está dividido em três eixos. No primeiro eixo, são tratados *os fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo*. A economia solidária é colocada explicitamente como uma possível alternativa ao modelo econômico e social capitalista. De acordo com este documento, entre os princípios básicos encontram-se a valorização do trabalho humano acima da acumulação de capital, a valorização da diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental. Afirma-se ainda que a economia solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige responsabilidade e cumprimento, por parte dos Estados nacionais, da garantia de defesa dos direitos universais dos cidadãos.

No segundo eixo, por sua vez, é feito um *balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas*. Como elemento positivo, é apresentado o crescimento recente dos diferentes sujeitos neste campo, com destaque para as iniciativas produtivas da economia solidária enquanto alternativa de sobrevivência para milhares de trabalhadores. É citado também o expressivo aumento do número de entidades que a elas oferecem apoio, assim como de fóruns e organizações de representação. Indica-se a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do conselho nacional e da própria conferência como importantes avanços, embora precisem ser fortalecidos. A definição de um marco legal específico, a efetivação de políticas públicas e o desenvolvimento da cooperação entre empreendimentos, ampliando redes e cadeias produtivas, são considerados naquele contexto os principais desafios a se superar.

Por fim, no terceiro eixo, são apresentadas as *prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária e para os mecanismos de participação e controle social*. Verifica-se que há uma grande preocupação em estabelecer a economia solidária enquanto política pública de Estado para que se garanta sua perenidade. A partir das demandas prioritárias levantadas, é possível obterem-se indicações mais precisas sobre como seriam orientadas tais políticas. Em poucas palavras: elas se restringem em sua quase totalidade a políticas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários nas áreas de comercialização, crédito e finanças, formação, assistência técnica e tecnológica, comunicação e divulgação, investimentos e infraestrutura, saúde do trabalhador, e à sua institucionalização por meio de legislação própria (marco legal).

Não é necessário analisar de forma detalhada cada eixo desse documento. O mais importante é apresentar sua orientação em linhas gerais. Com efeito, os elementos centrais definidos na I Conaes nos permitem afirmar que a economia solidária é compreendida pelo conjunto dos sujeitos e instituições presentes na conferência enquanto setor específico da economia a ser reconhecido pela sociedade. Seu eixo fundamental tem por base um conjunto de unidades coletivas de produção com vínculo territorial ou comunitário. O resultado destas resoluções (mediante a ação política de atores em um espaço como o de uma conferência) influencia o próprio significado prático da economia solidária, para além do discurso.

3 PERSPECTIVAS PARA A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A II Conaes será realizada entre 16 e 18 de junho de 2010 e terá como tema o *direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável*. Após quatro anos da I Conaes, e sete de desenvolvimento de políticas de economia solidária em nível federal, desde a criação da Senaes,[1] é possível afirmar que o campo da economia solidária se define hoje de forma mais nítida.

Em fevereiro de 2010, o Conselho Nacional de Economia Solidária elaborou, por meio da Comissão Organizadora Nacional da Conaes e da Subcomissão Temática e de Sistematização, o documento-base para orientar e conduzir os debates em todo o país. Serão quase 90 conferências regionais preparatórias para as conferências convocadas pelos governos estaduais, realizadas em todas as Unidades da Federação.

O documento reafirma que:

> O tema da II Conaes refere-se a uma questão fundamental para fortalecer e viabilizar a economia solidária no Brasil: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 3).

Ao longo da conferência, os participantes podem alterar e apresentar novas diretrizes, mas dificilmente sua concepção estrutural inicial se modificará.[2]

Semelhante em estrutura à primeira, a segunda conferência está dividida em três eixos. No eixo temático I é apresentada uma visão contextualizada da economia solidária, explicitando-se quais seriam suas diferenças em relação ao modo de produção capitalista.

> A pluralidade de origens e formas de expressão que conformam as bases simbólicas e econômicas da economia solidária é um dos elementos que a diferencia estruturalmente com relação ao capitalismo, especialmente no atual momento histórico, pois aponta caminhos para estruturar mudanças paradigmáticas e civilizatórias nos âmbitos econômico, cultural, social e ambiental (BRASIL, 2010, p. 5).

Mantém-se a ideia de que o atual momento, caracterizado por uma crise global de múltiplas dimensões, abre espaço para a discussão e o desenvolvimento de alternativas de produção e de organização da vida. Portanto, é agora mais explícito o papel dos empreendimentos econômicos solidários na condução desta transformação. Sugere-se que estes possuem "vantagens comparativas, que implicam perspectivas diferenciadas de desenvolvimento" (*op. cit.*, p. 6), as quais devem ser estimuladas por intermédio de instrumentos públicos de apoio.

No eixo temático II, são apresentados mais claramente os desafios e as proposições em relação ao reconhecimento das formas organizativas econômicas solidárias e dos direitos sociais do trabalho associado e de acesso às políticas públicas para o fortalecimento da economia solidária. Isto aponta para o seu enquadramento enquanto setor a ser reconhecido e apoiado pelo Estado, mas também necessariamente para um campo de relações sociais com sentido antagônico às formas mercantis.

As demandas listadas refletem como as políticas vêm sendo conduzidas, referindo-se aos processos de formalização e reconhecimento de diferentes formas organizativas baseadas no trabalho associado, em suas diferentes expressões, tais como:

---

1. Evidentemente, existem políticas estaduais e municipais de economia solidária que inclusive antecedem a criação da Senaes. No entanto, até antes da criação da secretaria, a possibilidade de que a política de economia solidária pudesse ser pensada como uma política nacional perene de Estado se encontrava em um horizonte distante.

2. "O presente documento-base pretende ser um instrumento para o debate, e neste sentido ainda está por ser escrito e confirmado por milhares de pessoas nas conferências preparatórias e temáticas. Para isso, ao final de cada eixo, foram formuladas questões que orientam os debates e contribuições dos participantes. Dessa forma, os conteúdos dos parágrafos podem e devem ser corrigidos, aperfeiçoados, suprimidos e outros acrescentados, conforme as regras democráticas de participação e deliberação nas conferências" (Brasil, 2010, p. 4).

- a demanda por uma nova lei geral do cooperativismo;
- a necessidade de aprovação do projeto de lei das cooperativas de trabalho, assim como a implantação do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP);
- o avanço em relação à legislação das cooperativas sociais;
- o aperfeiçoamento da Lei de Falências, que diz respeito aos trabalhadores em fábricas recuperadas;
- o reconhecimento das diferentes formas de finanças solidárias, entre elas, os bancos comunitários, as moedas sociais e os fundos rotativos, assim como o aperfeiçoamento da legislação pertinente às cooperativas de crédito; e
- o reconhecimento do direito de povos e comunidades tradicionais às formas econômicas associativas.

Com isso, segundo o documento-base, poder-se-ia avançar na consolidação dos empreendimentos econômicos solidários mediante integração de políticas de financiamento, oferta de taxas de juros subsidiadas, criação de espaços de comercialização, tratamento diferenciado dos empreendimentos em relação às compras públicas etc.

Por diversas vezes, persiste a ideia de que a economia solidária seria capaz de conduzir a uma mudança que diga respeito a toda a sociedade. "Eis o desafio: avançar no reconhecimento do direito a outra economia que conduza a outro modelo de desenvolvimento" (BRASIL, 2010, p. 3). Está implícita a ideologia de superação do capitalismo a partir do fortalecimento de unidades produtivas autogestionadas.

No eixo temático III, são apresentados os desafios e proposições para a organização de um sistema nacional de economia solidária, seus objetivos e componentes.

> Trata-se de um instrumento que vem sendo adotado em várias políticas públicas (saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e nutricional). O sistema possibilita a integração das políticas de economia solidária nas três esferas de governo e junto com a sociedade civil, além de definir os mecanismos e instrumentos de participação e controle social e o Fundo Nacional de Economia Solidária, instrumento fundamental para o financiamento das políticas de economia solidária (BRASIL, 2010, p. 4).

A economia solidária é destacada, assim, como uma área, uma dimensão política, ao lado de outras, como saúde e educação, o que se deve também à forma "setorizada" das políticas do Estado.

4 UMA CRÍTICA À CONCEPÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A partir de 2003, com a criação da Senaes e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o termo *economia solidária* vem se consolidando no imaginário público como imagem *ideal* das diferentes atividades desenvolvidas neste campo. Os termos de referência e outros documentos elaborados pela Senaes trazem uma definição geral, que indica seu significado usual.

> A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção,distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.
>
> A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob forma de cooperativas, federações e centrais cooperativas, associações, empresas autogestionárias,

> movimentos, organizações comunitárias, redes de cooperação e complexos cooperativos. Envolve produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo (BRASIL, 2005, p. 7).[3]

Com as definições do primeiro mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários e das instituições de apoio, realizado no âmbito do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), a centralidade destes empreendimentos ficou ainda mais evidenciada. Há hoje informações sobre mais de 20 mil deles em todo o país. Logo, é prioritariamente para os trabalhadores nestes empreendimentos que se direciona a política de economia solidária.[4]

No âmbito do próprio sistema de informações, as políticas públicas de economia solidária são definidas como:

> (...) aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária. (...) As políticas públicas de economia solidária possuem como beneficiários diretos trabalhadores(as) e/ou sócios(as) de empreendimentos econômicos solidários (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição (BRASIL, 2009, p. 4).

Dado este quadro, os diferentes programas de economia solidária, construídos e orientados mais ou menos de acordo com a demanda do próprio movimento social, tratam basicamente de políticas de formação, capacitação, comercialização, crédito etc. voltadas para as unidades de produção coletivas que se enquadram na definição de empreendimento econômico solidário.[5]

Resta perguntar sobre os limites dessa política. A introdução, na agenda pública, do tema do trabalho associado e autogestionário significa um novo desafio para o campo dos direitos sociais e do trabalho. Contudo, não se trata de um conjunto de ações que forneça um eixo de orientação para diferentes áreas do desenvolvimento. Ao contrário, sua orientação atual foca-se na organização produtiva e na inserção mercantil destes trabalhadores (mesmo sabendo-se que não se trata do livre mercado do liberalismo clássico).

O fato é que nada indica que a economia solidária, enquanto setor organizado por unidades produtivas autogestionadas, ofereça caminhos para práticas políticas baseadas em um modo de cultura e de vida estruturalmente diferente da vida moderna, que possa ser difundida para além de suas unidades. Há de se considerar que há uma mudança efetiva na vida dos atores diretamente envolvidos nos seus empreendimentos, a qual é relevante, inclusive, no que diz respeito a elementos subjetivos como autoestima e superação de situações de preconceito e discriminação por meio da valorização no grupo trabalho. Porém, a ideia de que a "mudança" (pela ótica das relações sociais de produção) operada nos empreendimentos possa alcançar a dimensão civilizacional é apenas uma suposição.

Ou seja, existe uma grande diferença entre a noção de economia solidária enquanto conjunto de princípios e valores (tal como é apresentada no eixo I) e enquanto forma objetiva de política pública (eixos II e III). O que se vê é a existência de uma camada da população que demanda (de forma legítima) políticas de apoio. Contudo, na prática, isto está distante do que se considere um projeto alternativo de organização da sociedade. A perspectiva de aproximação entre a economia solidária e a agroecologia ou outras formas de produção consideradas ambientalmente sustentáveis, por exemplo, é orientada para o fortalecimento

3. A mesma orientação encontra-se no plano de ação da Senaes: Economia Solidária em Desenvolvimento, de 2003 (Brasil, 2003).

4. Ver Brasil (2006).

5. Para detalhes sobre essa definição, ver Brasil (2009).

e a criação de novos empreendimentos solidários, não para uma transformação, mesmo que gradual, da matriz energética nacional.[6]

Este é o ponto que se gostaria de destacar. A compreensão mesma da economia solidária como um *setor da economia* é contraditória com o discurso de *projeto de desenvolvimento alternativo ao capitalismo*. Isto é reconhecido sutilmente na parte final do documento-base da II Conaes, na qual são apresentados os objetivos da política de economia solidária "enquanto *parte* de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, democrático, includente e socialmente justo" (BRASIL, 2010, p. 27; grifo nosso).

A conclusão é que a atual configuração da economia solidária enquanto concepção centrada em unidades de produção coletivas autogestionadas (assim como seu reflexo nas políticas públicas) sugere que ela deva ser compreendida como elemento de um projeto de desenvolvimento. Entretanto, não deve ser confundida com o projeto em si. Embora haja uma expectativa ampla de que a economia solidária signifique um novo paradigma (de fato, tal política já constitui um avanço em relação à tendência do Estado capitalista em individualizar as relações), cada vez mais sua concepção se restringe a uma visão setorizada, não se tratando da luta por direitos de todos os cidadãos, mas apenas daqueles ligados a empreendimentos autogestionários.[7]

Está-se relativamente de acordo com Sandra Praxedes, da rede de gestores em economia solidária, quando ela afirma o que se segue.

> Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não somente ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade (PRAXEDES, 2009, p. 57).

No entanto, nesse discurso, falta esclarecer como articular o cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação destas várias áreas (educação, saúde, meio ambiente, habitação, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) e as ações de apoio a empreendimentos coletivos. Tendo em conta a estrutura histórica, social e econômica da realidade dos empreendimentos solidários, não é possível esperar que a mudança da sociedade advenha simplesmente da transição do trabalho assalariado em empresas capitalistas para o trabalho autogestionado. Um projeto que não discuta minimamente esta articulação maior não parece refletir uma proposta lúcida e de longo prazo.[8]

---

6. Essa crítica cabe também, de maneira mais ampla, ao conjunto das políticas do governo atual relativas à questão energética, para além do âmbito da economia solidária, a despeito de ser esta uma questão central para se pensar em políticas de desenvolvimento.

7. A condição para o acesso à política não deixa dúvidas: "É fundamental que a política nacional de economia solidária inclua também os beneficiários de programas sociais desenvolvidos no âmbito das políticas sociais, com prioridade para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, *desde que* desejem se organizar em empreendimentos econômicos solidários" (Brasil, 2010, p. 25; grifo nosso). Este tipo de afirmação supõe a participação em um empreendimento solidário como uma simples escolha individual, embora ela seja, muito antes disto, resultado de uma condição social.

8. Para citar um exemplo, pode-se analisar a idealização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. É comum a afirmação de que os catadores deveriam ser considerados agentes ambientais pelo fato de prestarem um serviço à sociedade e por seu papel formativo neste processo. Contudo, é preciso lembrar que o trabalho de catador não se origina de um processo individual de conscientização, sendo um reflexo de uma sociedade extremamente desigual, que não oferece nenhuma outra perspectiva de vida digna para estes trabalhadores. A proposta de organização de catadores em cooperativas, embora louvável e mesmo produzindo resultados efetivos na redução da precariedade de seu trabalho e aumento de sua renda, constitui medida apenas de curto prazo ao valorizar uma profissão que, num quadro ideal, talvez nem mesmo devesse existir. Um projeto de tratamento de resíduos no longo prazo deve também ter como horizonte, por um lado, medidas de regulação dos processos de produção e consumo e, por outro, de realocação e readaptação do trabalho nestes setores, não medidas limitadas à sua manutenção precária.

A concepção prática de economia solidária centrada no conceito de empreendimento econômico solidário pouco contribui para propor mudanças na vida cotidiana, para além do mundo do trabalho. Nada diz sobre a estrutura do sistema educacional, sobre os sistemas de transporte e saúde públicos ou sobre as diferentes opções de cultura e lazer oferecidas à população. Isto não significa que empreendimentos solidários não devam receber apoio maciço do Estado. Ao contrário, é provável que o processo de autogestão em si gere diversos efeitos positivos, devendo ser estimulado. Contudo, não é razoável a crença de que unidades coletivas por si só, por mais que possam se tornar viáveis social, econômica e ambientalmente, tenham potencial para criar uma dinâmica de desenvolvimento no sentido amplo do termo.[9]

Outro aspecto pragmático a ser considerado é a fragilidade dos empreendimentos solidários. São organizações que, em sua maioria, desenvolvem atividades pouco orgânicas, com baixo nível tecnológico (como artesanato, confecção, reciclagem e serviços gerais) e com capacidade de investimento e captação de crédito muito reduzida. Em grande parte, são formadas por trabalhadores pouco qualificados, sendo que muitas funcionam como uma atividade complementar de renda para o associado. É muito difícil que a renda obtida neste tipo de atividade – que, no Brasil, forma um imenso exército de reserva de mão de obra – possa proporcionar um padrão de vida satisfatório à maioria dos trabalhadores da economia solidária.[10]

Existem evidentemente diversas experiências-modelo que têm crescido e conferido visibilidade cada vez maior à economia solidária, construindo uma imagem bastante positiva. Contudo, não parece possível constatar qualquer aspecto conjuntural indicando uma evolução que justifique grande otimismo. De forma imediata, se constata, principalmente pelos dados do mapeamento, que há uma grande fragilidade econômica, política e organizativa nos empreendimentos econômicos solidários.[11]

Com efeito, se a economia solidária se limita a um setor da economia (fundamentalmente caracterizado por grupos sociais pauperizados), ela talvez não possa ser afirmada enquanto projeto amplo de desenvolvimento. Isto significa que, da forma como está colocada, defendendo o direito (vale lembrar, legítimo e necessário) ao trabalho associado, ela pode significar antes *uma estratégia de inclusão social e geração de renda para uma camada da população excluída ou com dificuldades de entrada no mercado que uma estratégia de mudança cultural, a qual coloque em questão o* status quo *e o modo de vida da sociedade moderna para além destes grupos*.

9. No início de 2010, o Ministério da Educação lançou um edital que visa à contratação de instituições de ensino para produção de materiais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à formação de educadores em economia solidária. Iniciativas como esta sugerem que a economia solidária estaria entrando em uma pauta mais ampla de desenvolvimento tanto pela via da formação, ao entrar no currículo da EJA, quanto por meio da inclusão produtiva de um público que poderia constituir novos empreendimentos solidários ao longo do próprio processo de alfabetização. No entanto, o que orienta tal política é a formação de empreendimentos solidários, permitindo a entrada no mercado de uma parte específica da população e/ou viabilizando uma possibilidade complementar de geração de renda. Acredita-se, contudo, que pensar um projeto estruturalmente diferente para o sistema educacional tradicional exige questionar seus fundamentos básicos como a sua orientação "conteudista", a divisão disciplinar e a meritocracia.

10. Para se fazerem afirmações mais precisas, um estudo específico seria necessário. Contudo, os dados sobre remuneração média dos associados nos empreendimentos permitem se ter uma boa ideia desta realidade. Entre os empreendimentos mapeados pelo Sies que declararam a remuneração dos sócios (cerca da metade não declarou), 63% se encontravam na faixa de até um salário mínimo. Apenas 6% declararam remuneração dos sócios superior a dois salários mínimos.

11. Em breve haverá mais dados que permitam fazer análises comparativas mais completas sobre esta evolução, tendo em vista que, em 2010, com a segunda fase do Sies, ter-se-á uma série histórica com informações detalhadas sobre os empreendimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reconhecer que não parece haver, na orientação da política de economia solidária, muitos elementos concretos que apontem para uma orientação alternativa de organização da sociedade. Cada vez mais, ela se torna um projeto restrito à conquista de políticas e direitos limitados a um grupo social específico.

A afirmação de que a economia solidária pode não ser um projeto de desenvolvimento pode parecer frustrante. Porém, é preciso compreender seu real potencial para não se criarem falsas ilusões. Ela pode sim orientar um processo de desenvolvimento; no entanto, para que isso ocorra, é preciso haver programas e instituições que ultrapassem os limites de uma concepção restrita de sua política e dialoguem efetivamente com outras áreas.

O momento atual coloca a economia solidária frente ao resultado construído por seus atores na última década – uma direção que pode ser consolidada na sua segunda conferência nacional. A questão que se coloca é ser ou não precisamente esta a direção que se quer seguir. Por um lado, ela se consolida como setor reconhecido da economia brasileira e conquista política e legislação próprias. Criam-se fundos e se fortalecem parcerias. Por outro lado, na medida em que se torna mais específica aos empreendimentos, questões mais gerais sobre a vida em sociedade correm o risco de serem marginalizadas. Não é necessário optar por uma entre estas duas alternativas – elas não são excludentes. Eis o desafio: trabalhar as duas frentes.

Há que se questionar profundamente alguns aspectos. Qual é o espaço prático para uma política ambiental no projeto da economia solidária? Quais são suas orientações em relação ao sistema educacional para além da formação para a autogestão? O que a economia solidária tem a dizer sobre a organização do sistema de saúde, sobre os transportes públicos ou sobre o uso do espaço das cidades para além da organização de catadores em cooperativas?

Não é apenas da repercussão dos efeitos positivos da organização de unidades autogestionadas que brotará uma nova cultura de convivência e vida social, mas da prática política mediante institucionalização de mecanismos democráticos de estímulo e regulação em diferentes dimensões da vida cotidiana. *Se a política de economia solidária for restrita ao apoio de unidades autogestionadas*, a visão de projeto de sociedade também será limitada, reduzindo-se a possibilidade de se articularem diferentes dimensões do desenvolvimento.

Neste momento, os atores da economia solidária têm a oportunidade de, em paralelo às demandas específicas de cada um de seus segmentos, apresentarem demandas que digam respeito, de forma prática, ao conjunto da sociedade. Por que não colocar na pauta questões como a redução da jornada de trabalho, a implantação da renda mínima ou a melhoria na oferta de bens públicos básicos de qualidade? Não se trata de uma simples disputa por uma (merecida) parte maior do bolo do produto social; trata-se de uma discussão sobre a receita do bolo.

É difícil afirmar se a política de economia solidária, cuja orientação é fortemente influenciada pelos diálogos travados na conferência, continuará sendo uma política restrita a empreendimentos produtivos autogestionários ou se ela se identificará com demandas estratégicas objetivas mais amplas frente ao Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. II Conferência Nacional de Economia Solidária. **Documento Base**. Brasília: Senaes/MTE, 2010.

_____. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies):** Guia de orientações e procedimentos do Sies 2009/2010. Brasília: Senaes/MTE, 2009.

_____. I Conferência Nacional de Economia Solidária. **Anais**. Brasília: Senaes/MTE, 2006.

_____. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: Senaes/MTE, 2006.

_____. Termo de Referência em Economia Solidária – PNQ 2003-2007. Brasília: Senaes/MTE, 2005.

_____. **Plano de Ação "Economia Solidária em Desenvolvimento"**. Brasília: Senaes/MTE, 2003.

PRAXEDES, S. **Políticas públicas de economia solidária**: novas práticas, novas metodologias. Boletim Ipea Mercado de Trabalho, n. 39, maio, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, A.; SCHIOCHET, V. (Orgs.). **Políticas Públicas de Economia Solidária:** por um outro desenvolvimento. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana A1
2. PEA por gênero A1
3. PEA por grau de instrução A2
4. PEA por faixa etária A2
5. Taxa de participação por região metropolitana A3
6. Taxa de participação por gênero A3
7. Taxa de participação por grau de instrução A4
8. Taxa de participação por faixa etária A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana A7
2. Nível de ocupação por gênero A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução A8
4. Nível de ocupação por faixa etária A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação A9
6. Empregados por categoria de ocupação A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Admissões por UF A11
2. Desligamentos por UF A12
3. Variação do nível de emprego por UF A13
4. Admissões por setor de atividade A14
5. Desligamentos por setor de atividade A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade A16

IV. DESEMPREGO

1 Taxa de desemprego por região metropolitana: PME A17
2 Taxa de desemprego aberto: PED A17
3 Taxa de desemprego oculto por desalento: PED A18
4 Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED A18
5 Taxa de desemprego total: PED A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício A25

VI. RENDIMENTOS

1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região A27
2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região A27
3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação A28
4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação A28
5. Salário mínimo real A29

VII. INFORMALIDADE

1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana A31
2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana A31
3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana A32
4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana A32

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002[a]		1.366	1.512	2.031	5.057	8.446	1.712	20.125	n.d	n.d.
2003		1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004		1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005		1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006		1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007		1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008		1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009		1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706
	Jan.-mar./2009	1.527	1.840	2.467	5.411	9.879	1.863	22.988	1.549	24.537
2009	Março	1.538	1.852	2.470	5.385	9.929	1.860	23.035	1.549	24.584
	Abril	1.508	1.842	2.487	5.379	9.883	1.860	22.959	1.546	24.505
	Maio	1.533	1.834	2.523	5.364	9.906	1.859	23.020	1.539	24.559
	Junho	1.528	1.815	2.546	5.420	9.844	1.862	23.015	1.536	24.551
	Junho	1.536	1.839	2.559	5.405	9.958	1.889	23.186	1.552	24.738
	Agosto	1.530	1.871	2.573	5.440	10.012	1.907	23.334	1.542	24.876
	Setembro	1.526	1.895	2.566	5.414	10.007	1.911	23.319	1.552	24.871
	Outubro	1.550	1.894	2.586	5.405	9.896	1.927	23.258	1.605	24.863
	Novembro	1.558	1.899	2.576	5.477	9.882	1.924	23.317	1.579	24.896
	Dezembro	1.590	1.891	2.599	5.503	9.911	1.913	23.407	1.592	24.999
2010	Janeiro	1.544	1.904	2.567	5.542	9.854	1.881	23.292	1.584	24.876
	Fevereiro	1.580	1.882	2.554	5.593	9.887	1.895	23.390	1.588	24.978
	Março	1.592	1.908	2.616	5.576	9.937	1.906	23.536	1.605	25.141
	Jan.-mar./2010	1.572	1.898	2.579	5.570	9.893	1.894	23.406	1.592	24.998

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período (mar.-dez.)
n.d.= não disponível.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		11.306	8.820
2003		11.737	9.392
2004		11.857	9.668
2005		11.928	9.765
2006		12.139	10.000
2007		12.281	10.254
2008		12.446	10.488
2009		12.502	10.647
	Jan.-mar./2009	12.492	10.495
2009	Março	12.534	10.501
	Abril	12.490	10.469
	Maio	12.493	10.527
	Junho	12.458	10.556
	Junho	12.518	10.668
	Agosto	12.541	10.793
	Setembro	12.539	10.780
	Outubro	12.496	10.762
	Novembro	12.480	10.837
	Dezembro	12.528	10.879
2010	Janeiro	12.532	10.760
	Fevereiro	12.612	10.778
	Março	12.666	10.870
	Jan.-mar./2010	12.604	10.803

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
(Em mil pessoas)

Período		< 8	8 - 10	> = 11
2002[a]		7.008	4.089	8.989
2003		7.174	4.233	9.686
2004		6.963	4.215	10.307
2005		6.669	4.161	10.830
2006		6.503	4.172	11.430
2007		6.244	4.189	12.072
2008		6.001	4.173	12.732
2009		5.702	4.128	13.292
	Jan.-mar./2009	5.788	4.040	13.133
2009	Março	5.717	4.062	13.220
	Abril	5.680	4.054	13.201
	Maio	5.640	4.100	13.252
	Junho	5.614	4.105	13.260
	Julho	5.648	4.129	13.381
	Agosto	5.641	4.174	13.488
	Setembro	5.703	4.126	13.459
	Outubro	5.693	4.220	13.325
	Novembro	5.680	4.270	13.344
	Dezembro	5.760	4.240	13.391
2010	Janeiro	5.574	4.160	13.539
	Fevereiro	5.543	4.179	13.650
	Março	5.603	4.112	13.804
	Jan.-mar./2010	5.573	4.150	13.664

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		95	569	3.996	12.506	2.959
2003		127	616	4.073	13.041	3.272
2004		107	598	4.090	13.239	3.490
2005		64	521	3.989	13.457	3.662
2006		73	538	4.013	13.684	3.831
2007		64	496	3.986	13.964	4.025
2008		62	480	3.921	14.155	4.317
2009		95	569	3.996	12.506	2.959
	Jan.-mar./2009	127	616	4.073	13.041	3.272
2009	Março	107	598	4.090	13.239	3.490
	Abril	64	521	3.989	13.457	3.662
	Maio	73	538	4.013	13.684	3.831
	Junho	64	496	3.986	13.964	4.025
	Julho	62	480	3.921	14.155	4.317
	Agosto	52	427	3.809	14.288	4.348
	Setembro	46	390	3.840	14.405	4.637
	Outubro	47	426	3.827	14.321	4.637
	Novembro	51	438	3.783	14.265	4.780
	Dezembro	54	398	3.782	14.383	4.790
2010	Janeiro	40	391	3.689	14.369	4.802
	Fevereiro	48	392	3.697	14.485	4.768
	Março	53	414	3.754	14.529	4.180
	Jan.-mar./2010	47	399	3.714	14.461	4.584

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.5
Taxa de participação por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002[a]		48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003		51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004		49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005		49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006		51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007		49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008		47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
2009		47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9
	Jan.-mar./2009	47,7	56,6	57,6	53,3	60,2	55,9	56,6	60,1	56,8
2009	Março	47,9	56,9	57,7	53,1	60,4	56,0	56,7	59,9	56,9
	Abril	47,0	56,3	57,9	53,0	60,3	55,8	56,5	59,7	56,7
	Maio	47,9	56,0	58,4	53,0	60,4	55,5	56,6	59,0	56,8
	Junho	47,7	55,5	58,8	53,4	59,8	55,4	56,4	58,8	56,6
	Julho	47,8	55,8	58,9	53,2	60,2	55,9	56,7	59,3	56,9
	Agosto	47,8	56,5	59,1	53,3	60,3	56,5	56,8	59,1	57,0
	Setembro	47,6	57,3	59,1	53,0	60,3	56,5	56,8	59,4	57,0
	Outubro	48,1	57,1	59,5	53,0	59,8	56,9	56,7	61,5	57,0
	Novembro	48,3	57,2	59,3	53,6	59,7	57,0	56,8	60,4	57,1
	Dezembro	49,2	57,1	59,8	53,8	59,6	56,5	56,9	60,4	57,1
2010	Janeiro	47,9	57,5	59,1	54,0	59,1	55,6	56,5	60,1	56,8
	Fevereiro	49,1	56,7	58,9	54,6	59,2	56,1	56,8	59,9	57,0
	Março	49,3	57,4	60,0	54,5	59,3	56,2	57,0	60,3	57,2
	Jan.-mar./2010	48,8	57,2	59,3	54,4	59,2	56,0	56,8	60,1	57,0

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA I.6
Taxa de participação por gênero
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		66,3	45,7
2003		67,7	47,8
2004		67,3	48,3
2005		66,7	47,7
2006		66,8	48,1
2007		66,5	48,5
2008		66,6	48,7
2009		66,0	48,6
	Jan.-mar./2009	66,0	48,4
2009	Março	66,2	48,3
	Abril	66,1	48,1
	Maio	66,2	48,3
	Junho	66,1	48,2
	Julho	66,0	48,6
	Agosto	66,0	48,9
	Setembro	66,0	48,9
	Outubro	65,9	48,8
	Novembro	65,8	49,1
	Dezembro	66,0	49,1
2010	Janeiro	65,9	48,5
	Fevereiro	66,3	48,6
	Março	66,5	48,9
	Jan.-mar./2010	66,2	48,7

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.7
Taxa de participação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8 - 10	> = 11
2002[a]		40,9	57,1	74,9
2003		42,1	58,9	76,2
2004		41,3	58,4	76,3
2005		39,9	56,9	75,9
2006		39,2	57,4	76,2
2007		38,1	57,2	76,2
2008		37,2	56,7	76,2
2009		36,1	55,6	75,7
	Jan.-mar./2009	36,6	54,8	75,5
2009	Março	36,3	54,9	75,7
	Abril	36,2	55,0	75,4
	Maio	35,9	55,2	75,8
	Junho	35,8	54,9	75,6
	Julho	35,9	55,4	75,8
	Agosto	35,8	55,7	76,1
	Setembro	35,8	55,9	76,1
	Outubro	35,6	56,8	75,8
	Novembro	35,6	57,0	76,0
	Dezembro	36,3	56,9	75,3
2010	Janeiro	36,0	54,7	74,9
	Fevereiro	36,1	54,5	75,3
	Março	36,3	54,3	75,6
	Jan.-mar./2010	36,1	54,5	75,3

Fonte: PME/IBGE.
a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.8
Taxa de participação por faixa etária
(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003		3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004		3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005		1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006		2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007		1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008		1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009		1,4	19,0	69,9	80,1	39,5
	Jan.-mar./2009	1,6	20,3	69,3	79,8	39,2
2009	Março	1,6	20,6	70,2	79,7	39,2
	Abril	1,6	20,5	69,9	79,5	39,0
	Maio	1,3	19,2	69,8	79,8	39,0
	Junho	1,4	18,5	69,5	79,6	39,6
	Julho	1,1	18,2	70,4	80,1	39,2
	Agosto	1,4	18,1	70,4	80,2	39,9
	Setembro	1,2	17,3	70,2	80,5	39,7
	Outubro	1,2	18,6	70,5	80,4	39,4
	Novembro	1,4	19,0	70,1	80,5	40,2
	Dezembro	1,5	17,6	70,0	80,7	40,1
2010	Janeiro	1,1	17,4	69,3	80,3	39,8
	Fevereiro	1,3	17,7	69,7	80,3	39,8
	Março	1,5	18,3	70,7	80,5	39,8
	Jan.-mar./2010	1,3	17,8	69,9	80,4	39,8

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.9
População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período		Disponíveis		Não-disponíveis	Total
		Marginalmente ligadas à PEA [a]	Total		
2002[b]		1.082	3.168	442	3.610
2003		985	2.811	404	3.215
2004		1.024	2.806	365	3.171
2005		1.027	2.800	343	3.144
2006		992	2.566	371	2.938
2007		920	2.300	408	2.709
2008		817	2.077	386	2.463
2009		861	2.033	370	2.403
	Jan.-mar./2009	963	2.171	418	2.589
2009	Março	912	2.092	396	2.488
	Abril	913	2.114	354	2.468
	Maio	856	2.058	347	2.404
	Junho	856	2.080	368	2.448
	Julho	864	2.073	365	2.438
	Agosto	788	1.929	349	2.279
	Setembro	799	1.929	333	2.262
	Outubro	800	1.933	359	2.292
	Novembro	756	1.855	344	2.199
	Dezembro	807	1.912	369	2.281
2010	Janeiro	843	2.013	322	2.334
	Fevereiro	796	1.951	335	2.287
	Março	777	1.962	343	2.305
	Jan.-mar./2010	805	1.975	333	2.309

Fonte: PME/IBGE.

[a] Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

[b] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.1
Nível de ocupação por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	total IBGE	CT	total
2002[a]		1.196	1.286	1.816	4.549	7.371	1.563	17.780	n.d.	n.d.
2003		1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004		1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005		1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006		1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007		1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008		1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009		1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781	21.276	1.474	22.750
	Jan.-mar./2009	1.384	1.631	2.305	5.052	8.894	1.751	21.017	1.456	22.473
2009	Março	1.377	1.631	2.307	5.012	8.884	1.741	20.953	1.452	22.405
	Abril	1.348	1.614	2.318	5.012	8.876	1.745	20.913	1.451	22.364
	Maio	1.372	1.612	2.353	5.009	8.892	1.746	20.984	1.455	22.439
	Junho	1.373	1.612	2.371	5.077	8.957	1.758	21.148	1.456	22.604
	Julho	1.379	1.630	2.404	5.066	9.073	1.780	21.332	1.465	22.797
	Agosto	1.363	1.657	2.380	5.134	9.106	1.803	21.444	1.454	22.898
	Setembro	1.366	1.688	2.403	5.117	9.139	1.809	21.520	1.474	22.994
	Outubro	1.403	1.696	2.428	5.103	9.046	1.828	21.505	1.526	23.031
	Novembro	1.410	1.688	2.425	5.174	9.083	1.823	21.603	1.508	23.111
	Dezembro	1.457	1.688	2.467	5.203	9.170	1.830	21.815	1.531	23.346
2010	Janeiro	1.412	1.677	2.411	5.242	9.062	1.801	21.605	1.498	23.103
	Fevereiro	1.441	1.674	2.388	5.280	9.087	1.799	21.668	1.499	23.167
	Março	1.464	1.692	2.451	5.221	9.127	1.793	21.748	1.517	23.265
	Jan.-mar./2010	1.439	1.681	2.417	5.248	9.092	1.797	21.674	1.505	23.179

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA II.2
Nível de ocupação por gênero
(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		10.188	7.593
2003		10.554	7.966
2004		10.777	8.275
2005		10.999	8.555
2006		11.149	8.777
2007		11.370	9.065
2008		11.687	9.435
2009		11.687	9.590
	Jan.-mar./2009	11.644	9.372
2009	Março	11.619	9.333
	Abril	11.589	9.324
	Maio	11.586	9.398
	Junho	11.616	9.532
	Julho	11.687	9.645
	Agosto	11.716	9.728
	Setembro	11.747	9.774
	Outubro	11.749	9.755
	Novembro	11.764	9.839
	Dezembro	11.851	9.964
2010	Janeiro	11.800	9.805
	Fevereiro	11.856	9.813
	Março	11.925	9.823
	Jan.-mar./2010	11.861	9.813

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.3
Nível de ocupação por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período		0	1 - 3	4 - 7	8 - 10	> = 11
2002[a]		555	1.182	4.421	3.457	8.125
2003		561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004		527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005		479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006		473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007		424	976	4.336	3.662	11.007
2008		375	919	4.300	3.727	11.773
2009		367	881	4.074	3.694	12.235
	Jan.-mar./2009	369	896	4.115	3.612	11.997
2009	Março	368	862	4.078	3.604	12.005
	Abril	340	863	4.057	3.592	12.037
	Maio	337	838	4.042	3.627	12.113
	Junho	355	866	4.017	3.674	12.200
	Julho	376	847	4.047	3.692	12.342
	Agosto	381	872	4.013	3.713	12.435
	Setembro	373	907	4.061	3.689	12.460
	Outubro	377	943	4.026	3.792	12.346
	Novembro	365	887	4.101	3.841	12.386
	Dezembro	391	858	4.179	3.867	12.505
2010	Janeiro	357	851	4.050	3.784	12.544
	Fevereiro	372	838	4.022	3.768	12.651
	Março	359	866	4.066	3.699	12.740
	Jan.-mar./2010	363	852	4.046	3.750	12.645

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4
Nível de ocupação por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		78	375	3.134	11.380	2.814
2003		104	381	3.120	11.816	3.100
2004		88	385	3.167	12.086	3.327
2005		54	347	3.164	12.464	3.525
2006		61	362	3.168	12.646	3.689
2007		52	337	3.193	12.957	3.895
2008		51	341	3.267	13.266	4.196
2009		44	304	3.149	13.344	4.436
	Jan.-mar./2009	50	322	3.102	13.217	4.325
2009	Março	53	312	3.098	13.133	4.356
	Abril	51	309	3.103	13.128	4.322
	Maio	41	298	3.108	13.231	4.306
	Junho	43	300	3.124	13.293	4.387
	Julho	32	297	3.147	13.463	4.393
	Agosto	41	287	3.148	13.452	4.516
	Setembro	40	284	3.208	13.476	4.513
	Outubro	37	308	3.203	13.442	4.514
	Novembro	44	311	3.205	13.400	4.642
	Dezembro	42	291	3.230	13.592	4.661
2010	Janeiro	33	276	3.112	13.512	4.672
	Fevereiro	41	283	3.071	13.630	4.644
	Março	39	285	3.123	13.643	4.658
	Jan.-mar./2010	38	281	3.102	13.595	4.658

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.5
Nível de ocupação por posição na ocupação
(Em mil pessoas)

Período		Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
		Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002[a]		8.092	3.775	1.346	11	3.449	891	216	17.780
2003		8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004		8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005		8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006		9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007		9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008		10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
2009		10.504	4.034	1.630	7	4.001	969	132	21.276
	Jan.-mar./2009	10.378	3.940	1.641	4	3.948	968	136	21.017
2009	Março	10.328	3.919	1.655	6	3.944	961	140	20.953
	Abril	10.393	3.934	1.592	4	3.884	976	130	20.913
	Maio	10.441	3.999	1.564	7	3.893	955	124	20.984
	Junho	10.489	4.004	1.628	4	3.922	974	127	21.148
	Julho	10.650	4.020	1.598	10	3.985	944	127	21.332
	Agosto	10.532	4.065	1.705	8	4.041	962	130	21.444
	Setembro	10.506	4.141	1.687	7	4.038	992	149	21.520
	Outubro	10.536	4.105	1.635	11	4.129	963	125	21.505
	Novembro	10.618	4.120	1.620	9	4.119	981	137	21.603
	Dezembro	10.749	4.193	1.611	6	4.156	976	123	21.815
2010	Janeiro	10.866	3.982	1.599	2	4.094	938	123	21.605
	Fevereiro	10.984	3.911	1.627	7	4.039	982	118	21.668
	Março	11.069	3.920	1.589	5	4.054	988	122	21.748
	Jan.-mar./2010	10.973	3.938	1.605	5	4.062	969	121	21.674

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6
Empregados por categoria de ocupação
(Em mil pessoas)

Período		Setor privado		Setor público			Domésticos	
		Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002[a]		7.217	2.624	379	271	1.346	497	880
2003		7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004		7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005		7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006		8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007		8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008		9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
2009		9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043
	Jan.-mar./2009	9.400	2.664	363	275	1.641	615	1.001
2009	Março	9.332	2.629	368	276	1.655	627	1.014
	Abril	9.413	2.616	373	275	1.592	607	1.043
	Maio	9.430	2.653	408	311	1.564	603	1.035
	Junho	9.479	2.719	401	270	1.628	609	1.015
	Julho	9.621	2.690	410	277	1.598	618	1.052
	Agosto	9.550	2.695	383	295	1.705	600	1.076
	Setembro	9.521	2.750	386	319	1.687	598	1.073
	Outubro	9.535	2.697	390	326	1.635	611	1.082
	Novembro	9.610	2.763	403	309	1.620	605	1.048
	Dezembro	9.751	2.800	383	305	1.611	615	1.089
2010	Janeiro	9.822	2.658	416	253	1.599	629	1.071
	Fevereiro	9.978	2.617	402	256	1.627	604	1.038
	Março	10.000	2.645	447	256	1.589	622	1.019
	Jan.-mar./ 2010	9.933	2.640	422	255	1.605	618	1.043

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.7
Nível de ocupação por setor de atividade
(Em mil pessoas)

Período		Indústria[1]	Construção	Comércio[2]	Intermediação financeira[3]	Adm. pública[4]	Serviços domésticos	Outros serviços[5]	Outras atividades[6]
2002[a]		3.123	1.358	3.679	2.298	2.856	1.377	2.983	106
2003		3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004		3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005		3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006		3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007		3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008		3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009		3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113
	Jan.-mar./2009	3.508	1.527	4.073	3.187	3.382	1.616	3.619	104
2009	Março	3.433	1.542	4.034	3.180	3.408	1.641	3.613	101
	Abril	3.427	1.534	4.052	3.186	3.372	1.650	3.586	107
	Maio	3.403	1.533	4.068	3.250	3.428	1.638	3.560	106
	Junho	3.460	1.549	4.037	3.225	3.507	1.623	3.628	117
	Julho	3.469	1.569	4.114	3.267	3.467	1.670	3.657	118
	Agosto	3.605	1.569	4.031	3.347	3.522	1.675	3.586	109
	Setembro	3.562	1.599	4.073	3.330	3.489	1.671	3.679	117
	Outubro	3.626	1.604	4.092	3.274	3.428	1.693	3.665	121
	Novembro	3.628	1.615	4.125	3.268	3.437	1.653	3.749	128
	Dezembro	3.624	1.658	4.219	3.258	3.416	1.704	3.811	127
2010	Janeiro	3.544	1.634	4.144	3.325	3.383	1.700	3.768	108
	Fevereiro	3.560	1.664	4.166	3.335	3.367	1.642	3.812	122
	Março	3.550	1.706	4.077	3.432	3.404	1.641	3.817	121
	Jan.-mar./2010	3.551	1.668	4.129	3.364	3.385	1.661	3.799	117

Fonte: PME/IBGE.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

1 - Indústria Extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

2 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis.

3 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

5 - Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

6 - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

TABELA III.1
Admissões por UF

	2002[a]	2003[a]	2004[a]	2005[a]	2006[a]	2007[a]	2008[a]	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Out./2009	Nov./2009	Dez./2009	Mar.-dez./ 2009[b]	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Jan.-mar./ 2010[b]
RO	51.199	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	9.213	9.111	13.472	11.245	11.791	11.820	11.328	11.809	10.871	7.882	108.542	10.693	11.627	14.074	36.394
AC	11.687	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	1.778	2.156	1.920	2.351	2.281	2.498	2.296	1.911	2.123	1.369	20.683	1.566	2.239	2.200	6.005
AM	86.413	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	11.360	13.055	12.305	13.293	15.659	18.465	17.761	17.969	14.532	9.508	143.907	14.199	1.414	17.930	33.543
RR	5.221	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	1.157	1.158	1.154	1.039	1.169	1.194	1.294	1.409	1.097	871	11.542	1.472	1.351	1.593	4.416
PA	143.755	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	17.179	18.644	19.271	21.326	23.891	26.296	25.235	24.451	22.744	17.187	216.224	20.860	22.444	22.582	65.886
AP	9.491	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	1.769	2.014	1.692	1.640	1.709	1.967	1.762	2.017	1.704	1.422	17.696	1.691	2.064	1.572	5.327
TO	31.305	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	4.975	4.861	4.639	5.294	5.508	4.905	4.931	5.204	4.760	3.424	48.501	4.645	5.796	5.986	16.427
MA	60.558	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	12.153	10.095	10.523	11.470	13.024	14.399	11.864	11.756	12.856	9.629	117.769	11.289	12.028	15.732	39.049
PI	46.875	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	5.617	5.672	5.943	7.436	7.018	8.316	7.732	6.972	8.243	5.593	68.542	6.979	7.188	10.553	24.720
CE	215.582	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	28.131	27.705	28.010	32.357	37.224	39.267	38.239	36.638	36.356	25.108	329.035	30.839	34.974	38.232	104.045
RN	97.748	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	10.576	10.375	11.336	11.645	14.361	17.952	14.954	13.420	14.201	10.715	129.535	12.681	12.204	15.656	40.541
PB	74.189	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	7.964	7.391	8.071	7.996	11.865	14.261	11.281	9.017	9.140	7.012	93.998	8.529	9.805	10.154	28.488
PE	254.078	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	28.964	29.256	32.904	36.880	37.520	48.179	55.521	42.663	41.482	30.137	383.506	34.937	32.647	39.321	106.905
AL	88.185	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	5.390	5.329	6.122	6.685	7.643	7.710	41.524	13.924	8.636	5.852	108.815	6.218	5.897	7.641	19.756
SE	55.944	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	7.054	6.321	6.350	7.160	7.543	8.272	9.773	9.002	8.363	6.529	76.367	7.434	8.401	8.953	24.788
BA	348.538	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	51.525	50.752	53.628	52.668	57.724	58.899	58.493	57.101	57.655	45.963	544.408	58.740	52.408	64.478	175.626
MG	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	168.728	162.031	184.862	196.940	179.198	179.530	180.848	172.156	165.884	125.978	1.716.155	159.019	172.549	218.484	550.052
ES	221.484	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	31.229	31.431	40.302	30.568	31.846	31.014	30.509	31.722	30.888	27.147	316.656	31.088	33.379	37.428	101.895
RJ	890.500	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	122.194	109.147	114.913	112.610	117.192	117.078	116.655	116.233	119.901	104.143	1.150.066	116.014	119.894	145.936	381.844
SP	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	459.839	447.957	419.205	412.413	431.565	449.936	445.784	443.474	434.862	330.948	4.275.983	445.563	500.536	600.453	1.546.552
PR	710.236	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	115.512	103.198	100.791	98.635	100.119	102.661	106.051	103.794	103.578	70.522	1.004.861	106.788	114.656	140.203	361.647
SC	531.525	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	85.836	74.352	71.212	70.386	75.434	77.932	80.239	84.193	86.114	58.085	763.783	92.225	10.302	108.480	211.007
RS	757.568	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	105.542	94.578	84.233	83.087	84.871	93.978	95.937	100.920	107.593	83.798	934.537	106.962	116.928	146.469	370.359
MS	131.314	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	25.072	20.394	19.133	18.713	17.914	18.973	18.817	18.428	18.602	13.403	189.449	18.271	21.793	24.845	64.909
MT	182.489	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	27.972	25.861	27.118	29.945	31.434	29.022	29.267	27.799	23.134	16.713	268.265	30.886	3.142	31.108	65.136
GO	298.605	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	47.527	54.485	46.824	48.025	45.965	47.363	46.695	45.687	43.511	31.587	457.669	47.105	51.184	60.085	158.374
DF	164.092	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	25.255	23.117	22.642	24.542	26.713	25.568	26.790	24.246	24.213	17.956	241.042	23.769	25.749	29.897	79.415
Total	**9.812.379**	**9.809.343**	**11.296.496**	**12.179.001**	**12.831.149**	**14.341.289**	**16.659.331**	**1.419.511**	**1.350.446**	**1.348.575**	**1.356.349**	**1.398.181**	**1.457.455**	**1.491.580**	**1.433.915**	**1.413.043**	**1.068.481**	**13.737.536**	**1.410.462**	**1.526.321**	**1.820.045**	**4.623.106**

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

[b] Soma dos meses.

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2002[a]	2003[a]	2004[a]	2005[a]	2006[a]	2007[a]	2008[a]	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Out./2009	Nov./2009	Dez./2009	Mar.-dez./ 2009[b]	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Jan.-mar./ 2010[b]
RO	46.444	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	7.914	7.037	8.111	8.273	9.108	8.419	8.451	8.916	8.906	11.190	86.325	8.093	9.345	10.681	28.119
AC	10.872	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	1.918	1.563	1.477	1.839	1.951	1.657	2.012	1.772	2.029	2.390	18.608	1.768	1.886	2.195	5.849
AM	75.316	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	12.640	14.124	12.453	12.309	12.865	11.916	13.174	13.271	12.411	17.490	132.653	12.410	1.227	14.869	28.506
RR	5.180	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	1.085	1.077	1.105	1.046	1.230	1.050	831	1.035	886	1.151	10.496	1.006	1.011	1.404	3.421
PA	130.435	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	22.822	20.787	19.953	20.269	19.441	19.092	20.433	18.823	19.063	22.145	202.828	19.180	18.241	21.832	59.253
AP	8.704	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	1.870	1.516	1.698	1.816	1.712	1.624	1.556	1.903	1.481	1.655	16.831	1.549	125	1.776	3.450
TO	30.880	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	4.783	4.243	4.617	5.091	4.673	4.714	4.600	3.920	4.466	5.208	46.315	4.099	4.538	4.986	13.623
MA	57.316	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	12.555	10.974	11.749	12.633	11.829	12.401	10.947	11.438	10.126	13.456	118.108	10.473	9.768	11.940	32.181
PI	41.549	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	5.467	5.396	4.909	5.200	5.617	5.551	5.301	4.525	5.452	7.547	54.965	5.802	6.313	7.130	19.245
CE	184.751	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	26.759	24.475	25.857	26.605	27.701	25.477	25.273	25.594	24.060	25.464	257.265	33.093	29.274	31.782	94.149
RN	86.992	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	13.046	13.002	13.128	10.909	11.462	11.176	10.533	10.843	9.856	12.414	116.369	12.504	12.984	14.456	39.944
PB	67.029	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	12.154	7.522	7.022	7.152	7.594	7.462	6.638	5.781	6.269	7.987	75.581	8.467	101	14.171	22.739
PE	236.905	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	51.216	40.241	27.580	27.090	30.035	29.189	30.476	31.040	29.713	31.260	327.840	31.323	3.504	52.537	87.364
AL	80.373	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	20.972	22.009	7.122	6.659	6.084	6.432	5.958	6.019	6.536	7.033	94.824	7.131	17.092	25.444	49.667
SE	45.108	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	8.385	7.064	7.221	6.430	6.377	6.002	6.085	6.261	5.372	6.692	65.889	6.140	6.515	10.487	23.142
BA	311.240	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	47.028	46.835	44.568	46.549	47.932	47.814	47.728	49.658	44.414	50.217	472.743	44.316	4.632	54.252	103.200
MG	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	159.329	146.429	147.344	151.344	176.215	170.917	173.397	156.258	140.905	175.740	1.597.878	138.527	145.046	178.680	462.253
ES	197.932	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	30.740	26.682	30.241	37.219	31.945	27.366	26.302	25.436	25.785	31.870	293.586	27.498	2.928	33.374	63.800
RJ	817.854	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	116.036	102.455	106.993	107.155	107.543	101.237	101.996	99.528	95.288	111.902	1.050.133	111.603	111.596	123.964	347.163
SP	2.867.964	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	425.608	375.935	374.684	384.811	378.754	371.953	386.237	374.328	365.195	522.134	3.959.639	394.404	419.874	475.264	1.289.542
PR	651.647	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	104.670	95.261	89.109	92.671	93.197	88.224	92.311	90.367	87.547	106.506	939.863	92.877	100.946	117.006	310.829
SC	482.084	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	86.129	73.516	73.284	69.265	70.251	65.944	67.522	68.051	68.267	82.621	724.850	72.935	86.909	101.463	261.307
RS	714.880	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	100.808	91.643	88.309	84.481	85.352	82.995	81.552	81.324	81.870	95.522	873.856	88.085	9.721	118.215	216.021
MS	119.843	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	20.132	20.080	17.821	16.776	17.968	17.086	16.579	16.981	16.452	20.984	180.859	16.582	17.853	20.641	55.076
MT	171.610	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	29.050	26.415	26.345	24.492	26.760	26.021	26.925	27.007	27.193	31.347	271.555	22.034	24.295	31.771	78.100
GO	279.342	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	39.613	39.823	41.721	40.677	41.458	40.809	41.445	43.015	45.556	59.041	433.158	36.929	40.457	46.331	123.717
DF	146.975	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	21.964	18.137	22.597	28.093	24.725	22.801	24.701	19.865	21.250	22.707	226.840	20.215	21.483	26.979	68.677
Total	**9.049.965**	**9.163.910**	**9.773.220**	**10.925.020**	**11.602.463**	**12.723.897**	**15.207.127**	**1.384.693**	**1.244.241**	**1.217.018**	**1.236.854**	**1.259.779**	**1.215.329**	**1.238.963**	**1.202.959**	**1.166.348**	**1.483.673**	**12.649.857**	**1.229.043**	**1.316.896**	**1.553.630**	**3.890.337**

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

[b] Soma dos meses.

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2002[a]	2003[a]	2004[a]	2005[a]	2006[a]	2007[a]	2008[a]	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Out./2009	Nov./2009	Dez./2009	Mar.-dez./ 2009[b]	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Jan.-mar./ 2010[b]
RO	4.755	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	1.299	2.074	5.361	2.972	2.683	3.401	2.877	2.893	1.965	-3308	22.217	2.600	2.282	3.393	8.275
AC	815	-153	820	2.336	1.180	-96	499	-140	593	443	512	330	841	284	139	94	-1021	2.075	-202	353	5	156
AM	11.097	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	-1.280	-1.069	-148	984	2.794	6.549	4.587	4.698	2.121	-7982	11.254	1.789	187	3.061	5.037
RR	41	247	914	1.463	668	1.342	574	72	81	49	-7	-61	144	463	374	211	-280	1.046	466	340	189	995
PA	13.320	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	-5.643	-2.143	-682	1.057	4.450	7.204	4.802	5.628	3.681	-4958	13.396	1.680	4.203	750	6.633
AP	787	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	-101	498	-6	-176	-3	343	206	114	223	-233	865	142	814	-204	752
TO	425	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	192	618	22	203	835	191	331	1.284	294	-1784	2.186	546	1.258	1.000	2.804
MA	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	-402	-879	-1.226	-1.163	1.195	1.998	917	318	2.730	-3827	-339	816	226	3.792	4.834
PI	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	150	276	1.034	2.236	1.401	2.765	2.431	2.447	2.791	-1954	13.577	1.177	875	3.423	5.475
CE	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	1.372	3.230	2.153	5.752	9.523	13.790	12.966	11.044	12.296	-356	71.770	-2.254	57	6.450	4.253
RN	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	-2.470	-2.627	-1.792	736	2.899	6.776	4.421	2.577	4.345	-1699	13.166	177	-780	1.200	597
PB	7.160	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	-4.190	-131	1.049	844	4.271	6.799	4.643	3.236	2.871	-975	18.417	62	-295	-4.017	-4.250
PE	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	-22.252	-10.985	5.324	9.790	7.485	18.990	25.045	11.623	11.769	-1123	55.666	3.614	-2.393	-13.216	-11.995
AL	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	-15.582	-16.680	-1.000	26	1.559	1.278	35.566	7.905	2.100	-1181	13.991	-913	-11.195	-17.803	-29.911
SE	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	-1.331	-743	-871	730	1.166	2.270	3.688	2.741	2.991	-163	10.478	1.294	1.886	-1.534	1.646
BA	37.298	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	4.497	3.917	9.060	6.119	9.792	11.085	10.765	7.443	13.241	-4254	71.665	14.424	6.088	10.226	30.738
MG	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	9.399	15.602	37.518	45.596	2.983	8.613	7.451	15.898	24.979	-49762	118.277	20.492	27.503	39.804	87.799
ES	23.552	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	489	4.749	10.061	-6.651	-99	3.648	4.207	6.286	5.103	-4723	23.070	3.590	4.099	4.054	11.743
RJ	72.646	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	6.158	6.692	7.920	5.455	9.649	15.841	14.659	16.705	24.613	-7759	99.933	4.411	8.298	21.972	34.681
SP	199.678	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	34.231	72.022	44.521	27.602	52.811	77.983	59.547	69.146	69.667	-191186	316.344	51.159	80.662	125.189	257.010
PR	58.589	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	10.842	7.937	11.682	5.964	6.922	14.437	13.740	13.427	16.031	-35984	64.998	13.911	1.371	23.197	38.479
SC	49.441	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	-293	836	-2.072	1.121	5.183	11.988	12.717	16.142	17.847	-24536	38.933	19.290	16.111	7.017	42.418
RS	42.688	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	4.734	2.935	-4.076	-1.394	-481	10.983	14.385	19.596	25.723	-11724	60.681	18.877	19.718	28.254	66.849
MS	11.471	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	4.940	314	1.312	1.937	-54	1.887	2.238	1.447	2.150	-7581	8.590	1.689	394	4.204	6.287
MT	10.879	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	-1.078	-554	773	5.453	4.674	3.001	2.342	792	-4.059	-14634	-3.290	8.852	7.125	-663	15.314
GO	19.263	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	7.914	14.662	5.103	7.348	4.507	6.554	5.250	2.672	-2.045	-27454	24.511	10.176	10.727	13.754	34.657
DF	17.117	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	3.291	4.980	45	-3.551	1.988	2.767	2.089	4.381	2.963	-4751	14.202	3.554	4.266	2.918	10.738
Total	**762.414**	**645.433**	**1.523.276**	**1.253.981**	**1.228.686**	**1.617.392**	**1.452.204**	**34.818**	**106.205**	**131.557**	**119.495**	**138.402**	**242.126**	**252.617**	**230.956**	**246.695**	**-415.192**	**1.087.679**	**181.419**	**209.425**	**266.415**	**632.014**

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

[b] Soma dos meses .

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

		Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999[a]		30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000[a]		36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001[a]		34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002[a]		31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	59	9.812.380
2003[a]		33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004[a]		40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005[a]		45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006[a]		46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007[a]		48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008[a]		54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009	Março	3.307	281.783	6.843	168.517	308.549	519.142	14.230	117.140	0	1.419.511
	Abril	3.390	281.015	6.876	152.788	293.078	482.602	10.340	120.357	0	1.350.446
	Maio	3.627	249.233	6.258	162.176	298.366	477.454	8.462	142.999	0	1.348.575
	Junho	3.625	246.138	6.204	166.244	303.306	471.045	7.956	151.831	0	1.356.349
	Julho	3.785	263.157	7.998	180.477	316.277	481.449	8.915	136.123	0	1.398.181
	Agosto	4.169	298.018	6.079	184.570	328.428	520.583	8.815	106.793	0	1.457.455
	Setembro	4.227	351.039	5.602	182.719	336.475	508.162	7.011	96.345	0	1.491.580
	Outubro	4.290	299.291	6.271	178.624	349.639	499.498	6.245	90.057	0	1.433.915
	Novembro	3.607	268.455	6.508	171.342	384.666	494.917	5.335	78.213	0	1.413.043
	Dezembro	3.022	170.635	5.412	112.529	311.235	413.756	3.244	48.648	0	1.068.481
	Mar.-dez./2009	37.049	2.708.764	64.051	1.659.986	3.230.019	4.868.608	80.553	1.088.506	0	13.737.536
2010	Janeiro	3.828	297.678	8.189	190.660	312.001	499.985	5.389	92.732	0	1.410.462
	Fevereiro	4.439	327.803	7.755	189.214	319.938	558.295	19.742	99.135	0	1.526.321
	Março	5.334	408.277	8.988	227.513	390.708	648.279	13.765	117.181	0	1.820.045
	Jan.-mar./2010	13.601	1.033.758	24.932	607.387	1.022.647	1.706.559	38.896	309.048	0	4.756.828

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

		Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999[a]		31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000[a]		33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001[a]		31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002[a]		25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003[a]		26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004[a]		30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005[a]		35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006[a]		34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007[a]		38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008[a]		45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009	Março	3.267	317.558	6.375	152.394	318.246	469.862	7.089	109.902	0	1.384.693
	Abril	3.972	280.832	6.302	139.400	287.431	423.323	5.308	97.673	0	1.244.241
	Maio	3.456	248.533	5.992	144.769	283.760	433.425	7.011	90.072	0	1.217.018
	Junho	3.651	244.137	5.401	147.923	285.784	448.168	7.128	94.662	0	1.236.854
	Julho	3.687	245.803	5.501	148.302	288.941	453.794	7.111	106.640	0	1.259.779
	Agosto	3.192	231.454	5.888	144.613	271.615	435.015	5.510	118.042	0	1.215.329
	Setembro	3.091	227.721	7.645	150.052	286.174	445.394	5.477	113.409	0	1.238.963
	Outubro	3.133	224.739	5.386	152.468	281.123	429.917	4.567	101.626	0	1.202.959
	Novembro	2.994	228.861	5.844	153.551	268.095	407.665	4.497	94.841	0	1.166.348
	Dezembro	3.406	336.675	6.253	163.495	300.637	481.838	25.505	165.864	0	1.483.673
	Mar.-dez./2009	33.849	2.586.313	60.587	1.496.967	2.871.806	4.428.401	79.203	1.092.731	0	12.649.857
2010	Janeiro	2.636	228.758	5.651	136.330	318.788	442.096	6.195	88.589	0	1.229.043
	Fevereiro	2.976	264.779	5.925	154.479	309.256	472.688	11.634	95.159	0	1.316.896
	Março	3.911	335.837	7.395	188.884	361.289	541.884	7.615	106.815	0	1.553.630
	Jan.-mar./2010	9.523	829.374	18.971	479.693	989.333	1.456.668	25.444	290.563	0	4.099.569

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.6

Variação do nível de emprego formal por setor de atividade

		Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999[a]		-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000[a]		3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001[a]		2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002[a]		5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003[a]		6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004[a]		10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005[a]		9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006[a]		12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007[a]		9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008[a]		8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009	Março	40	-35.775	468	16.123	-9.697	49.280	7.141	7.238	0	34.818
	Abril	-582	183	574	13.388	5.647	59.279	5.032	22.684	0	106.205
	Maio	171	700	266	17.407	14.606	44.029	1.451	52.927	0	131.557
	Junho	-26	2.001	803	18.321	17.522	22.877	828	57.169	0	119.495
	Julho	98	17.354	2.497	32.175	27.336	27.655	1.804	29.483	0	138.402
	Agosto	977	66.564	191	39.957	56.813	85.568	3.305	-11.249	0	242.126
	Setembro	1.136	123.318	-2.043	32.667	50.301	62.768	1.534	-17.064	0	252.617
	Outubro	1.157	74.552	885	26.156	68.516	69.581	1.678	-11.569	0	230.956
	Novembro	613	39.594	664	17.791	116.571	87.252	838	-16.628	0	246.695
	Dezembro	-384	-166.040	-841	-50.966	10.598	-68.082	-22.261	-117.216	0	-415.192
	Mar.-dez./2009	3.200	122.451	3.464	163.019	358.213	440.207	1.350	-4.225	0	1.087.679
2010	Janeiro	1.192	68.920	2.538	54.330	-6.787	57.889	-806	4.143	0	181.419
	Fevereiro	1.463	63.024	183	34.735	10.682	85.607	8.108	3.976	0	209.425
	Março	1.423	72.440	1.593	38.629	29.419	106.395	6.150	10.366	0	266.415
	Jan.-mar./2010	4.078	204.384	4.314	127.694	33.314	249.891	13.452	18.485	0	657.259

Fonte: Caged/MTE.

[a] Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA IV.1
Taxa de desemprego por região metropolitana : PME
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002[a]		12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003		13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004		12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005		13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006		14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007		12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008		9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009		9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9
	Jan.-mar./2009	9,4	11,4	6,6	6,6	10,0	6,0	8,6	6,0	8,4
2009	Março	10,4	11,9	6,6	6,9	10,5	6,4	9,0	6,3	8,8
	Abril	10,6	12,4	6,8	6,8	10,2	6,2	8,9	6,1	8,7
	Maio	10,5	12,1	6,7	6,6	10,2	6,1	8,8	5,5	8,6
	Junho	10,2	11,2	6,9	6,3	9,0	5,6	8,1	5,2	7,9
	Julho	10,2	11,4	6,1	6,3	8,9	5,8	8,0	5,6	7,8
	Agosto	10,9	11,4	7,5	5,6	9,1	5,4	8,1	5,7	7,9
	Setembro	10,5	10,9	6,4	5,5	8,7	5,4	7,7	5,0	7,5
	Outubro	9,5	10,4	6,1	5,6	8,6	5,1	7,5	4,9	7,3
	Novembro	9,5	11,1	5,9	5,5	8,1	5,3	7,4	4,5	7,2
	Dezembro	8,4	10,7	5,1	5,4	7,5	4,3	6,8	3,8	6,6
2010	Janeiro	8,6	11,9	6,1	5,4	8,0	4,3	7,2	5,4	7,1
	Fevereiro	8,8	11,0	6,5	5,6	8,1	5,1	7,4	5,6	7,3
	Março	8,1	11,3	6,3	6,4	8,2	5,9	7,6	5,5	7,5
	Jan.-mar./2010	8,5	11,4	6,3	5,8	8,1	5,1	7,4	5,5	7,3

Fontes:PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA IV.2
Taxa de desemprego aberto: PED
(Em %)

Período		SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002[a]		12,2	12,8	10,2	16,5	11,4	11,6
2003		12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004		11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005		10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006		10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007		10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008		9,3	10,6	8,4	12,2	12,1	7,6
2009		10,0	10,5	8,6	12,2	11,5	8,0
	Jan.-mar./2009	9,9	9,7	8,1	11,7	11,0	7,6
2009	Março	10,8	9,0	9,0	12,0	11,8	8,3
	Abril	10,9	11,5	9,7	12,7	12,5	9,1
	Maio	10,8	11,7	10,1	13,6	12,4	8,9
	Junho	10,3	11,2	9,5	13,9	11,8	8,5
	Julho	10,5	10,8	9,2	13,3	11,4	8,2
	Agosto	10,1	10,4	8,8	12,8	11,9	8,1
	Setembro	10,1	10,4	8,4	12,0	12,0	7,8
	Outubro	9,9	10,3	8,1	11,4	11,8	7,5
	Novembro	9,4	10,3	7,9	11,0	10,6	7,4
	Dezembro	8,5	9,7	7,4	10,6	10,7	7,6
2010	Janeiro	8,0	9,7	7,3	11,1	10,6	7,8
	Fevereiro	8,5	9,6	7,3	11,6	11,5	7,8
	Março	9,6	10,1	7,7	12,4	11,5	8,3
	Jan.-mar./2010	8,7	9,8	7,4	11,7	11,2	8,0

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA IV.3
Taxa de desemprego oculto por desalento: PED
(Em %)

Período		SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002[a]		2,0	3,6	1,8	3,2	4,5	2,4
2003		2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004		1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005		1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006		1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007		1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008		1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
2009		1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2
	Jan.-mar./2009	1,1	2,9	n.d.	2,6	3,6	1,0
2009	Março	1,2	3,0	n.d.	2,5	3,8	1,1
	Abril	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,5	1,0
	Maio	1,0	2,6	n.d.	2,4	3,4	1,3
	Junho	0,9	2,5	n.d.	2,3	3,1	1,4
	Julho	1,1	2,4	n.d.	2,2	3,1	1,5
	Agosto	1,1	2,5	n.d.	2,3	2,9	1,3
	Setembro	1,1	2,5	n.d.	2,3	2,8	1,3
	Outubro	1,0	2,5	n.d.	2,2	2,7	1,1
	Novembro	0,8	2,4	n.d.	1,9	2,6	1,2
	Dezembro	0,9	2,2	n.d.	1,9	2,6	1,1
2010	Janeiro	1,1	2,4	n.d.	2,2	2,8	0,9
	Fevereiro	1,1	2,3	n.d.	2,4	3,0	0,9
	Março	1,0	2,5	n.d.	2,6	3,2	0,9
	Jan.-mar./2010	1,1	2,4	n.d.	2,4	3,0	0,9

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA IV.4
Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED
(Em %)

Período		SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002[a]		4,9	4,3	3,5	7,7	4,7	4,1
2003		5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004		5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005		4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006		4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007		3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008		3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
2009		2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1
	Jan.-mar./2009	2,6	3,0	1,7	5,4	4,6	0,8
2009	Março	2,9	3,1	1,7	5,6	4,7	0,8
	Abril	3,0	3,2	1,8	5,5	4,7	0,7
	Maio	3,0	2,7	1,8	5,6	4,6	0,8
	Junho	3,0	2,7	1,8	5,1	4,5	1,1
	Julho	3,2	2,6	2,0	5,4	4,4	1,3
	Agosto	2,9	2,7	1,9	4,9	4,7	1,5
	Setembro	2,8	2,3	1,9	5,1	4,9	1,3
	Outubro	2,4	2,3	1,6	5,1	4,7	1,4
	Novembro	2,6	2,6	1,5	4,9	4,5	1,2
	Dezembro	2,6	2,6	1,5	4,5	4,2	1,1
2010	Janeiro	2,7	2,6	1,8	4,4	4,5	0,9
	Fevereiro	2,6	2,2	n.d.	4,9	4,6	1,0
	Março	2,5	2,1	n.d.	5,0	4,6	1,0
	Jan.-mar./2010	2,6	2,3	1,8	4,7	4,6	1,0

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA IV.5
Taxa de desemprego total: PED
(Em %)

Período		SP	DF	PA	SA	RE	BH
2002[a]		19,1	20,7	15,4	27,4	20,5	18,1
2003		19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004		18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005		17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006		15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007		15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008		13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
2009		13,8	16,0	11,3	19,7	19,2	10,3
	Jan.-mar./2009	13,6	16,4	11,5	19,6	19,2	9,5
2009	Março	14,9	17,2	11,7	20,1	20,3	10,2
	Abril	15,0	17,5	12,1	20,5	20,7	10,8
	Maio	14,8	17,0	12,6	21,6	20,4	11,0
	Junho	14,2	16,4	12,0	21,3	19,4	11,0
	Julho	14,8	15,9	12,0	20,9	18,9	11,0
	Agosto	14,2	15,5	11,6	20,0	19,5	10,9
	Setembro	14,1	15,3	11,3	19,4	19,7	10,4
	Outubro	13,2	15,1	10,4	18,7	19,2	10,0
	Novembro	12,8	15,3	10,0	17,8	17,7	9,8
	Dezembro	11,9	14,5	9,4	17,0	17,5	9,8
2010	Janeiro	11,8	14,7	9,7	17,7	17,9	9,6
	Fevereiro	12,2	14,1	9,6	18,8	19,0	9,7
	Março	13,1	14,7	9,8	19,9	19,3	10,2
	Jan.-mar./2010	12,4	14,5	9,7	18,8	18,7	9,8

Fonte: PED/Dieese.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA IV.6
Taxa de desemprego por gênero : PME
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		9,9	13,9
2003		10,1	15,2
2004		9,1	14,4
2005		7,8	12,4
2006		8,1	12,2
2007		7,4	11,6
2008		6,1	10,0
2009		6,5	9,9
	Jan.-mar./2009	6,8	10,7
2009	Março	7,3	11,1
	Abril	7,2	10,9
	Maio	7,3	10,7
	Junho	6,8	9,7
	Julho	6,6	9,6
	Agosto	6,6	9,9
	Setembro	6,3	9,3
	Outubro	6,0	9,4
	Novembro	5,7	9,2
	Dezembro	5,4	8,4
2010	Janeiro	5,8	8,9
	Fevereiro	6,0	9,0
	Março	5,8	9,6
	Jan.-mar./2010	5,9	9,2

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7
Taxa de desemprego por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8 - 10	> = 11
2002[a]		12,0	15,4	9,6
2003		12,0	16,6	10,7
2004		10,5	15,8	10,4
2005		8,8	13,4	9,1
2006		8,9	13,6	9,2
2007		8,1	12,6	8,8
2008		6,7	10,6	7,5
2009		6,6	10,5	8,0
	Jan.-mar./2009	7,0	10,6	8,7
2009	Março	7,1	11,3	9,2
	Abril	7,4	11,4	8,8
	Maio	7,5	11,5	8,6
	Junho	6,7	10,5	8,0
	Julho	6,7	10,6	7,8
	Agosto	6,6	11,0	7,8
	Setembro	6,3	10,6	7,4
	Outubro	6,1	10,1	7,3
	Novembro	5,7	10,0	7,2
	Dezembro	5,7	8,8	6,6
2010	Janeiro	5,6	9,0	7,3
	Fevereiro	5,6	9,8	7,3
	Março	5,6	10,0	7,7
	Jan.-mar./2010	5,6	9,6	7,4

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.8
Taxa de desemprego por faixa etária
(Em %)

Período		15 - 17	18 - 24	25 - 49	> = 50
2002[a]		34,2	21,6	9,0	4,9
2003		38,2	23,4	9,4	5,3
2004		35,4	22,5	8,7	4,7
2005		33,3	20,6	7,4	3,7
2006		32,6	21,1	7,6	3,7
2007		31,9	19,8	7,2	3,2
2008		28,8	16,6	6,3	2,8
2009		28,7	17,3	6,6	3,0
	Jan.-mar./2009	29,0	18,3	7,0	3,2
2009	Março	32,0	19,9	7,2	3,1
	Abril	31,7	19,1	7,2	3,2
	Maio	29,5	18,9	7,2	3,3
	Junho	27,7	17,6	6,6	3,1
	Julho	27,7	17,4	6,5	2,8
	Agosto	29,3	17,4	6,6	3,0
	Setembro	27,2	16,5	6,5	2,7
	Outubro	27,7	16,3	6,1	2,6
	Novembro	28,9	15,3	6,1	2,9
	Dezembro	27,0	14,6	5,5	2,7
2010	Janeiro	29,5	15,7	6,0	2,7
	Fevereiro	27,9	16,9	5,9	2,6
	Março	31,1	16,8	6,1	2,7
	Jan.-mar./2010	29,5	16,5	6,0	2,7

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.9
Taxa de desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período		Chefe	Outros
2002[a]		7,1	15,7
2003		7,2	16,9
2004		6,4	15,9
2005		5,6	13,6
2006		5,6	13,7
2007		5,0	12,9
2008		4,3	11,0
2009		4,5	11,2
	Jan.-mar./2009	4,9	11,8
2009	Março	4,9	12,6
	Abril	5,0	12,2
	Maio	4,9	12,2
	Junho	4,6	11,2
	Julho	4,5	11,0
	Agosto	4,6	11,2
	Setembro	4,3	10,7
	Outubro	4,1	10,5
	Novembro	4,1	10,2
	Dezembro	3,8	9,5
2010	Janeiro	4,0	10,1
	Fevereiro	4,1	10,2
	Março	4,2	10,6
	Jan.-mar./2010	4,1	10,3

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10
Composição do desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período		Masculino	Feminino
2002[a]		47,7	52,3
2003		45,4	54,6
2004		43,6	56,4
2005		43,5	56,5
2006		44,8	55,2
2007		43,3	56,7
2008		41,9	58,1
2009		43,5	56,5
	Jan.-mar./2009	43,0	57,0
2009	Março	43,9	56,1
	Abril	44,1	55,9
	Maio	44,5	55,5
	Junho	45,1	54,9
	Julho	44,8	55,2
	Agosto	43,6	56,4
	Setembro	44,0	56,0
	Outubro	42,6	57,4
	Novembro	41,8	58,2
	Dezembro	42,5	57,5
2010	Janeiro	43,4	56,6
	Fevereiro	43,9	56,1
	Março	41,4	58,6
	Jan.-mar./2010	42,9	57,1

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.11
Composição do desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período		Chefe	Outros
2002[a]		29,2	70,8
2003		27,6	72,4
2004		26,1	73,9
2005		26,4	73,6
2006		26,1	73,9
2007		24,8	75,2
2008		25,3	74,7
2009		26,0	74,0
	Jan.-mar./2009	26,3	73,7
2009	Março	25,2	74,8
	Abril	26,0	74,0
	Maio	25,7	74,3
	Junho	26,4	73,6
	Julho	26,2	73,8
	Agosto	26,2	73,8
	Setembro	25,4	74,6
	Outubro	25,4	74,6
	Novembro	25,8	74,2
	Dezembro	25,8	74,2
2010	Janeiro	26,0	74,0
	Fevereiro	26,0	74,0
	Março	25,5	74,5
	Jan.-mar./2010	25,8	74,2

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12
Composição do desemprego por faixa etária: PME
(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002[a]		0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003		0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004		0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005		0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006		0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007		0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008		0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009		0,5	6,5	35,2	50,4	7,3
	Jan.-mar./2009	0,4	6,7	35,1	50,4	7,4
2009	Março	0,2	7,1	36,9	49,0	6,8
	Abril	0,5	7,0	35,9	49,7	6,9
	Maio	0,4	6,1	35,6	50,7	7,1
	Junho	0,4	6,2	35,6	50,4	7,4
	Julho	0,6	6,1	35,9	50,6	6,8
	Agosto	0,6	6,3	35,2	50,5	7,4
	Setembro	0,4	5,9	35,2	51,7	6,9
	Outubro	0,5	6,7	35,6	50,2	7,0
	Novembro	0,4	7,4	33,7	50,4	8,0
	Dezembro	0,7	6,7	34,7	49,7	8,1
2010	Janeiro	0,4	6,8	34,2	50,8	7,7
	Fevereiro	0,4	6,3	36,3	49,7	7,2
	Março	0,8	7,2	35,3	49,6	7,2
	Jan.-mar./2010	0,5	6,8	35,3	50,0	7,4

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.13
Composição do desemprego por grau de instrução
(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8 - 10	> = 11
2002[a]		36,2	26,9	36,8
2003		33,2	26,9	39,8
2004		29,9	26,9	43,2
2005		27,7	26,1	46,2
2006		26,4	25,7	47,8
2007		24,2	25,1	50,7
2008		22,5	24,6	52,9
2009		20,3	23,3	56,4
	Jan.-mar./2009	20,7	21,7	57,6
2009	Março	19,7	22,0	58,4
	Abril	20,5	22,6	56,9
	Maio	20,8	23,2	56,0
	Junho	20,1	23,1	56,8
	Julho	20,4	23,6	56,1
	Agosto	19,9	24,4	55,7
	Setembro	20,2	24,3	55,5
	Outubro	19,8	24,4	55,8
	Novembro	19,1	25,0	55,9
	Dezembro	20,9	23,4	55,7
2010	Janeiro	18,7	22,3	59,0
	Fevereiro	18,1	23,9	58,1
	Março	17,4	23,1	59,5
	Jan.-mar./2010	18,1	23,1	58,8

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14
Composição do desemprego por faixa de duração
(Em %)

Período		<1	1 - 6	7 - 11	12 - 23	> = 24
2002[a]		20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003		18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004		20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005		22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006		21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007		24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008		23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009		25,8	49,7	8,9	9,1	6,6
	Jan.-mar./2009	28,8	50,4	6,7	7,8	6,3
2009	Março	24,7	53,9	6,8	7,4	7,2
	Abril	23,4	55,2	6,0	8,4	7,0
	Maio	22,7	55,2	7,3	8,5	6,4
	Junho	24,8	52,9	7,6	8,5	6,3
	Julho	26,5	50,7	8,7	8,4	5,8
	Agosto	27,9	46,8	10,2	9,0	6,1
	Setembro	24,0	48,1	12,2	10,1	5,6
	Outubro	25,8	46,1	11,0	10,8	6,4
	Novembro	24,8	44,8	11,5	10,1	8,7
	Dezembro	23,2	45,5	11,8	11,6	8,0
2010	Janeiro	30,3	42,8	8,0	10,7	8,2
	Fevereiro	25,9	48,0	7,4	11,0	7,7
	Março	24,7	49,8	6,8	10,7	7,9
	Jan.-mar./2010	27,0	46,9	7,4	10,8	7,9

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar.-dez.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1
Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período		Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B.[b]
2002[a]		4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
2003[a]		5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004[a]		4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005[a]		5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006[a]		5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007[a]		6.290.818	6.182.997	98,29	1,29
2008[a]		6.952.563	6.822.730	98,13	1,28
2009[a]		7.485.475	7.330.864	97,93	1,28
	Jan.-mar./2009	2.161.331	2.121.613	98,16	1,29
2009	Março	805.401	790.859	98,19	1,27
	Abril	686.615	673.984	98,16	1,27
	Maio	651.904	639.483	98,09	1,27
	Junho	649.476	637.076	98,09	1,27
	Julho	660.178	646.420	97,92	1,28
	Agosto	580.370	568.476	97,95	1,28
	Setembro	542.521	530.696	97,82	1,29
	Outubro	482.655	471.281	97,64	1,29
	Novembro	553.061	539.613	97,57	1,29
	Dezembro	517.364	502.222	97,07	1,30
2010	Janeiro	645.017	613.612	95,13	1,25
	Fevereiro	537.768	511.986	95,21	1,25
	Março	551.052	537.321	97,51	1,25
	Jan.-mar./2010	1.733.837	1.662.919	95,95	1,25

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

[a] Os valores anuais se referem a soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

[b] Valor médio do benefício em SMR.

TABELA VI.1
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região
(Em R$ de março de 2010)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT[b]	Total
2002[a]		994,11	999,86	1.168,73	1.376,99	1.544,75	1.263,78	1.369,02	n.d	n.d
2003		861,14	944,72	1.059,29	1.168,88	1.370,03	1.153,75	1.206,43	1.132,70	1.203,78
2004		839,69	925,38	1.056,98	1.155,35	1.348,50	1.161,01	1.191,02	1.168,51	1.188,80
2005		866,63	942,67	1.080,95	1.180,29	1.365,21	1.146,89	1.209,30	1.159,24	1.212,18
2006		907,63	993,71	1.124,09	1.212,56	1.434,43	1.185,15	1.257,14	1.250,41	1.257,51
2007		931,80	1.019,07	1.164,85	1.282,86	1.460,77	1.235,23	1.297,25	1.262,52	1.299,88
2008		918,92	1.087,40	1.218,45	1.350,11	1.495,28	1.266,34	1.341,30	1.334,80	1.346,27
2009		909,30	1.124,88	1.268,30	1.393,68	1.542,48	1.323,90	1.383,86	1.412,40	1.386,19
	Jan.-mar./2009	908,24	1.087,22	1.253,92	1.384,29	1.587,42	1.326,44	1.395,43	1.417,11	1.396,95
2009	Março	875,36	1.106,29	1.249,20	1.412,91	1.567,76	1.325,96	1.393,05	1.436,10	1.396,06
	Abril	914,04	1.099,84	1.226,22	1.420,14	1.536,60	1.333,97	1.382,94	1.343,08	1.380,15
	Maio	878,71	1.119,05	1.278,49	1.368,77	1.526,29	1.304,03	1.368,02	1.349,26	1.366,71
	Junho	879,65	1.117,81	1.298,86	1.351,11	1.519,99	1.301,19	1363,43	1.385,08	1.364,94
	Julho	924,44	1.154,35	1.277,99	1.407,35	1.491,12	1.322,93	1.370,62	1.381,24	1.371,36
	Agosto	917,53	1.132,58	1.297,81	1.423,63	1.510,23	1.328,88	1.383,61	1.444,19	1.387,85
	Setembro	967,97	1.164,83	1.263,99	1.421,88	1.526,40	1.331,14	1.391,73	1.420,65	1.393,75
	Outubro	921,07	1.189,18	1.280,66	1.406,34	1.538,51	1.319,33	1.391,51	1.451,71	1.395,73
	Novembro	908,72	1.136,82	1.277,93	1.390,73	1.553,42	1.336,13	1.390,34	1.469,33	1.395,87
	Dezembro	874,80	1.122,40	1.255,88	1.381,36	1.544,87	1.329,92	1.377,78	1.452,87	1.383,04
2010	Janeiro	920,11	1.103,22	1.333,97	1.391,76	1.537,58	1.366,84	1.392,30	1.462,11	1.397,19
	Fevereiro	921,04	1.112,48	1.289,43	1.456,53	1.542,31	1.400,35	1.408,38	1.497,81	1.414,64
	Março	965,20	1.099,20	1.316,30	1.454,10	1.552,40	1.370,30	1.413,40	1.487,50	1.418,59
	Jan.-mar./2010	935,45	1.104,97	1.313,23	1.434,13	1.544,09	1.379,17	1.404,69	1.482,47	1.410,14

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período mar.-dez.
[b] Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.
n.d.= não-disponível.

TABELA VI.2
Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região
(Em R$ março de 2010)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT[b]	Total
2002[a]		977,02	1.019,13	1.173,49	1.352,49	1.558,20	1.240,75	1.366,95	n.d	n.d
2003		841,68	938,64	1.050,74	1.170,94	1.345,81	1.140,21	1.193,09	1.098,34	1.186,46
2004		816,33	919,96	1.050,68	1.155,43	1.364,83	1.155,91	1.194,97	1.125,41	1.190,10
2005		870,97	962,08	1.088,84	1.185,62	1.387,54	1.156,13	1.223,37	1.148,10	1.218,10
2006		927,67	1.012,27	1.139,77	1.221,27	1.464,55	1.199,70	1.277,35	1.262,58	1.276,32
2007		955,40	1.052,63	1.177,23	1.299,16	1.493,77	1.259,43	1.322,64	1.296,97	1.320,85
2008		941,12	1.093,12	1.237,67	1.387,93	1.536,24	1.299,35	1.374,43	1.343,73	1.372,28
2009		925,40	1.127,97	1.281,25	1.418,79	1.570,84	1.354,58	1.407,19	1.429,68	1.408,76
	Jan.-fev./2009	863,86	1.076,17	1.220,23	1.375,76	1.563,13	1.309,31	1.374,36	1.373,28	1.374,29
2009	Fevereiro	846,32	1.080,86	1.211,93	1.386,98	1.548,40	1.306,22	1.368,70	1.405,05	1.371,25
	Março	896,65	1.074,77	1.194,73	1.401,89	1.531,18	1.331,73	1.369,12	1.324,08	1.365,96
	Abril	873,86	1.108,02	1.250,21	1.352,81	1.519,80	1.301,39	1.357,35	1.303,39	1.353,57
	Maio	862,40	1.104,31	1.270,74	1.332,22	1.518,92	1.291,58	1.352,17	1.353,94	1.352,29
	Junho	902,52	1.128,36	1.250,79	1.385,55	1.490,43	1.311,36	1.357,09	1.361,45	1.357,39
	Julho	900,63	1.116,25	1.272,63	1.403,31	1.493,62	1.311,02	1.365,13	1.414,79	1.368,61
	Agosto	948,11	1.147,97	1.242,12	1.404,27	1.519,68	1.324,76	1.379,06	1.411,77	1.381,35
	Setembro	909,29	1.174,73	1.247,64	1.398,89	1.531,48	1.304,34	1.379,85	1.435,88	1.383,77
	Outubro	897,10	1.126,53	1.249,89	1.380,63	1.548,53	1.331,23	1.381,00	1.474,87	1.387,57
	Novembro	887,05	1.149,73	1.259,41	1.455,55	1.697,72	1.379,09	1.467,27	1.495,94	1.469,28
	Dezembro	1.299,46	1.252,59	1.696,36	1.758,82	1.872,46	1.749,84	1.729,50	1.833,46	1.736,78
2010	Janeiro	905,82	1.112,57	1.250,38	1.448,84	1.540,61	1.399,80	1.400,41	1.488,51	1.406,58
	Fevereiro	944,11	1.090,54	1.286,61	1.445,54	1.545,22	1.365,65	1.402,74	1.483,24	1.408,38
	Jan.-fev./2010	924,97	1.101,56	1.268,50	1.447,19	1.542,92	1.382,72	1.401,58	1.485,88	1.407,48

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
[b] Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.
n.d.= não-disponível.

TABELA VI.3
Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação
(Em R$ de março de 2010)

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2002[a]		1.325,79	837,15	1.195,91	1.907,62	1.175,10	1.369,02
2003		1.226,26	768,97	1.097,61	1.772,14	951,90	1.206,43
2004		1.222,56	764,03	1.090,59	1.735,07	945,73	1.191,02
2005		1.211,99	796,84	1.095,81	1.800,48	964,70	1.209,30
2006		1.253,43	821,48	1.140,24	1.898,99	1.009,82	1.257,14
2007		1.265,25	862,46	1.166,64	2.015,99	1.076,18	1.297,25
2008		1.290,91	873,64	1.194,98	2.098,26	1.120,59	1.341,30
2009		1.321,20	916,99	1.232,36	2.209,66	1.157,72	1.383,86
	Jan.-mar./2009	1.337,17	908,32	1.243,43	2.212,90	1.157,55	1.395,43
2009	Março	1.330,22	914,12	1.239,55	2.185,82	1.161,86	1.393,05
	Abril	1.316,54	873,57	1.220,98	2.200,92	1.142,10	1.382,94
	Maio	1.314,21	921,85	1.224,10	2.111,53	1.141,39	1.368,02
	Junho	1.282,08	920,31	1.201,97	2.124,78	1.172,57	1.363,43
	Julho	1.312,20	900,70	1.223,13	2.204,72	1.164,61	1.370,62
	Agosto	1.303,19	942,59	1.224,74	2.242,89	1.161,40	1.383,61
	Setembro	1.329,00	921,41	1.238,57	2.236,36	1.167,16	1.391,73
	Outubro	1.323,47	928,71	1.237,48	2.258,26	1.174,39	1.391,51
	Novembro	1.342,68	929,46	1.251,37	2.255,40	1.140,64	1.390,34
	Dezembro	1.319,47	940,28	1.235,64	2.242,33	1.155,70	1.377,78
2010	Janeiro	1.319,72	938,47	1.239,13	2.272,28	1.182,27	1.392,30
	Fevereiro	1.342,23	1.004,46	1.272,87	2.241,28	1.173,90	1.408,38
	Março	1.334,70	1.012,00	1.267,90	2.228,40	1.180,90	1.413,40
	Jan.-mar./2010	1.332,22	984,98	1.259,97	2.247,32	1.179,02	1.404,69

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período mar-dez.

TABELA VI.4
Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação
(Em R$ de março de 2010)

Período		Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
		Com carteira	Sem carteira	Total			
2002[a]		1.350,49	809,36	1.206,00	1.938,04	1.123,02	1.363,02
2003		1.249,26	740,77	1.105,89	1.785,57	906,29	1.193,09
2004		1.253,54	747,93	1.107,61	1.765,58	919,18	1.194,97
2005		1.251,00	783,01	1.121,00	1.852,14	949,13	1.223,37
2006		1.303,75	807,20	1.174,45	1.982,70	984,59	1.277,35
2007		1.325,46	857,92	1.212,24	2.115,81	1.045,80	1.322,64
2008		1.351,19	858,95	1.238,85	2.205,30	1.103,37	1.374,43
2009		1.367,84	905,08	1.267,09	2.297,99	1.137,66	1.407,19
	Jan.-fev./2009	1.336,02	874,15	1.235,39	2.188,50	1.109,73	1.374,36
2009	Fevereiro	1.323,71	879,23	1.226,85	2.170,40	1.113,93	1.368,70
	Março	1.316,09	847,28	1.215,10	2.204,59	1.111,47	1.369,12
	Abril	1.315,49	895,70	1.224,03	2.110,18	1.115,46	1.357,35
	Maio	1.278,96	896,61	1.194,37	2.123,84	1.149,32	1.352,17
	Junho	1.309,92	879,06	1.216,73	2.200,62	1.130,60	1.357,09
	Julho	1.294,08	911,16	1.210,80	2.231,54	1.132,91	1.365,13
	Agosto	1.325,14	894,98	1.229,60	2.227,36	1.147,53	1.379,06
	Setembro	1.317,32	899,92	1.226,38	2.253,51	1.152,08	1.379,85
	Outubro	1.336,36	911,39	1.242,43	2.259,91	1.115,83	1.381,00
	Novembro	1.461,83	955,76	1.349,87	2.424,57	1.161,90	1.467,27
	Dezembro	1.786,89	1.020,83	1.624,97	3.162,72	1.215,34	1.729,50
2010	Janeiro	1.348,51	984,29	1.273,80	2.262,35	1.125,70	1.400,41
	Fevereiro	1.338,31	985,33	1.265,21	2.234,64	1.148,93	1.402,74
	Jan.-fev./2010	1.343,41	984,81	1.269,51	2.248,49	1.137,32	1.401,58

Fonte: PME/IBGE.
[a] Média referente ao período fev.-dez.

TABELA VI.5
Salário mínimo real
(Em R$ de março de 2010)

Período		SMR
2002		118,78
2003		163,93
2004		191,71
2005		229,48
2006		278,85
2007		320,37
2008		375,07
2009		443,63
	Jan.-mar./2009	424,80
2009	Março	441,59
	Abril	444,02
	Maio	446,68
	Junho	448,56
	Julho	449,59
	Agosto	449,95
	Setembro	450,67
	Outubro	451,75
	Novembro	453,42
	Dezembro	454,51
2010	Janeiro	502,88
	Fevereiro	506,40
	Março	510,00
	Jan.-mar./2010	506,43

Fonte: PME/IBGE.

TABELA VII.1
Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002[a]		23,9	22,0	19,9	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003		24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004		23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005		23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006		23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007		22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008		19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
2009		17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7
	Jan.-mar./2009	18,0	20,3	17,9	17,4	19,9	16,9	18,7	15,2	18,5
2009	Março	17,8	19,2	18,6	17,1	19,9	17,4	18,7	14,5	18,4
	Abril	18,4	19,3	18,2	17,7	19,9	17,3	18,8	14,7	18,5
	Maio	17,7	19,4	18,7	17,7	20,4	17,1	19,1	14,4	18,8
	Junho	17,5	19,6	18,0	17,6	20,4	17,1	18,9	14,6	18,7
	Julho	16,6	19,9	17,9	18,1	20,0	16,9	18,8	14,3	18,6
	Agosto	18,0	21,3	17,8	17,6	20,2	16,8	19,0	13,2	18,6
	Setembro	17,3	20,6	19,2	18,0	20,5	16,7	19,2	12,7	18,8
	Outubro	17,5	20,3	18,7	18,1	20,1	17,3	19,1	15,3	18,8
	Novembro	18,3	19,9	18,3	18,8	19,9	16,6	19,1	15,8	18,9
	Dezembro	19,4	19,1	18,1	18,7	20,2	17,2	19,2	14,7	18,9
2010	Janeiro	17,6	19,6	17,7	18,1	19,0	16,9	18,4	15,0	18,2
	Fevereiro	18,8	19,2	17,4	17,6	18,6	15,8	18,1	14,8	17,8
	Março	18,6	18,4	18,4	16,8	19,0	15,2	18,0	14,1	17,8
	Jan.-mar./2010	18,3	19,1	17,8	17,5	18,9	16,0	18,2	14,6	17,9

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.2
Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002[a]		22,6	22,3	19,5	22,4	16,4	19,5	19,4	n.d.	n.d.
2003		24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004		24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005		22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006		22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007		21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008		22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
2009		23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8
	Jan.-mar./2009	23,7	20,9	16,6	21,8	16,8	17,4	18,8	19,2	18,8
2009	Março	23,2	21,5	16,2	22,3	16,5	17,9	18,8	19,6	18,9
	Abril	22,5	21,1	16,5	22,7	16,0	17,2	18,6	20,3	18,7
	Maio	23,9	21,7	16,6	22,6	15,6	17,5	18,6	20,3	18,7
	Junho	23,5	21,8	16,5	22,4	15,7	17,6	18,5	18,8	18,6
	Julho	23,6	21,8	16,7	22,9	15,9	16,7	18,7	19,0	18,7
	Agosto	23,1	21,4	16,6	22,4	16,5	17,5	18,8	19,9	18,9
	Setembro	23,3	20,4	16,6	22,5	16,4	17,9	18,8	19,6	18,8
	Outubro	22,3	21,5	16,6	22,6	17,3	18,2	19,2	17,8	19,1
	Novembro	23,0	22,3	16,8	22,4	16,7	18,3	19,1	17,2	18,9
	Dezembro	23,7	22,3	17,0	22,5	16,4	18,7	19,1	18,2	19,0
2010	Janeiro	23,2	22,4	16,8	22,5	16,5	17,5	18,9	17,6	18,9
	Fevereiro	23,0	22,0	16,6	21,7	16,4	17,1	18,6	17,4	18,6
	Março	22,6	22,8	16,0	21,7	16,5	17,2	18,6	18,4	18,6
	Jan.-mar./2010	22,9	22,4	16,5	22,0	16,4	17,2	18,7	17,8	18,7

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

[a] Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.3
Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002[a]		88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	67,0	n.d.	n.d.
2003		84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,1
2004		74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005		79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006		91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007		81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008		78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009		81,7	63,3	48,9	53,9	50,2	47,7	50,9	49,8	50,8
	Jan.-fev./2009	67,5	52,4	46,9	56,2	55,3	46,3	52,8	46,0	52,4
2009	Fevereiro	72,4	48,3	49,7	62,9	47,5	52,0	50,6	41,2	49,9
	Março	70,9	62,0	37,2	58,3	57,8	52,9	55,3	36,2	54,0
	Abril	86,2	66,7	36,3	45,4	47,6	45,4	46,9	34,8	46,0
	Maio	64,7	47,2	45,7	63,2	37,4	37,4	42,6	53,8	43,4
	Junho	84,9	76,9	56,4	56,1	43,3	46,6	49,0	37,0	48,2
	Julho	84,9	78,2	50,4	50,9	34,7	36,7	42,0	52,9	42,7
	Agosto	63,0	69,3	47,1	42,3	50,3	48,0	48,1	42,0	47,7
	Setembro	89,2	67,3	46,8	46,3	44,1	50,7	46,4	67,3	47,6
	Outubro	59,6	48,3	37,8	56,2	46,2	45,1	46,6	60,8	47,5
	Novembro	78,5	69,5	39,8	48,6	58,4	40,6	53,0	41,3	52,1
	Dezembro	163,0	69,2	95,6	66,8	72,5	76,2	75,0	79,5	75,3
2010	Janeiro	64,7	53,3	46,2	44,5	32,0	28,7	37,0	67,6	38,8
	Fevereiro	73,4	65,8	56,5	48,7	25,8	34,8	35,8	35,2	35,8
	Jan.-fev./2010	69,1	59,6	51,4	46,6	28,9	31,8	36,4	51,4	37,3

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
n.d.= não-disponível.

TABELA VII.4
Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana
(Em %)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002[a]		40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,5	n.d.	n.d.
2003		62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	9,6	35,7
2004		49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	11,1	34,5
2005		42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,3	29,2
2006		54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,0	29,4
2007		44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	1,1	24,6
2008		46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,6	20,9
2009		59,5	46,8	8,9	24,0	11,6	0,3	20,1	0,9	18,6
	Jan.-fev./2009	43,8	51,6	6,2	29,8	10,2	1,1	20,4	4,7	19,3
2009	Fevereiro	41,8	53,6	3,3	28,4	7,8	3,1	18,8	2,9	17,7
	Março	65,8	46,2	6,7	26,8	7,3	-0,1	18,4	5,4	17,5
	Abril	61,0	47,8	7,0	19,8	7,8	0,5	17,9	-0,7	16,5
	Maio	58,0	53,7	0,4	12,0	1,3	-3,0	11,3	4,3	10,8
	Junho	50,4	49,3	7,9	10,3	11,5	-2,6	15,9	-2,3	14,5
	Julho	49,9	62,8	4,9	12,2	6,9	-1,7	14,2	-7,6	12,4
	Agosto	59,3	45,1	4,6	13,9	9,9	-2,5	15,5	-7,8	13,6
	Setembro	45,4	31,6	11,9	18,2	6,8	-1,2	14,3	-7,3	12,5
	Outubro	32,5	33,5	14,4	28,3	12,4	-7,3	19,8	-6,1	17,5
	Novembro	66,5	41,3	5,9	30,2	18,6	0,7	25,8	-0,9	23,7
	Dezembro	137,1	46,9	31,4	56,6	36,2	19,1	47,0	23,7	45,1
2010	Janeiro	54,1	38,9	9,9	29,8	10,3	-8,8	19,8	9,5	19,0
	Fevereiro	66,3	52,5	6,1	21,9	6,4	-6,3	16,5	-3,8	14,9
	Jan.-fev./2010	60,2	45,7	8,0	25,9	8,4	-7,5	18,1	2,9	16,9

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.
[a] Média referente ao período fev.-dez.
n.d.= não-disponível.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - **Ipea** 2010

EDITORIAL

Coordenação
Iranilde Rego

Revisão
Cláudio Passos de Oliveira
Luciana Dias Jabbour
Marco Aurélio Dias Pires
Reginaldo da Silva Domingos
Leonardo Moreira de Souza (Estagiário)
Maria Angela de Jesus Silva (Estagiária)

Editoração Eletrônica
Bernar José Vieira
Cláudia Mattosinhos Cordeiro
Everson da Silva Moura
Luís Cláudio Cardoso da Silva
Renato Rodrigues Bueno
Eudes Nascimento Lins (Estagiário)
Helenne Schroeder Sanderson (Estagiária)

Livraria
SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br